

**Nº 11 - Reunião Ordinária da
Câmara Municipal de Chaves
Realizada no dia 04 de Junho
de 2009. -----**

Aos quatro dias do mês de Junho do ano dois mil e nove, nesta cidade de Chaves, no "Salão Nobre" do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Chaves, sob a Presidência do Presidente da Câmara, Sr. Dr. João Gonçalves Martins Batista, e com as presenças dos Vereadores, Sra. Dra. Maria Aline da Silva Ferreira Caetano, Sr. Arqt. António Cândido Monteiro Cabeleira, Sr. Arq. Carlos Augusto Castanheira Penas, Sr. Eng. Nuno Artur Esteves Ferreira Rodrigues e Sra. Dr.^a Maria de Lurdes Rogado Leitão Duarte Almeida Campos e comigo, Helena Presa Fernandes, Assistente Técnica. -----

Pelo Presidente foi declarada aberta a Reunião quando eram nove horas e quarenta e cinco minutos, iniciando-se a mesma de acordo com a ordem do dia previamente elaborada e datada de um de Junho do corrente ano. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

I. DESIGNAÇÃO DO SECRETÁRIO DA REUNIÃO DE CÂMARA. -----

Foi designado secretário da reunião a Assistente Técnica, Helena Presa Fernandes, na ausência do Director de Departamento de Administração Geral, Dr. Marcelo Caetano Martins Delgado, em virtude deste se encontrar no gozo do seu período de férias. -----

II - AUSÊNCIA DO VEREADOR, DR. LUIS AREIAS FONTES. -----

O Vereador, Dr. Luis Manuel Areias Fontes, esteve ausente na reunião ordinária do executivo camarário, por motivos profissionais. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, justificar a referida falta. -----

III - INFORMAÇÃO PRESTADA PELO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE MUNICIPAL. -----

O Presidente da Câmara começou por dar conhecimento ao Executivo Municipal sobre os seguintes assuntos relacionados com a Actividade Municipal: -----

- **Reunião de trabalho com o Turismo de Portugal** - Sobre este assunto, o Senhor Presidente da Câmara informou o executivo que, no pretérito dia 29 de Maio, se realizou, na cidade do Porto, uma reunião de trabalho tendo como assunto a utilização das verbas de jogo. -----

- **Reunião de trabalho com a CCDRN** - Sobre este assunto, o Senhor Presidente da Câmara informou o executivo que, no pretérito dia 02 de Junho, se realizou uma reunião de trabalho no Porto, com a CCDRN, tendo esta como assuntos principais o financiamento da "EcoPista", Vila Pouca-Chaves e da área de acolhimento. -----

- O Senhor Presidente da Câmara informou ainda, que foi aprovada a candidatura denominada "Chaves Mais Urbanidade", secunda no âmbito da regeneração urbana (cerca de € 9 800 000,00). -----

- **Relatórios da EHATB e GEMC EM** - sobre este assunto, o Senhor Presidente da Câmara, deu conhecimento ao executivo do conteúdo do relatório de gestão e contas, entregue pela empresa "EHATB - Empreendimentos Hidroeléctricos do Ato Tâmega e Barroso, SA", e do relatório trimestral de execução orçamental/2009, entregue pela empresa "GEMC, EEM - Gestão de Equipamentos do Município de Chaves, EEM". -----

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

IV - ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DE ASSUNTOS NÃO INCLUÍDOS NA ORDEM DO DIA, AO ABRIGO DO ARTIGO 83º, DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, E ULTERIORES ALTERAÇÕES. -----

O Senhor Presidente da Câmara, Dr. João Batista, propõe ao Executivo Municipal que, nos termos do disposto no artigo 83º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, e ulteriores alterações, e nos termos do regimento em vigor, reconheça a urgência de deliberação sobre os assuntos abaixo indicados: -----

1. INSTRUÇÃO DO PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA A REQUERER JUNTO DE SUA EXCELÊNCIA O SR. PRIMEIRO-MINISTRO. REQ: FUNDAÇÃO NADIR AFONSO. INFORMAÇÃO/PARECER N.º. 34/DASJ/09. -----

2. ADESÃO À ASSOCIAÇÃO "AGÊNCIA REGIONAL DE ENERGIA E AMBIENTE DO BARROSO E ALTO TÂMEGA - ARENABAT", PROPOSTA 50/GAPV/09. -----

3. PRIMEIRA REVISÃO AOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO FINANCEIRA EM VIGOR PARA O ANO ECONÓMICO DE 2009 PROPOSTA N.º 24/DGFEP/09. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aceitar a introdução dos referidos assuntos. -----

I

ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS:

1. ACTAS:

1.1. Aprovação da acta da reunião ordinária da Câmara Municipal de Chaves, realizada em 21 de Maio.-----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, depois de lida, a referida acta. -----

2. GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA

2.1. ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA - COMISSÕES FABRIQUEIRAS DO CONCELHO DE CHAVES. PROPOSTA N.º.44/GAPV/2009 -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Da Exposição de Motivos -----

Em reunião ordinária do Executivo Municipal de 17 de Abril de 2009, foi presente a Proposta nº 27/GAPV/09, a qual consubstanciava a atribuição de comparticipações financeiras a entidades de cariz religioso. -----

Considerando que na referida proposta não foram contempladas as comissões que agora se identificam no quadro anexo; -----

Considerando que sem o apoio do Município, as instituições não conseguiriam levar a cabo as intervenções necessárias à preservação destes importantes espaços - Igrejas, que constituem património histórico e religioso; -----

Considerando as responsabilidades do Município no domínio da preservação do património histórico espalhado pelas diversas aldeias do concelho; -----

Considerando que é dever destas instituições a protecção, conservação e modernização do equipamento religioso do concelho; ---

Considerando, por último, que no uso das competências determinadas pelo disposto na alínea m), do número 2, do artigo 64º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro de 2002 pode, legalmente, o executivo municipal deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente àqueles que prossigam fins de recuperação do património municipal. -----

II - Da Proposta em Sentido Estrito -----

Atendendo às razões de facto e de direito acima expostas, sou de submeter à aprovação do executivo camarário a seguinte proposta: --

a) Apoiar financeiramente as entidades constantes no quadro sinóptico em anexo, nos montantes aí consignados com vista a permitir que as mesmas possam desenvolver, em prol da comunidade, as acções a que se comprometeram; -----

b) Dar conhecimento do teor da decisão administrativa tomada às entidades peticionárias; -----

c) Caso a presente proposta venha a merecer aprovação por parte do executivo Camarário, dever-se-á promover a devida publicitação de tal liberalidade e para o fim em vista em Jornal Local e em Boletim Municipal; -----

d) Se essa decisão for favorável, remeter a presente proposta ao Departamento de Administração Geral para ulterior operacionalização;

e) A presente proposta tem cobertura orçamental através da seguinte classificação económica: 08.07.01.01. -----

Chaves, 1 de Junho de 2009 -----

O Presidente da Câmara Municipal -----

(João Martins Gonçalves Batista) -----

Quadro Sinóptico Anexo à proposta n.º 44/GAPV/09 Comissões Fabriqueiras			
Entidades	Apoio Financeiro	Actividades / Objectivos a apoiar	Classificação Económica
Comissão Fabriqueira de S. Pedro de Agostém	10.000,00€	Construção Casa Mortuária	08.07.01.01
Comissão Fabriqueira de Vilela do Tâmega	7.500,00€	Construção Casa Mortuária	08.07.01.01
Comissão Fabriqueira de Oucidres	1.000,00€	Restauro da Igreja Oucidres	08.07.01.01
Comissão Fabriqueira de Vilarinho das Paranheiras	1.000,00€	Restauro da Igreja de Vilarinho das Paranheiras	08.07.01.01

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a proposta supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2.2. ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA - CLUBE CULTURAL E RECREATIVO DE VILELA DO TÂMEGA. PROPOSTA N.º. 45//GAPV/2009 -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Da Exposição de Motivos -----

Através do ofício registado nos serviços de Expediente Geral desta Câmara Municipal, sob o n.º 7596, de 18 de Maio de 2009, veio o "Clube Cultural e Recreativo de Vilela do Tâmega" solicitar apoio financeiro tendo em vista a conclusão dos trabalhos da sua Sede Social. -----

Considerando que esta Associação, de cariz cultural e recreativo, pretende concluir as obras do balneário e da sede a curto prazo, de molde a poder ser utilizado pela população da freguesia, nomeadamente os mais jovens que se encontram de férias. -----

Considerando que a realização desta obra para os elementos da comunidade se traduz no reforço da animação cultural, no desenvolvimento do espírito de equipa e da salutar competição. -----

Considerando que sem o apoio do Executivo, a instituição não conseguiria levar a cabo as intervenções necessárias à conclusão desta obra. -----

Considerando, por último, que no uso das competências determinadas pelo disposto na alínea b), do número 4, do artigo 64.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro de 2002 pode, legalmente, o executivo municipal deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente no apoio a actividades de interesse municipal, de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra. -----

II - Da Proposta em Sentido Estrito -----

Atendendo às razões de facto e de direito acima expostas, sou de submeter à aprovação do executivo camarário a seguinte proposta: ---

f) Apoiar financeiramente o "Clube Cultural e Recreativo de Vilela do Tâmega", no montante de 8.500,00 €, (oito mil e quinhentos euros); -----

g) Dar conhecimento do teor da decisão administrativa tomada à entidade peticionária; -----

h) Caso a presente proposta venha a merecer aprovação por parte do Executivo Camarário, dever-se-á promover a devida publicitação de tal liberalidade e para o fim em vista em Jornal Local e em Boletim Municipal; -----

i) Se essa decisão for favorável, remeter a presente proposta ao Departamento de Administração Geral para ulterior operacionalização;

j) A presente proposta tem cobertura orçamental através da seguinte classificação económica: 08.07.01.01. -----

Chaves, 1 de Junho de 2009 -----

O Presidente da Câmara Municipal -----

(João Martins Gonçalves Batista) -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a proposta supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2.3. PROPOSTA DE RATIFICAÇÃO DO PROTOCOLO CELEBRADO ENTRE A ADMINISTRAÇÃO DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DO NORTE, I.P. E O MUNICÍPIO DE CHAVES. PROPOSTA Nº 48/GAPV/09 -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Da Exposição de Motivos -----

1. Considerando que a Lei n.º 58/2005, de 29 de Dezembro, criou e o Decreto-Lei n.º 208/2007, de 29 de Maio, implementou as Administrações das Regiões Hidrográficas (ARH), instituições que, a nível de região hidrográfica, prosseguem atribuições no domínio da protecção e valorização das componentes ambientais das águas, com competências de gestão dos recursos hídricos, incluindo o respectivo planeamento, licenciamento e fiscalização; -----

2. Considerando que o Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de Maio, estabelece o regime das utilizações dos recursos hídricos, e que no art. 89º, estipula um prazo de dois anos, a partir da data de entrada em vigor do referido diploma, para que os utilizadores de recursos hídricos não titulados, regularizem a situação; -----

3. Considerando que o prazo limite para conclusão do processo de legalização de todas as utilizações de recursos hídricos, estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de Maio, foi alargado para 31 de Maio de 2010, tendo em conta a grande afluência de utilizadores de recursos hídricos com a situação não regularizada; -----

4. Considerando que a Administração da Região Hidrográfica do Norte, com vista ao cumprimento das atribuições em matéria de licenciamento e fiscalização que lhe estão atribuídas, veio solicitar a esta Autarquia, a necessária colaboração, no apoio à recolha de documentação e instrução de processos de regularização das utilizações não tituladas de furos, poços e minas, enquanto entidade com competências de gestão e de ordenamento do território, a nível local; -----

5. Considerando que no âmbito da colaboração pretendida, é urgente promover a formação de recursos humanos, munindo-os de capacidades que garantam o eficiente acompanhamento de todo o processo de regularização das utilizações hídricas existentes e não tituladas, até ao prazo estabelecido; -----

6. Considerando, que nos termos do disposto na alín. h), do nº 2, do art. 64º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações, compete à Câmara Municipal colaborar no apoio a programas e projectos de interesse municipal, em parceria com outras entidades da Administração Central, dispondo ainda, tal órgão executivo, de competência para deliberar sobre a participação do Município em projectos e acções de cooperação descentralizada; -----

7. Considerando ainda, que a fim de não inviabilizar a concretização do projecto em causa, foi assinado pelo senhor Presidente da Câmara, no passado dia 29 de Maio, um protocolo de colaboração, com a ARH Norte, I.P., em matéria de apoio ao licenciamento e fiscalização da utilização de recursos hídricos; ---

II - Da Proposta em Sentido Estrito -----

Atendendo às razões de facto e de direito acima expostas, sou de submeter à aprovação do executivo camarário a seguinte proposta: ---

a) Que seja ratificado o clausulado do Protocolo de Colaboração celebrado entre o Município de Chaves e a ARH Norte, I.P., cujo teor

contém clausulas disciplinadoras dos direitos e obrigações das partes signatárias (documento que se anexa para os devidos efeitos);
b) Que seja dado conhecimento da presente ratificação à Administração da Região Hidrográfica do Norte, I.P. -----
Chaves, 29 de Maio de 2009 -----
O Presidente da Câmara -----
(João Batista) -----

Protocolo de Colaboração em matéria de licenciamento e fiscalização da utilização dos Recursos Hídricos -----

Entre: -----
Administração da Região Hidrográfica do Norte, I.P., abreviadamente designada por ARH do Norte, I.P., com sede na Rua Formosa, 253, 4049-030 Porto, aqui representada pelo seu Presidente, Professor António Guerreiro Brito, nomeado por despacho no 25248/2008, publicado no D.R. nº 197, 1I Série, parte C, de 10.10.2008, cujos poderes de representação lhe foram conferidos nos termos do nº 1, do art. 5º, do Decreto-Lei nº 208/2007, de 29 de Maio, como primeiro Outorgante; -----

E -----
Município de Chaves, com o NIPC 501 205 551, com sede na Praça de Camões, 5400-150 Chaves, representada neste acto, pelo Presidente da Câmara Municipal de Chaves, Dr. João Gonçalves Martins Batista, nos termos do nº 1 do art. 57º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, como segundo Outorgante; -----

Considerando que: -----
A Lei nº 58/2005, de 29 de Dezembro (Lei da Água), criou e o Decreto-Lei nº 208/2007, de 29 de Maio, implementou as Administrações das Regiões Hidrográficas (ARH), instituições que, a nível de região hidrográfica, prosseguem atribuições no domínio da protecção e valorização das componentes ambientais das águas, com competências de gestão dos recursos hídricos, incluindo o respectivo planeamento, licenciamento e fiscalização; -----

Nos termos do nº 7, do art. 9º, da Lei nº 58/2005, de 29 de Dezembro, conjugado com o nº 3, do art. 3, do Decreto-Lei nº 208/2007, de 29 de Maio, podem ser delegados total ou parcialmente pelas ARH nas Autarquias, poderes, designadamente de licenciamento e fiscalização de utilização de águas; -----

O Decreto-Lei nº 226-A/2007, de 31 de Maio, que estabelece o regime das utilizações dos recursos hídricos, no art. 89º, estipula um prazo de dois anos, a partir da data de entrada em vigor do referido diploma, para que os utilizadores de recursos hídricos não titulados, regularizem a situação; -----

A ARH do Norte, LP., com vista ao cumprimento das suas atribuições em matéria de licenciamento e fiscalização, assegurando uma intervenção integrada nos termos previstos disposição legal do art. 89º do Decreto-Lei nº 226-A/2007, de 31 de Maio e no âmbito dos poderes de delegação de competências que lhe estão legalmente conferidos, entende ser necessária a colaboração das Autarquias, enquanto entidades com competências de gestão e de ordenamento do território, a nível local. -----

Assim, é celebrado o presente Protocolo de Colaboração e Cooperação, adiante designado abreviadamente por Protocolo, entre os acima identificados outorgantes, que se rege pela legislação aplicável e pelas seguintes cláusulas: -----

Cláusula 1ª -----
Objecto -----

O presente Protocolo estabelece o âmbito e os termos de colaboração técnica relativos à prossecução das competências em matéria de recolha de documentação e instrução de processos de regularização das utilizações existentes não tituladas de furos, poços e minas, à data de 31 de Maio de 2007, nos termos do art. 89º do Decreto-Lei nº 226-A/2007, na área geográfica da Câmara Municipal de Chaves, -----

Cláusula 2ª -----

Obrigações da ARH do Norte, I.P. -----

1- Promover a formação dos recursos humanos da Câmara Municipal de Chaves afectos às actividades objecto deste Protocolo. -----

2- Fornecer as ferramentas, nomeadamente software e impressos que possibilitem a concretização das tarefas objecto deste Protocolo. --

3- Acompanhar todo o processo relativo ao objecto do presente Protocolo. -----

Cláusula 3ª -----

Obrigações da Câmara Municipal de Chaves -----

1- Garantir o atendimento dos utilizadores dos recursos hídricos e prestar todos os esclarecimentos solicitados no âmbito da regularização das utilizações existentes não tituladas de furos, poços e minas, na área geográfica da Câmara Municipal de Chaves. ---

2- Garantir o tratamento da informação de acordo com as orientações da ARH do Norte, I.P.. -----

3- Recepcionar a documentação relativa aos processos objecto do presente Protocolo e garantir a sua correcta instrução conforme procedimento definido pela ARH do Norte, I.P.. -----

4- Enviar todos os processos devidamente instruídos para a ARH do Norte, I.P.. -----

5- Sempre que a Câmara faça uso da informação relativa aos recursos hídricos deverá fazer referência à sua fonte (ARH do Norte, I.P.). -

Cláusula 4ª -----

Responsabilidades -----

É responsabilidade da ARH do Norte, I.P., a definição de todo o procedimento objecto do presente Protocolo. -----

Cláusula 5ª -----

Vigência e Prorrogação -----

1- O presente Protocolo é válido durante o período de regularização das situações existentes não tituladas, previsto no artº 89º do Decreto-Lei nº 226-A/2007, de 31 de Maio, acrescido das eventuais prorrogações do referido período, que vierem a ser aprovadas. -----

2- O presente Protocolo entra em vigor na data da sua assinatura e poderá ser denunciado ou alterado, mediante comunicação de qualquer das entidades, com a antecedência mínima de 60 dias. -----

3- O presente Protocolo é celebrado em duplicado ficando um exemplar na posse de cada um dos outorgantes. -----

Aos 29 dias do mês de Maio de 2009. -----

A ARH do Norte, I.P. -----

A Câmara Municipal de Chaves -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a proposta supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3. FREGUESIAS

3.1. REFORMULAÇÃO DO PROTOCOLO DE INVESTIMENTO ASSINADO COM A FREGUESIA DE VILA VERDE DA RAIÁ, DESTE CONCELHO DE CHAVES, RELATIVO AO ANO DE 2008. PROPOSTA Nº 28/GATF/09 -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - JUSTIFICAÇÃO: -----

Considerando que em 28/12/05 foi aprovada a matriz de Protocolo de Delegação de Competências a celebrar entre a Câmara Municipal de Chaves e as respectivas Freguesias do Concelho conforme deliberação da Assembleia Municipal de 28/12/05, bem como o Protocolo de Execução de Delegação de Competências, documentos, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais; ----

Considerando que, dando materialização a tais instrumentos Jurídicos de Delegação de Competências nas Freguesias, veio a ser celebrado em 06/02/08, um Protocolo de Delegação de Competências com a Junta de Freguesia de **Vila Verde da Raia**, destinada à execução das obras de " (Saneamento e Conclusão da Pavimentação da Rua da Lama, pelo valor de 47.000,00€; Saneamento nas Ruas de: Valpedro, do Santo, Travessa das Fontainhas e Travessa das Cruzes) pelo valor de 25.000,00€ e "Recuperação do Edifício da «Antiga Ordenha», para Actividades Culturais", pelo valor de 10.000,00€, no valor total de 82.000,00€, (oitenta e dois mil euros); -----

Considerando que, para além das obras executadas ao abrigo do Protocolo acima mencionado, a freguesia de **Vila Verde da Raia** teve necessidade de executar outras obras, com a finalidade de proporcionar uma melhor qualidade de vida aos cidadãos da freguesia, nomeadamente: Construção da Casa Mortuária, pelo valor de 17.500,00€; -----

Considerando que o orçamento apresentado pela Junta de Freguesia para execução desses trabalhos, é economicamente favorável, se os mesmos forem mandados executar por administração directa da Junta de Freguesia; -----

Considerando que o valor total Protocolado importa em **99.500,00€ (noventa e nove mil e quinhentos euros)**; -----

II - DA PROPOSTA -----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito, acima enunciadas e nos termos da credencial legal prevista na Lei 159/99, de 14/09, e ainda ao abrigo do Quadro Legal de referência em matéria de atribuições e competências das Autarquias Locais positivado na Lei 169/99, de 18/09 e ulteriores alterações tomo a liberdade de sugerir ao Executivo Camarário a aprovação da seguinte proposta: ---

a) Que seja autorizada a reformulação do Protocolo de Execução estabelecido com a Junta de Freguesia de **Vila Verde da Raia**, para 2008, introduzindo-lhe o valor adicional de **17.500,00€** (dezassete mil e quinhentos euros) no seu art. 1º para execução das mencionadas obras. -----

b) Caso a presente proposta venha a merecer a aprovação por parte do Executivo Camarário, a mesma terá cobertura orçamental através da rubrica 08.05.01.02.01., ficando desde já legitimado o Presidente da Câmara a outorgar no documento. -----

À Consideração Superior -----

Câmara Municipal de Chaves, 15 de Maio de 2009 -----

A Funcionária, -----

Anexo: -----

Minuta do Protocolo reformulado -----

I - JUSTIFICAÇÃO -----

EXECUÇÃO DO PROTOCOLO - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS -----

1 - Ao abrigo do disposto na credencial legal estatuída com a publicação da Lei 159/99, de 14 de Setembro, da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei 5-A/ 2002, de 11 de Janeiro, veio a Assembleia Municipal em sua sessão Ordinária do passado dia 28 de Dezembro de 2005, sob proposta do Executivo Camarário, a aprovar um documento formalizador da delegação de competências originariamente atribuídas ao Município, a favor das freguesias do Concelho. -----

2 - Considerando que a materialização de delegação de competências relativa à execução de obras públicas, particularmente no que concerne às obras de construção e reparação extraordinária de infra estruturas e/ou equipamentos públicos, será formalizada através de celebração casuística de protocolo, contendo os direitos e obrigações das partes outorgantes. -----

3 - No entanto, por razões de segurança e certezas jurídicas, conferindo também maior clareza e transparência a tal procedimento, julgou-se oportuno titular tal comparticipação financeira, através da celebração de um PROTOCOLO DE EXECUÇÃO, na sequência daquele que foi oportunamente aprovado, quer pelos órgãos próprios do Município, quer pelos órgãos próprios da freguesia, fazendo-se agora uma referência expressa do valor da comparticipação financeira atribuída e do fim específico a que se destina, designadamente o da execução de determinadas obras públicas. -----

4 - Neste contexto, de forma concreta e individualizada, no cumprimento, aliás, do disposto sobre esta matéria na referida disposição do aludido protocolo, foram previstos nos instrumentos de gestão financeira a vigorar no presente ano económico e para cada uma das freguesias, os montantes financeiros a transferir do orçamento municipal e destinados a tal finalidade. -----
Assim, -----

II - PROTOCOLO DE EXECUÇÃO -----**ENTRE: -----**

1. Outorgante: Município de Chaves, com número de cartão equiparado a Pessoa Colectiva nº. 501 205 551, neste acto legalmente representado pelo Presidente da Câmara, Dr. João Gonçalves Martins Batista, e -----

2. Outorgante: Freguesia de **Vila Verde da Raia**, neste acto legalmente representada pelo Presidente da respectiva Junta de Freguesia, Senhor João Chaves Branco. -----

É celebrado, ao abrigo do disposto na lei 159/99, de 14 de Setembro, Lei 169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações, dando execução às decisões administrativas tomadas, sobre esta matéria, pelos respectivos Órgãos representativos, o presente protocolo de execução, o qual se irá reger nos termos e de acordo com as seguintes cláusulas: -----

1a. - O Município de Chaves, no cumprimento do protocolo de delegação de competências devidamente aprovado pelos Órgãos representativos das partes signatárias, delega na Freguesia de **Vila Verde da Raia**, a execução das seguintes obras: -----

a) Conclusão da Pavimentação de Arruamentos na Rua da Lama" pelo valor de 47.000,00€ -----

b) Saneamento nas Ruas de: Valpedras, do Santo, Travessa das Fontainhas e Travessa das Cruzes", pelo valor de 25.000,00€; -----

c) Recuperação do Edifício da «Antiga Ordenha», para Actividades Culturais, pelo valor de 10.000,00€; -----

d) **Casa Mortuária**, pelo valor de 17.500,00€; -----

2a. - As referidas obras têm dotação orçamental na rubrica 08.05.01.02.01; -----

3ª. - A freguesia de **Vila Verde da Raia** no cumprimento do Protocolo de Delegação de Competências devidamente aprovado pelos seus Órgãos representativos, aceita a presente delegação, consubstanciada na execução das obras: -----

4a. - Para o efeito, a segunda outorgante, freguesia de **Vila Verde da Raia**, obriga-se a incluir as referidas obras nos seus instrumentos de gestão financeira - plano de actividades e orçamento a vigorar para o correspondente ano económico. -----

5a. - A empreitada objecto da presente delegação, deverá estar concluída no prazo máximo de _____ dias, a contar da data da celebração do presente protocolo, obrigando-se a segunda outorgante ao integral cumprimento do citado prazo. -----

6a. - A transferência do montante financeiro indicado no artigo 2., no valor global de **-99.500,00 €, (noventa e nove mil e quinhentos euros)** será efectuada em função dos encargos assumidos e vencidos com a execução da referida empreitada/ obra pública, mediante a prévia apresentação dos respectivos autos de medição de trabalhos.

7a. - O Município de Chaves, obriga-se a prestar todo o apoio no acompanhamento técnico da execução da empreitada/ obra pública, disponibilizando-se ainda a garantir a actividade tendente à sua adequada fiscalização. -----

8a. - Em tudo o que for omissa no presente protocolo, aplicar-se-ão as regras previstas, sobre esta matéria, na matriz "Protocolo de Delegação de Competências" devidamente aprovado pelos Órgãos representativos das partes signatárias. -----

Chaves, _____ de _____ de 2009 -----

O Preside)nte da Câmara Municipal -----

(Dr. João Batista) -----

O Presidente da Junta de Freguesia -----

(João Chaves Branco) -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a proposta supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

3.2. PROTOCOLOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETENCIAS NO DOMINIO DA EDUCAÇÃO/TRANSPORTE DE UMA CRIANÇA DO LUGAR DE VALE DO CORVO, DA FREGUESIA DE S. VICENTE DA RAIA/CHAVES. PROPOSTA N.º. 29/GATF/09. ---

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I ----- **JUSTIFICAÇÃO** -----

Considerando que nos termos do disposto no n.º. 1 do artigo 66º. Da Lei 169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações a Câmara Municipal, mediante autorização da Assembleia Municipal de 28 de Dezembro de 2005, pode delegar competências nas Juntas de Freguesia interessadas, mediante a celebração de protocolos; -----

Considerando que a Câmara Municipal vem assinando Protocolos com as Freguesias do Concelho na materialização da execução de determinadas competências, nomeadamente na área da Educação; -----

Considerando que a Divisão de Educação e Desporto da Autarquia informou que a Junta de Freguesia de S. Vicente da Raia assumiu o transporte da aluna Andreia Canela dos Santos, a frequentar o 8º.

Ano da Escola EB 2,3 Dr. Francisco Gonçalves Carneiro em Chaves, desde a sua residência no lugar do Vale do Covo da freguesia de S. Vicente da Raia, até à paragem do Transporte Público, em S. Vicente;

DA PROPOSTA -----

Assim, dando cumprimento ao despacho do Senhor Presidente da Câmara, datado de 13 de Maio de 2009, proponho a execução de um Protocolo com a Junta de Freguesia de S. Vicente da Raia, no valor de **850,00€** (oitocentos e cinquenta euros) para apoiar as despesas com o transporte da referida aluna, no ano lectivo 2008/2009. -----

À consideração superior. -----

Câmara Municipal de Chaves, 15 de Maio de 2009 -----

A Funcionária -----

Anexo: Matriz do Protocolo. -----

I - JUSTIFICAÇÃO -----

EXECUÇÃO DO PROTOCOLO - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS -----

1 - Ao abrigo do disposto na credencial legal estatuída com a publicação da Lei 159/99, de 14 de Setembro, da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei 5-A/ 2002, de 11 de Janeiro, veio a Assembleia Municipal em sua sessão Ordinária do passado dia 27 de Fevereiro de 2002, sob proposta do Executivo Camarário, a aprovar um documento formalizador da delegação de competências originariamente atribuídas ao Município, a favor das freguesias do Concelho. -----

2 - Considerando que a materialização de delegação de competências relativa à execução de obras públicas, particularmente no que concerne às obras de construção e reparação extraordinária de infra estruturas e/ou equipamentos públicos, será formalizada através de celebração casuística de protocolo, contendo os direitos e obrigações das partes outorgantes. -----

3 - No entanto, por razões de segurança e certezas jurídicas, conferindo também maior clareza e transparência a tal procedimento, julgou-se oportuno titular tal comparticipação financeira, através da celebração de um PROTOCOLO DE EXECUÇÃO, na sequência daquele que foi oportunamente aprovado, quer pelos órgãos próprios do Município, quer pelos órgãos próprios da freguesia, fazendo-se agora uma referência expressa do valor da comparticipação financeira atribuída e do fim específico a que se destina, designadamente o da execução de determinadas obras públicas. -----

4 - Neste contexto, de forma concreta e individualizada, no cumprimento, aliás, do disposto sobre esta matéria na referida disposição do aludido protocolo, foram previstos nos instrumentos de gestão financeira a vigorar no presente ano económico e para cada uma das freguesias, os montantes financeiros a transferir do orçamento municipal e destinados a tal finalidade. -----

Assim, -----

II - PROTOCOLO DE EXECUÇÃO -----

ENTRE: -----

1. Outorgante: Município de Chaves, com número de cartão equiparado a Pessoa Colectiva nº. 501 205 130, neste acto legalmente representado pelo Presidente da Câmara, Dr. João Gonçalves Martins Batista, e -----

2. Outorgante: Freguesia de **São Vicente**, neste acto legalmente representada pelo Presidente da respectiva Junta de Freguesia, Senhor Antenor dos Anjos. -----

É celebrado, ao abrigo do disposto na lei 159/99, de 14 de Setembro, Lei 169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações, dando

execução às decisões administrativas tomadas, sobre esta matéria, pelos respectivos Órgãos representativos, o presente protocolo de execução, o qual se irá reger nos termos e de acordo com as seguintes cláusulas: -----

1a. - O Município de Chaves, no cumprimento do protocolo de delegação de competências devidamente aprovado pelos Órgãos representativos das partes signatárias, delega na Freguesia de São Vicente a prestação do seguinte serviço: -----

a) *Transporte da aluna Andreia Canela dos Santos, a frequentar o 8º. Ano da Escola EB 2,3 Dr. Francisco Gonçalves Carneiro em Chaves, residente no lugar do Vale do Covo da freguesia de S. Vicente da Raia,* até à paragem do transporte público, pelo valor de 850,00€; --

2a. - Este procedimento tem dotação orçamental na rubrica 08.05.01.02.01; -----

3ª. - A freguesia de **São Vicente** no cumprimento do Protocolo de Delegação de Competências devidamente aprovado pelos seus Órgãos representativos, aceita a presente delegação, consubstanciada no Transporte da aluna Andreia Canela dos Santos, a frequentar o 7º. Ano da Escola EB 2,3 Dr. Francisco Gonçalves Carneiro em Chaves, residente no lugar do Vale do Covo da freguesia de S. Vicente da Raia, até à paragem do transporte público. -----

4a. - Para o efeito, a segunda outorgante, freguesia de **São Vicente**, obriga-se a incluir este valor nos seus instrumentos de gestão financeira - plano de actividades e orçamento a vigorar para o correspondente ano económico. -----

5a. - A transferência do montante financeiro indicado no artigo 2., no valor global de **-850,00 €, (oitocentos e cinquenta euros)** será efectuada em função dos encargos assumidos. -----

6a. - Em tudo o que for omissa no presente protocolo, aplicar-se-ão as regras previstas, sobre esta matéria, na matriz "Protocolo de Delegação de Competências" devidamente aprovado pelos Órgãos representativos das partes signatárias. -----
Chaves, de de 2009 -----

O Presidente da Câmara Municipal -----
(Dr. João Batista) -----

O Presidente da Junta de Freguesia -----
(Antenor dos Anjos) -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a proposta supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

3.3. REFORMULAÇÃO DO PROTOCOLO DE INVESTIMENTO ASSINADO COM A FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR, CONCELHO DE CHAVES, RELATIVO AO ANO DE 2008. PROPOSTA N 31/GATF/09. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - JUSTIFICAÇÃO: -----

Considerando que em 28/12/05 foi aprovada a matriz de Protocolo de Delegação de Competências a celebrar entre a Câmara Municipal de Chaves e as respectivas Freguesias do Concelho conforme deliberação da Assembleia Municipal de 28/12/05, bem como o Protocolo de Execução de Delegação de Competências, documentos, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais;
Considerando que, dando materialização a tais instrumentos Jurídicos de Delegação de Competências nas Freguesias, veio a ser celebrado em

10/09/08 um Protocolo de Delegação de Competências com a Junta de Freguesia de **Santa Maria Maior**, destinada à execução de várias obras de Arruamentos na Freguesia, nomeadamente a pavimentação das seguintes Ruas: De Trás (Casas dos Montes); de S. Neutel; Dr. Artur Almeida Carvalho; Rua e Largo do Bairro da Previdência; Beco do Rivelas e Pontão do Rivelas; Caminho da Galinheira; Largo das Casas dos Montes; Rua do Rio; Beco da Rua Tenente Porfírio da Silva; Largo Senhor do Calvário; Largo do Pessegueiro, Rua e Canelha da Estação, Continuação da pavimentação do Largo de Casas dos Montes; Arranjo do Bairro dos Fortes; pavimentação da Rua dos Gafos; Jardim do Cino-Chaves; Largo do Cino-Chaves; Pontão do Rivelas e Rua do Rivelas, no valor total de 217.430,00€; -----

Considerando que, para além das obras executadas ao abrigo do Protocolo acima mencionado, a freguesia de **Santa Maria Maior** tem necessidade de proceder à limpeza do Ribeiro do Rivelas, que inclui corte de vegetação das duas margens e leito da foz até ao asilo, com a retirada de todo o lixo ali acumulado e transporte do mesmo, pelo valor de 15.570,00€, IVA incluído, o que vai permitir a requalificação daquele afluente do Rio Tâmega, com a melhoria do ambiente; -----

Considerando que a Proposta apresentada pelo Construtor Jorge Carvalho & Carvalho Lda. é economicamente favorável, se os trabalhos forem mandados executar por administração directa da Junta de Freguesia; -----

Considerando que o valor total Protocolado com a Freguesia de Santa Maria Maior importa em **233.180,00€** (duzentos e trinta e três mil, cento e oitenta euros), dos quais já foram pagos 42.550,00€; -----

II - DA PROPOSTA -----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito, acima enunciadas e nos termos da credencial legal prevista na Lei 159/99, de 14/09, e ainda ao abrigo do Quadro Legal de referência em matéria de atribuições e competências das Autarquias Locais positivado na Lei 169/99, de 18/09 e ulteriores alterações tomo a liberdade de sugerir ao Executivo Camarário a aprovação da seguinte proposta: ---

a) Que seja autorizada a reformulação do Protocolo de Execução estabelecido com a Junta de Freguesia de **Santa Maria Maior**, para 2008, introduzindo-lhe o valor adicional de **15.750,00€ (quinze mil setecentos e cinquenta euros)** no seu art. 1º para execução das mencionadas obras. -----

c) Caso a presente proposta venha a merecer a aprovação por parte do Executivo Camarário, a mesma terá cobertura orçamental através da rubrica 08.05.01.02.01., ficando desde já legitimado o Presidente da Câmara a outorgar no documento. -----

À Consideração Superior -----

Câmara Municipal de Chaves, 27 de Maio de 2009 -----

A Funcionária, -----

Anexo: -----

Minuta do Protocolo reformulado. -----

I - JUSTIFICAÇÃO -----

EXECUÇÃO DO PROTOCOLO - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS -----

1 - Ao abrigo do disposto na credencial legal estatuída com a publicação da Lei 159/99, de 14 de Setembro, da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei 5-A/ 2002, de 11 de Janeiro, veio a Assembleia Municipal em sua sessão Ordinária do passado dia 27 de Fevereiro de 2002, sob proposta do Executivo

Camarário, a aprovar um documento formalizador da delegação de competências originariamente atribuídas ao Município, a favor das freguesias do Concelho. -----

2 - Considerando que a materialização de delegação de competências relativa à execução de obras públicas, particularmente no que concerne às obras de construção e reparação extraordinária de infraestruturas e/ou equipamentos públicos, será formalizada através de celebração casuística de protocolo, contendo os direitos e obrigações das partes outorgantes. -----

3 - No entanto, por razões de segurança e certezas jurídicas, conferindo também maior clareza e transparência a tal procedimento, julgou-se oportuno titular tal comparticipação financeira, através da celebração de um PROTOCOLO DE EXECUÇÃO, na sequência daquele que foi oportunamente aprovado, quer pelos órgãos próprios do Município, quer pelos órgãos próprios da freguesia, fazendo-se agora uma referência expressa do valor da comparticipação financeira atribuída e do fim específico a que se destina, designadamente o da execução de determinadas obras públicas. -----

4 - Neste contexto, de forma concreta e individualizada, no cumprimento, aliás, do disposto sobre esta matéria na referida disposição do aludido protocolo, foram previstos nos instrumentos de gestão financeira a vigorar no presente ano económico e para cada uma das freguesias, os montantes financeiros a transferir do orçamento municipal e destinados a tal finalidade. -----

Assim, -----

II - PROTOCOLO DE EXECUÇÃO -----

ENTRE: -----

1. Outorgante: Município de Chaves, com número de cartão equiparado a Pessoa Colectiva nº. 501 205 551, neste acto legalmente representado pelo Presidente da Câmara, Dr. João Gonçalves Martins Batista, e -----

2. Outorgante: Freguesia de Santa Maria Maior neste acto legalmente representada pelo Presidente da respectiva Junta de Freguesia, Senhor João Carlos Alves Neves. -----

É celebrado, ao abrigo do disposto na lei 159/99, de 14 de Setembro, Lei 169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações, dando execução às decisões administrativas tomadas, sobre esta matéria, pelos respectivos Órgãos representativos, o presente protocolo de execução, o qual se irá reger nos termos e de acordo com as seguintes cláusulas: -----

1a. - O Município de Chaves, no cumprimento do protocolo de delegação de competências devidamente aprovado pelos Órgãos representativos das partes signatárias, delega na Freguesia de **Santa Maria Maior**, a execução da obra de: -----

a) **Arruamentos em várias ruas e Largos da Freguesia**, pelo valor de 49.650,00€; -----

b) **Pavimentação do Caminho da Galinheira, do Beco do Rivelas e construção do Pontão do Rivelas**, pelo valor de 48.700,00€; -----

c) **Polidesportivo da Urbanização da Trindade"** pelo valor de 50.200,00€; -----

d) **Complementação da pavimentação de várias ruas e execução de novas**, pelo valor de 68.880,00€; -----

e) **Limpeza do Rivelas**, pelo valor de 15.750,00€ -----

2a. - As referidas obras têm dotação orçamental na rubrica 08.05.01.02.01; -----

3ª. - A freguesia de **Santa Maria Maior** no cumprimento do Protocolo de Delegação de Competências devidamente aprovado pelos seus Órgãos representativos, aceita a presente delegação, consubstanciada na execução das referidas obras. -----

4a. - Para o efeito, a segunda outorgante, freguesia de **Santa Maria Maior**, obriga-se a incluir as referidas obras nos seus instrumentos de gestão financeira - plano de actividades e orçamento a vigorar para o correspondente ano económico. -----

5a. - A empreitada objecto da presente delegação, deverá estar concluída no prazo máximo de _____ dias, a contar da data da celebração do presente protocolo, obrigando-se a segunda outorgante ao integral cumprimento do citado prazo. -----

6a. - Do valor global de **233.180,00€** (duzentos e trinta e três, cento e oitenta euros) indicado na cláusula 1ª, já foram transferidos para a conta de respectiva Junta 42.550,00€ e o restante será efectuada em função dos encargos assumidos e vencidos com a execução da referida empreitada/ obra pública, mediante a prévia apresentação dos respectivos autos de medição de trabalhos.

7a. - Em tudo o que for omissa no presente protocolo, aplicar-se-ão as regras previstas, sobre esta matéria, na matriz "Protocolo de Delegação de Competências" devidamente aprovado pelos Órgãos representativos das partes signatárias. -----
Chaves, _____ de _____ de 2009 -----

O Presidente da Câmara Municipal -----
(Dr. João Batista) -----

O Presidente da Junta de Freguesia -----
(João Carlos Alves Neves) -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a proposta supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

3.4. REFORMULAÇÃO DO PROTOCOLO DE INVESTIMENTO ASSINADO COM A FREGUESIA DE VIDAGO, DESTE CONCELHO DE CHAVES, RELATIVO AO ANO DE 2008. PROPOSTA N 32/GATF/09. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - JUSTIFICAÇÃO: -----

Considerando que em 28/12/05 foi aprovada a matriz de Protocolo de Delegação de Competências a celebrar entre a Câmara Municipal de Chaves e as respectivas Freguesias do Concelho conforme deliberação da Assembleia Municipal de 28/12/05, bem como o Protocolo de Execução de Delegação de Competências, documentos, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais; ----
Considerando que, dando materialização a tais instrumentos Jurídicos de Delegação de Competências nas Freguesias, veio a ser celebrado em 31/07/08 e 16/10/08, um Protocolo de Delegação de Competências com a Junta de Freguesia de **Vidago**, destinada à execução das obras de "*Arruamentos na Freguesia*", pelo valor de 20.000.00€; -----

Considerando que, o valor das obras executadas ao abrigo do Protocolo acima mencionado, não cobriu as despesas efectuadas; ----

Considerando que a Junta de Freguesia, vem solicitar a reformulação do seu Protocolo acrescentando mais 5.000,00€ ao valor inicialmente atribuído, para pagamento das obras em causa; -----

Considerando que o valor total Protocolado importa em **25.000,00€** (**vinte e cinco, mil euros**); -----

II - DA PROPOSTA

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito, acima enunciadas e nos termos da credencial legal prevista na Lei 159/99, de 14/09, e ainda ao abrigo do Quadro Legal de referência em matéria de atribuições e competências das Autarquias Locais positivado na Lei 169/99, de 18/09 e ulteriores alterações tomo a liberdade de sugerir ao Executivo Camarário a aprovação da seguinte proposta:

a) Que seja autorizada a reformulação do Protocolo de Execução estabelecido com a Junta de Freguesia de **Vidago**, para 2008, introduzindo-lhe o valor adicional de **5.000,00€** (cinco mil euros) no seu art. 1º para execução das mencionadas obras.

b) Caso a presente proposta venha a merecer a aprovação por parte do Executivo Camarário, a mesma terá cobertura orçamental através da rubrica 08.05.01.02.01., ficando desde já legitimado o Presidente da Câmara a outorgar no documento.

À Consideração Superior

Câmara Municipal de Chaves, 27 de Maio de 2009

A Funcionária,

Anexo:

Minuta do Protocolo reformulado.

I - JUSTIFICAÇÃO**EXECUÇÃO DO PROTOCOLO - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS**

1 - Ao abrigo do disposto na credencial legal estatuída com a publicação da Lei 159/99, de 14 de Setembro, da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei 5-A/ 2002, de 11 de Janeiro, veio a Assembleia Municipal em sua sessão Ordinária do passado dia 28 de Dezembro de 2005, sob proposta do Executivo Camarário, a aprovar um documento formalizador da delegação de competências originariamente atribuídas ao Município, a favor das freguesias do Concelho.

2 - Considerando que a materialização de delegação de competências relativa à execução de obras públicas, particularmente no que concerne às obras de construção e reparação extraordinária de infra estruturas e/ou equipamentos públicos, será formalizada através de celebração casuística de protocolo, contendo os direitos e obrigações das partes outorgantes.

3 - No entanto, por razões de segurança e certezas jurídicas, conferindo também maior clareza e transparência a tal procedimento, julgou-se oportuno titular tal comparticipação financeira, através da celebração de um PROTOCOLO DE EXECUÇÃO, na sequência daquele que foi oportunamente aprovado, quer pelos órgãos próprios do Município, quer pelos órgãos próprios da freguesia, fazendo-se agora uma referência expressa do valor da comparticipação financeira atribuída e do fim específico a que se destina, designadamente o da execução de determinadas obras públicas.

4 - Neste contexto, de forma concreta e individualizada, no cumprimento, aliás, do disposto sobre esta matéria na referida disposição do aludido protocolo, foram previstos nos instrumentos de gestão financeira a vigorar no presente ano económico e para cada uma das freguesias, os montantes financeiros a transferir do orçamento municipal e destinados a tal finalidade.

Assim,

II - PROTOCOLO DE EXECUÇÃO

ENTRE:

1. Outorgante: Município de Chaves, com número de cartão equiparado a Pessoa Colectiva nº. 501 205 551, neste acto legalmente representado pelo Presidente da Câmara, Dr. João Gonçalves Martins Batista, e -----

2. Outorgante: Freguesia de **Vidago**, neste acto legalmente representada pelo Presidente da respectiva Junta de Freguesia, Senhor Eduardo Júlio Alves Brás. -----

É celebrado, ao abrigo do disposto na lei 159/99, de 14 de Setembro, Lei 169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações, dando execução às decisões administrativas tomadas, sobre esta matéria, pelos respectivos Órgãos representativos, o presente protocolo de execução, o qual se irá reger nos termos e de acordo com as seguintes cláusulas: -----

1a. - O Município de Chaves, no cumprimento do protocolo de delegação de competências devidamente aprovado pelos Órgãos representativos das partes signatárias, delega na Freguesia de **Vidago**, a execução das seguintes obras: -----

a) Arruamentos na Freguesia, pelo valor de 12.000,00 €; -----

b) Continuação de Arruamentos na Freguesia, pelo valor de 5.000,00€ -----

2a. - As referidas obras têm dotação orçamental na rubrica 08.05.01.02.01; -----

3ª. - A freguesia de **Vidago** no cumprimento do Protocolo de Delegação de Competências devidamente aprovado pelos seus Órgãos representativos, aceita a presente delegação, consubstanciada na execução das obras: -----

4a. - Para o efeito, a segunda outorgante, freguesia de **Vidago**, obriga-se a incluir as referidas obras nos seus instrumentos de gestão financeira - plano de actividades e orçamento a vigorar para o correspondente ano económico. -----

5a. - A empreitada objecto da presente delegação, deverá estar concluída no prazo máximo de _____ dias, a contar da data da celebração do presente protocolo, obrigando-se a segunda outorgante ao integral cumprimento do citado prazo. -----

6a. - A transferência do montante financeiro indicado no artigo 2, no valor global de **-25.000,00 €** (vinte e cinco mil euros) será efectuada em função dos encargos assumidos e vencidos com a execução da referida empreitada/ obra pública, mediante a prévia apresentação dos respectivos autos de medição de trabalhos. -----

7a. - O Município de Chaves, obriga-se a prestar todo o apoio no acompanhamento técnico da execução da empreitada/ obra pública, disponibilizando-se ainda a garantir a actividade tendente à sua adequada fiscalização. -----

8a. - Em tudo o que for omissso no presente protocolo, aplicar-se-ão as regras previstas, sobre esta matéria, na matriz "Protocolo de Delegação de Competências" devidamente aprovado pelos Órgãos representativos das partes signatárias. -----

Chaves, de _____ de 2008 -----

O Presidente da Câmara Municipal -----
(Dr. João Batista) -----

O Presidente da Junta de Freguesia -----
(Eduardo Júlio Alves Brás) -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a proposta supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

3.5. REFORMULAÇÃO DO PROTOCOLO DE INVESTIMENTO ASSINADO COM A FREGUESIA DE CELA, DESTE CONCELHO DE CHAVES, RELATIVO AO ANO DE 2008. PROPOSTA N.º. 33/GATF/09. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - JUSTIFICAÇÃO: -----

Considerando que em 28/12/05 foi aprovada a matriz de Protocolo de Delegação de Competências a celebrar entre a Câmara Municipal de Chaves e as respectivas Freguesias do Concelho conforme deliberação da Assembleia Municipal de 28/12/05, bem como o Protocolo de Execução de Delegação de Competências, documentos, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais; ----

Considerando que, dando materialização a tais instrumentos Jurídicos de Delegação de Competências nas Freguesias, vieram a ser celebrados em 16/02/08 e 30/06/08 Protocolos de Delegação de Competências com a Junta de Freguesia de **Cela**, destinada à aquisição, de terreno para implantação da ETAR de Tresmundes, Reforço do Abastecimento de Água; alargamento do Cemitério de Tresmundes; Reforço do Abastecimento de Água e novo Furo na aldeia da Cela e Pavimentação de Arruamentos, pelo valor total de 36500,00€; -----

Considerando que, para além das obras executadas ao abrigo do Protocolo acima mencionado, a freguesia de **Cela** tem necessidade de proceder à captação de água nas Ribeiras, com a execução de novo furo e colocação de bomba, finalidade de proporcionar uma melhor qualidade de vida aos cidadãos da freguesia, dado que já tem falta de água; -----

Considerando que o orçamento apresentado pela Junta de Freguesia, para execução desses trabalhos, é economicamente favorável, se os mesmos forem mandados executar por administração directa da Junta de Freguesia; -----

Considerando que o valor total Protocolado importa em **47.100,00€ (quarenta e sete mil e cem euros)**; -----

II - DA PROPOSTA -----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito, acima enunciadas e nos termos da credencial legal prevista na Lei 159/99, de 14/09, e ainda ao abrigo do Quadro Legal de referência em matéria de atribuições e competências das Autarquias Locais positivado na Lei 169/99, de 18/09 e ulteriores alterações tomo a liberdade de sugerir ao Executivo Camarário a aprovação da seguinte proposta: ---

a) Que seja autorizada a reformulação do Protocolo de Execução estabelecido com a Junta de Freguesia de **Cela**, para 2008, introduzindo-lhe o valor adicional de **10.600,00€** (dez mil e seiscentos euros), no seu art. 1º para execução das mencionadas obras. -----

b) Caso a presente proposta venha a merecer a aprovação por parte do Executivo Camarário, a mesma terá cobertura orçamental através da rubrica 08.05.01.02.01., ficando desde já legitimado o Presidente da Câmara a outorgar no documento. -----

À Consideração Superior -----

Câmara Municipal de Chaves, 27 de Maio de 2009 -----

A Funcionária, -----

anexo: -----

Minuta do Protocolo reformulado. -----

I - JUSTIFICAÇÃO -----

EXECUÇÃO DO PROTOCOLO - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS -----

1 - Ao abrigo do disposto na credencial legal estatuída com a publicação da Lei 159/99, de 14 de Setembro, da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei 5-A/ 2002, de 11 de Janeiro, veio a Assembleia Municipal em sua sessão Ordinária do passado dia 28 de Dezembro de 2005, sob proposta do Executivo Camarário, a aprovar um documento formalizador da delegação de competências originariamente atribuídas ao Município, a favor das freguesias do Concelho. -----

2 - Considerando que a materialização de delegação de competências relativa à execução de obras públicas, particularmente no que concerne às obras de construção e reparação extraordinária de infra estruturas e/ou equipamentos públicos, será formalizada através de celebração casuística de protocolo, contendo os direitos e obrigações das partes outorgantes. -----

3 - No entanto, por razões de segurança e certezas jurídicas, conferindo também maior clareza e transparência a tal procedimento, julgou-se oportuno titular tal comparticipação financeira, através da celebração de um PROTOCOLO DE EXECUÇÃO, na sequência daquele que foi oportunamente aprovado, quer pelos órgãos próprios do Município, quer pelos órgãos próprios da freguesia, fazendo-se agora uma referência expressa do valor da comparticipação financeira atribuída e do fim específico a que se destina, designadamente o da execução de determinadas obras públicas. -----

4 - Neste contexto, de forma concreta e individualizada, no cumprimento, aliás, do disposto sobre esta matéria na referida disposição do aludido protocolo, foram previstos nos instrumentos de gestão financeira a vigorar no presente ano económico e para cada uma das freguesias, os montantes financeiros a transferir do orçamento municipal e destinados a tal finalidade. -----

Assim, -----

II - PROTOCOLO DE EXECUÇÃO -----

ENTRE: -----

1. Outorgante: Município de Chaves, com número de cartão equiparado a Pessoa Colectiva nº. 501 205 551, neste acto legalmente representado pelo Presidente da Câmara, Dr. João Gonçalves Martins Batista, e -----

2. Outorgante: Freguesia de **Cela**, neste acto legalmente representada pelo Presidente da respectiva Junta de Freguesia, Senhor Helder Leão de Castro Lopo. -----

É celebrado, ao abrigo do disposto na lei 159/99, de 14 de Setembro, Lei 169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações, dando execução às decisões administrativas tomadas, sobre esta matéria, pelos respectivos Órgãos representativos, o presente protocolo de execução, o qual se irá reger nos termos e de acordo com as seguintes cláusulas: -----

1a. - O Município de Chaves, no cumprimento do protocolo de delegação de competências devidamente aprovado pelos Órgãos representativos das partes signatárias, delega na Freguesia de **Cela**, a execução das seguintes obras: -----

a) Aquisição do Terreno para implantação da ETAR, pelo valor de 1.500,00€; -----

b) Reforço do Abastecimento de Água, pelo valor de 5.500,00€; -----

c) Alargamento do Cemitério de Tresmundes, pelo valor de 7.000,00€;

d) Reforço do Abastecimento de Água - Execução de novo Furo na Cela, pelo valor de 7.500,00€; -----

e) "Pavimentação de Arruamentos em várias aldeias da Freguesia", pelo valor de 15.000,00€; -----

f) **Captação de água nas Ribeiras, com execução de furo e colocação de Bomba**, pelo valor de 10.600,00€. -----

2a. - As referidas obras têm dotação orçamental na rubrica 08.05.01.02.01; -----

3ª. - A freguesia de **Cela** no cumprimento do Protocolo de Delegação de Competências devidamente aprovado pelos seus Órgãos representativos, aceita a presente delegação, consubstanciada na execução das obras: -----

4a. - Para o efeito, a segunda outorgante, freguesia de **Cela**, obriga-se a incluir as referidas obras nos seus instrumentos de gestão financeira - plano de actividades e orçamento a vigorar para o correspondente ano económico. -----

5a. - A empreitada objecto da presente delegação, deverá estar concluída no prazo máximo de _____ dias, a contar da data da celebração do presente protocolo, obrigando-se a segunda outorgante ao integral cumprimento do citado prazo. -----

6a. - A transferência do montante financeiro indicado no artigo 2., no valor global de - **47.100,00** (quarenta e sete mil e cem euros), dos quais 7.500,00€ já foram pagos e restantes encargos assumidos e vencidos com a execução da referida empreitada/ obra pública, serão transferidos mediante a prévia apresentação dos respectivos autos de medição de trabalhos. -----

7a. - O Município de Chaves, obriga-se a prestar todo o apoio no acompanhamento técnico da execução da empreitada/ obra pública, disponibilizando-se ainda a garantir a actividade tendente à sua adequada fiscalização. -----

8a. - Em tudo o que for omissa no presente protocolo, aplicar-se-ão as regras previstas, sobre esta matéria, na matriz "Protocolo de Delegação de Competências" devidamente aprovado pelos Órgãos representativos das partes signatárias. -----
Chaves, de de 2009 -----

O Presidente da Câmara Municipal -----
(Dr. João Batista) -----

O Presidente da Junta de Freguesia -----
(Hélder Leão de Castro Lopo) -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a proposta supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

3.6. REFORMULAÇÃO DO PROTOCOLO DE INVESTIMENTO ASSINADO COM A FREGUESIA DE BOBADELA, DESTE CONCELHO DE CHAVES, RELATIVO AO ANO DE 2008. PROPOSTA N.º, 34/GATF/09. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - JUSTIFICAÇÃO: -----

Considerando que em 28/12/05 foi aprovada a matriz de Protocolo de Delegação de Competências a celebrar entre a Câmara Municipal de Chaves e as respectivas Freguesias do Concelho conforme deliberação da Assembleia Municipal de 28/12/05, bem como o Protocolo de Execução de Delegação de Competências, documentos, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais; ----
Considerando que, dando materialização a tais instrumentos Jurídicos de Delegação de Competências nas Freguesias, veio a ser celebrado em

16/02/08 um Protocolo de Delegação de Competências com a Junta de Freguesia de **Bobadela**, destinada à execução do Arranjo Urbanístico do Largo da Escola e Pavimentação de Arruamentos, pelo valor total de 13.500,00€ (treze mil e quinhentos euros); -----
Considerando que, para além das obras executadas ao abrigo do Protocolo acima mencionado, a freguesia de **Bobadela** tem necessidade de proceder à construção de uma casa Mortuária, dado que na Freguesia não existe nenhuma Capela que possa ser utilizada para o efeito; -----

Considerando que o orçamento apresentado pela Junta de Freguesia, no valor de 10.000,00€ (dez mil euros) para execução desses trabalhos, é economicamente favorável, se os mesmos forem mandados executar por administração directa da Junta de Freguesia; -----

Considerando que o valor total Protocolado importa em **23.500,00€ (vinte e três mil e quinhentos euros)**; -----

II - DA PROPOSTA -----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito, acima enunciadas e nos termos da credencial legal prevista na Lei 159/99, de 14/09, e ainda ao abrigo do Quadro Legal de referência em matéria de atribuições e competências das Autarquias Locais positivado na Lei 169/99, de 18/09 e ulteriores alterações tomo a liberdade de sugerir ao Executivo Camarário a aprovação da seguinte proposta: ---

a) Que seja autorizada a reformulação do Protocolo de Execução estabelecido com a Junta de Freguesia de **Bobadela**, para 2008, introduzindo-lhe o valor adicional de 10.000,00€ (dez mil euros), no seu art. 1º para execução das mencionadas obras. -----

b) Caso a presente proposta venha a merecer a aprovação por parte do Executivo Camarário, a mesma terá cobertura orçamental através da rubrica 08.05.01.02.01., ficando desde já legitimado o Presidente da Câmara a outorgar no documento. -----

À Consideração Superior -----

Câmara Municipal de Chaves, 27 de Maio de 2009 -----

A Funcionária, -----

Anexo: -----

Minuta do Protocolo reformulado. -----

I - JUSTIFICAÇÃO -----

EXECUÇÃO DO PROTOCOLO - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS -----

1 - Ao abrigo do disposto na credencial legal estatuída com a publicação da Lei 159/99, de 14 de Setembro, da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei 5-A/ 2002, de 11 de Janeiro, veio a Assembleia Municipal em sua sessão Ordinária do passado dia 28 de Dezembro de 2005, sob proposta do Executivo Camarário, a aprovar um documento formalizador da delegação de competências originariamente atribuídas ao Município, a favor das freguesias do Concelho. -----

2 - Considerando que a materialização de delegação de competências relativa à execução de obras públicas, particularmente no que concerne às obras de construção e reparação extraordinária de infra estruturas e/ou equipamentos públicos, será formalizada através de celebração casuística de protocolo, contendo os direitos e obrigações das partes outorgantes. -----

3 - No entanto, por razões de segurança e certezas jurídicas, conferindo também maior clareza e transparência a tal procedimento, julgou-se oportuno titular tal comparticipação financeira, através da celebração de um PROTOCOLO DE EXECUÇÃO, na sequência daquele que foi oportunamente aprovado, quer pelos órgãos próprios do Município,

quer pelos órgãos próprios da freguesia, fazendo-se agora uma referência expressa do valor da comparticipação financeira atribuída e do fim específico a que se destina, designadamente o da execução de determinadas obras públicas. -----

4 - Neste contexto, de forma concreta e individualizada, no cumprimento, aliás, do disposto sobre esta matéria na referida disposição do aludido protocolo, foram previstos nos instrumentos de gestão financeira a vigorar no presente ano económico e para cada uma das freguesias, os montantes financeiros a transferir do orçamento municipal e destinados a tal finalidade. -----

Assim, -----

II - PROTOCOLO DE EXECUÇÃO -----

ENTRE: -----

1. Outorgante: Município de Chaves, com número de cartão equiparado a Pessoa Colectiva nº. 501 205 551, neste acto legalmente representado pelo Presidente da Câmara, Dr. João Gonçalves Martins Batista, e -----

2. Outorgante: Freguesia de **Bobadela** neste acto legalmente representada pelo Presidente da respectiva Junta de Freguesia, Senhor António Agostinho Pereira Ferreira. -----

É celebrado, ao abrigo do disposto na lei 159/99, de 14 de Setembro, Lei 169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações, dando execução às decisões administrativas tomadas, sobre esta matéria, pelos respectivos Órgãos representativos, o presente protocolo de execução, o qual se irá reger nos termos e de acordo com as seguintes cláusulas: -----

1a. - O Município de Chaves, no cumprimento do protocolo de delegação de competências devidamente aprovado pelos Órgãos representativos das partes signatárias, delega na Freguesia de **Bobadela**, a execução das seguintes obras: -----

a) - **Pavimentação de Arruamentos**, pelo valor de 3.500,00€; -----

b) **Arranjo Urbanístico do Largo da Escola**, pelo valor de 10.000,00€; -----

c) **Construção e uma Casa Mortuária**, pelo valor de 10.000,00€ ----

2a. - As referidas obras têm dotação orçamental na rubrica 08.05.01.02.01; -----

3ª. - A freguesia de **Bobadela** no cumprimento do Protocolo de Delegação de Competências devidamente aprovado pelos seus Órgãos representativos, aceita a presente delegação, consubstanciada na execução das obras: -----

4a. - Para o efeito, a segunda outorgante, freguesia de **Bobadela** obriga-se a incluir as referidas obras nos seus instrumentos de gestão financeira - plano de actividades e orçamento a vigorar para o correspondente ano económico. -----

5a. - A empreitada objecto da presente delegação, deverá estar concluída no prazo máximo de _____ dias, a contar da data da celebração do presente protocolo, obrigando-se a segunda outorgante ao integral cumprimento do citado prazo. -----

6a. - A transferência do montante financeiro indicado no artigo 2., no valor global de - **23.500,00** (vinte e três mil e quinhentos euros), dos quais já foram pagos 5.000,00€, será efectuada em função dos encargos assumidos e vencidos com a execução da referida empreitada/ obra pública, mediante a prévia apresentação dos respectivos autos de medição de trabalhos. -----

7a. - O Município de Chaves, obriga-se a prestar todo o apoio no acompanhamento técnico da execução da empreitada/ obra pública,

disponibilizando-se ainda a garantir a actividade tendente à sua adequada fiscalização. -----

8a. - Em tudo o que for omissa no presente protocolo, aplicar-se-ão as regras previstas, sobre esta matéria, na matriz "Protocolo de Delegação de Competências" devidamente aprovado pelos Órgãos representativos das partes signatárias. -----

Chaves, de de 2009 -----

O Presidente da Câmara Municipal -----

(Dr. João Batista) -----

O Presidente da Junta de Freguesia -----

(António Agostinho Pereira Ferreira) -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a proposta supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

II

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E DE SERVIÇOS JURÍDICOS:

1. OCUPAÇÃO DA LOJA N.º 39 DO MERCADO MUNICIPAL DE CHAVES. MANUEL ANÍBAL LOPES ESTEVES. INFORMAÇÃO/PARECER N.º. 32/DASJ/2009 -----

Foi presente a informação/parecer identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Preliminares -----

1. Através do requerimento com registo de entrada nos serviços administrativos desta Autarquia Local n.º 6794, datado do dia 04/05/2009, Manuel Aníbal Lopes Esteves vem requer que lhe seja atribuído o direito de ocupação da loja n.º 39 no Mercado Municipal de Chaves, durante os meses de Maio e Junho de 2009, a fim de proceder à venda de queijo fresco de cabra devidamente licenciado com o n.º 113-N/08 da CEE. -----

2. Neste contexto, a Vereadora responsável pela respectiva área de intervenção municipal, Dr.ª Maria de Lurdes Campos, solicitou a estes serviços a emissão da competente informação técnico - jurídica, no sentido de esclarecer se a pretensão formulada pelo requerente é passível de deferimento. -----

3. Na sequência deste pedido de parecer apresentam-se, de seguida, as considerações que reputamos de pertinentes no caso sub - judice.

II - Dos antecedentes -----

1. Dando cumprimento ao disposto no art. 10º, do Regulamento do Mercado Municipal de Chaves, em vigor, foi aberto, no dia 04/02/2009, procedimento de hasta pública, com vista à adjudicação do direito de ocupação de várias lojas do mercado municipal de Chaves, entre elas a loja n.º 39, objecto do retrocitado requerimento. -----

2. Ora, do processo administrativo referente ao procedimento de hasta pública acima referido, cujo teor se anexa à presente informação, resulta que, após o termo do mesmo, não se registou a existência de qualquer proposta, ficando o mesmo, nesta justa medida, deserto¹. -----

¹ Veja-se, neste sentido, Informação n.º 30/09, produzida pela D.D.E., documento cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais e que se anexa à presente. -----

3. Tal ausência de interessados tem como consequência a falta de ocupação da loja acima referida, mantendo-se a mesma sem qualquer tipo de utilização. -----

4. Vem agora o requerente, manifestar interesse na ocupação da loja em causa - n.º 39 -, durante os meses de Maio e Junho de 2009. -----

III - Do direito -----

1. A ocupação e exploração de mercados municipais encontra a sua disciplina no Decreto-Lei n.º 340/82, de 25 de Agosto, diploma legal que define os princípios gerais aplicáveis a esta matéria. -----

2. Todavia, muita da regulamentação dos espaços identificados supra, é remetida, por força do disposto no art. 1º, do retrocitado diploma legal, para o âmbito de regulamentos municipais, nomeadamente as condições de efectiva ocupação dos locais neles existentes para exploração do comércio autorizado. -----

3. Neste contexto, ao abrigo do disposto no art.1º, do retrocitado diploma legal, a Assembleia Municipal, por deliberação tomada em 25 de Fevereiro de 2004, aprovou o Regulamento do Mercado Municipal de Chaves, diploma que rege a matéria controvertida em tudo o que não estiver disposto no Decreto-Lei n.º 340/82, de 25 de Agosto. -----

4. Importa desde já esclarecer, com vista ao desenvolvimento salutar do presente parecer, que o regime legal estabelecido para a organização, funcionamento e condições de utilização de mercados municipais, é manifestamente diferente do estabelecido para os arrendamentos com fins comerciais, previstos no Código Civil. -----

5. Desde logo, porque o direito de ocupação dos referidos espaços tem natureza precária, sendo legitimada por um título de ocupação - art. 13º, do Regulamento do Mercado Municipal de Chaves e art. 2º, do Decreto-Lei n.º 340/82, de 25 de Agosto. -----

6. Aliás, como compensação pela referida concessão, o respectivo titular fica obrigado ao pagamento de taxas e não de rendas, de acordo com o disposto no art. 9º, do Decreto-Lei n.º 340/82, de 25 de Agosto² -----

7. De acordo com o disposto no artigo 2º, do n.º 340/82, de 25 de Agosto, **é a Câmara Municipal que concede o título de ocupante dos locais** existentes no mercado para a exploração de comércio autorizado. -----

8. Na sequência de tal normativo legal, o art. 10º, do Regulamento do Mercado Municipal de Chaves, determina que o direito à ocupação das lojas e bancas deve ser feito por arrematação pública e licitação verbal ou através de outro procedimento jurídico que confira transparência ao acto de adjudicação de tal direito. -----

9. Sucede, porém, que, como se viu, a loja n.º 39, foi objecto de procedimento tendente à adjudicação do respectivo direito de ocupação, tendo o mesmo ficado deserto, encontrando-se, nesta justa medida, a referida loja, na presente data, desprovida de qualquer utilização. -----

10. Nestes termos, tendo em conta que já foi encetado um procedimento tendente a garantir a transparência do acto de adjudicação do direito de ocupação, não se tendo apresentado, aquando do referido procedimento, qualquer interessado, julgamos, salvo melhor opinião, que não existe qualquer inconveniente na

² Refira-se, aqui, que a remissão feita pelo artigo 9º, do Decreto-Lei n.º 340/82, de 25 de Agosto, para a Lei das Finanças Locais, dever-se-á entender como feita para a Lei n.º 53 - E/2006, de 29 de Dezembro. -----

atribuição do direito de ocupação da loja n.º 39, ao requerente, durante o período temporal requerido. -----

11. Tanto mais que a ocupação em causa, apenas terá a duração de 2 meses, permitindo, durante tal período de tempo, que o espaço a ocupar seja utilizado, afastando-se, por esta via, todos os inconvenientes associados à falta de utilização do mesmo. -----

12. Releve-se, aqui, que não resulta do quadro legal aplicável qualquer disposição que imponha que, no caso individual e concreto, a Câmara Municipal de Chaves tenha de optar necessariamente pela arrematação em hasta pública, como procedimento prévio para a adjudicação do direito de ocupação de lojas do mercado Municipal de Vidago. -----

13. De facto, o art. 10º, do Regulamento do Mercado Municipal de Chaves, abre espaço para outros procedimentos para além da arrematação por hasta pública, desde que fique garantida a transparência na adjudicação do direito de ocupação, deixando tal opção ao critério do órgão executivo municipal. -----

14. Importa referir que a venda de queijo, actividade que o requerente pretende levar a efeito na loja, em causa, se encontra em conformidade com o disposto no anexo I, do Regulamento do Mercado de Chaves. -----

15. Por último, de acordo com as informações prestadas pela Divisão de Desenvolvimento Económico, após contactos estabelecidos com o requerente, o mesmo manifestou interesse em ocupar a loja nos meses de Junho e Julho de 2009, uma vez que a ocupação para o mês de Maio encontra-se, na presente data, prejudicada. -----

IV - Propostas -----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir que o presente assunto seja agendado para uma próxima reunião do executivo camarário, com vista a que o aludido órgão adopte deliberação no sentido de autorizar, pelo período de Junho a Julho de 2009, a disponibilização da loja n.º 39 do Mercado Municipal de Chaves, a favor de Manuel Aníbal Lopes Esteves, com as seguintes condições: -----

a) Pagamento, por parte do peticionário, da correspondente taxa de ocupação da loja ora disponibilizada; -----

b) Prestação de caução, correspondente ao valor dos 2 meses, mediante entrega de cheque junto da tesouraria; -----

c) O ora interessado fica obrigado a fazer uso prudente e cuidado do imóvel em causa - loja n.º 39 -, designadamente, manter e restituir o imóvel no estado em que o recebeu, ressalvadas as deteriorações decorrentes de um uso prudente, tendo em conta a finalidade para a qual foi disponibilizado, bem como suportar os encargos decorrentes do seu normal funcionamento - consumos de água, electricidade e outros da mesma natureza -; -----

d) Entregar a referida loja no dia 1 de Agosto de 2009, livre de pessoas e bens; -----

e) As condições ora estabelecidas deverão constar de Declaração assinada pelo interessado, o qual deverá, para o efeito, ser notificado, nos termos do disposto no art. 68º e ss, do Código do Procedimento Administrativo; -----

f) De imediato, remessa da presente informação ao gabinete da Vereadora responsável pela respectiva área de intervenção municipal, Dr. Maria de Lurdes Campos. -----

É tudo o que, de momento, me cumpre informar sobre o presente assunto. -----

À consideração superior. -----
 Chaves, 29 de Maio de 2009. -----
 O Técnico Superior Jurista -----
 (Dr. Marcos Barroco) -----
DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO ADMINISTRATIVA E DE SERVIÇOS JURIDICOS,
DRA. SANDRA LISBOA, DE 2009.06.01. -----
 Visto. Concordo com a presente informação a qual merece a minha
 inteira concordância. À consideração superior. -----
DESPACHO DA VEREADORA RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE
INTERVENÇÃO MUNICIPAL, DRA. MARIA DE LURDES CAMPOS DE 2009.06.01. -
 Visto. Concordo com as propostas formuladas. À reunião de câmara
 para deliberação. -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade,
 concordar com a informação/parecer supra. Proceda-se em conformidade
 com o teor do mesmo. Notifique-se. -----

III

EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES:

1. LISTAGEM DOS DESPACHOS PROFERIDOS PELO PRESIDENTE DA CÂMARA, NO USO DE PODERES DELEGADOS. INFORMAÇÃO DA DSC/DED. PARA CONHECIMENTO.

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em
 epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para
 todos os efeitos legais, que se anexa à presente acta sob o n.º1. --

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

IV

PEDIDOS DE APOIO / ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS:

V

ACÇÃO SOCIAL:

1. PROGRAMA CONFORTO HABITACIONAL PARA PESSOAS IDOSAS - PCHI HIERARQUIZAÇÃO FINAL. INFORMAÇÃO N.º 206/DAS/09 -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se
 transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

No seguimento da informação n.º130, de 09/04/01, produzido pela
 Divisão de Acção Social deste Município, em anexo, que mereceu o
 despacho favorável do Exmo. Senhor Presidente da Câmara, realizou-se
 no passado dia 09/05/21 a reunião do Núcleo Executivo do CLAS que,
 conforme consta da acta n.º18/2009, em anexo, deu o seu parecer
 favorável à hierarquização proposta.-----

Assim, e conforme o sugerido na alínea b) do ponto 2 da informação
 supra referida, deverá o assunto ser presente à próxima reunião de
 Câmara para deliberação sobre a hierarquização final - 1ª fase. ----

Após esta decisão, deverá, nos termos da legislação aplicável, ser
 enviado ao ISS.I.P a hierarquização final com as respectivas
 candidaturas.-----

Remeter ao Departamento de Obras Municipais Ambiente e Serviços
 Urbanos - Divisão de Empreitadas para os devidos efeitos. -----

À consideração Superior -----
 A Técnica Superior, -----
 (Dra. Júlia Forte) -----
 A Técnica Superior, -----
 (Dra. Sílvia Chaves) -----

**DESPACHO DO SR. DIRECTOR DE DEPARTAMENTO SÓCIO - CULTURAL DOUTOR
 ANTÓNIO RAMOS DE 2009.05.09-----**

Visto. À consideração da Senhora Vereadora, Dr.^a Maria de Lurdes Campos. -----

**DESPACHO DA SENHORA VEREADORA DRA. MARIA DE LURDES CAMPOS DE
 2009.05.29 -----**

Visto. À Reunião de Câmara para deliberação. -----

**PROGRAMA CONFORTO HABITACIONAL PARA PESSOAS IDOSAS - PCHI INFORMAÇÃO
 N.º 130/09.04.01 -----**

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

No cumprimento do protocolo celebrado com o Instituto de Segurança Social sobre o Programa Conforto Habitacional para Idosos, ao abrigo do despacho nº 6716 - A/2007, de 5 de Abril e ulteriores alterações, foram enviados em 08 de Janeiro do corrente ano, 8 processos completos ao Exmo. Director do Centro Distrital da Segurança Social de Vila Real que, nos termos do ponto 7, despachou de forma favorável 7 dessas candidaturas.-----

Neste momento já foram objecto de visita domiciliária mais 8 candidaturas, cujos processos vão ser enviadas à Segurança Social, para idêntico despacho nos termos do ponto acima referido, (inexistência de apoio domiciliário). -----

Assim, a situação relativa ao PCHI no concelho de Chaves, no momento é a seguinte: -----

Nas visitas efectuadas pelos técnicos às habitações (num total de 15) cujos proprietários apresentaram candidatura ao Programa, com toda a documentação necessária, verificou-se que muitas delas se situam nas aldeias do Concelho e grande parte se encontram em avançado estado de degradação a nível das coberturas, das divisórias e pavimentos, na sua maioria em madeira e as paredes em estuque, sem casas de banho e sem espaço nem condições para a sua construção. ---

Considerando que algumas das intervenções solicitadas poderão acarretar riscos acrescidos de desmoronamento das habitações pelo facto de a sua estrutura não suportar a demolição e/ou os novos materiais; -----

Considerando que os custos previstos em materiais e mão de obra, para dotar as referidas habitações das condições mínimas, são elevados e poderão ainda ser agravados; -----

Considerando que no caso de algumas habitações se prevê ser difícil a sua adjudicação pelas razões atrás referidas; -----

Considerando que o prazo para adjudicação e realização das obras não é compatível com os prazos do referido programa; -----

Considerando, no entanto, que há 5 habitações para as quais não são previsíveis os riscos acima referidos, pelo tipo de obras a realizar; -----

Considerando que essas habitações se encontram em situação de beneficiarem de obras, de resolução relativamente rápida em relação à satisfação das necessidades dos candidatos, em termos de sua mobilidade e bem estar. -----

Assim, face ao exposto, toma-se a liberdade de sugerir a V.^a Exa. o seguinte: -----

1- Que, de acordo com os parâmetros fixados no ponto 12 do despacho nº 671 A/2007, a hierarquização seja feita, numa primeira fase, para as 5 candidaturas abaixo indicadas: -----

Nº	Nome do beneficiário	Localidade	Justificativo Ponto 12 - despacho nº 671 A/2207
1	José Rua	Nantes	a) Facilitar a mobilidade e a prestação de serviço domiciliário b) Situação de dependência d) Coabitação com outra pessoa idosa
2	Luís António Teixeira dos Santos	Oura	b) Situação de dependência c) Precariedade Social e económica d) Coabitação com outra pessoa idosa e com filha deficiente
3	Ana Esteves Lopes	Santo Estêvão	a) Facilitar a mobilidade e a prestação de serviço domiciliário b) Situação de dependência
4	Isaura Fernandes	Vila verde de +Oura	a) Facilitar a mobilidade e a prestação de serviço domiciliário c) Precariedade Social e económica
5	Silvana Gonçalves	Vilar de Izeu	a) Facilitar a mobilidade e a prestação de serviço domiciliário c) Precariedade Social e económica

2-- Que os restantes casos (num total de 10), fiquem a aguardar o seu possível enquadramento numa outra fase de hierarquização. -----

Em caso de parecer favorável de V.^a Ex.^a, mais se sugere que: -----

a) Seja marcada uma reunião com o Núcleo Executivo do CLAS para emissão de parecer sobre a hierarquização proposta; -----

b) Em seguida e de acordo com o estabelecido no ponto 13 da referida legislação, o Município proceda à hierarquização final; -----

c) Após decisão, a mesma seja remetida ao Instituto da Segurança Social de Vila Real, nos termos do ponto 14, da mesma legislação; --

d) O processo referente a estas 5 habitações seja remetido ao Departamento de Obras Municipais Ambiente e Serviços Urbanos - Divisão de Empreitadas, para os fins convenientes. -----

À consideração Superior -----

A Técnica Superior, -----

(Dra. Júlia Forte) -----

(Dra. Sílvia Chaves) -----

DESPACHO DO SR. DIRECTOR DE DEPARTAMENTO SÓCIO - CULTURAL DOUTOR ANTÓNIO RAMOS DE 2009.04.01-----

Visto. À consideração da Senhora Vereadora, Dr.^a Maria de Lurdes Campos. -----

DESPACHO DA SENHORA VEREADORA DRA. MARIA DE LURDES CAMPOS DE 2009.05.29 -----
 Visto. Concorde. Ao Exmo. Senhor Presidente. -----
 DEPARTAMENTO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. JOÃO BATISTA DE 2009.05.14 -----
 Concorde com o teor da informação supra proceda-se em conformidade.
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

VI PLANEAMENTO URBANO E GESTÃO URBANÍSTICA:

1- PLANEAMENTO

1.1. CENTRO DE CIÊNCIA VIVA - ESTUDO PRÉVIO -. INFORMAÇÃO DO ARQTO. JOSÉ PAULO ROXO DE 2009-05-29. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - INTRODUÇÃO -----

O presente parecer reporta-se ao estudo prévio das futuras instalações do Centro de Ciência Viva (CCV), que a Câmara Municipal de Chaves deseja incrementar no edifício do antigo Magistério Primário, sito na rua Dr. Júlio Martins. -----
 De referir que o estudo em causa, adjudicado à empresa Arquiponto - Gabinete de Arquitectura e Consultores de Engenharia, Lda., consubstancia a acção 2.2 do plano de acção da candidatura associada à Regeneração Urbana do Centro Histórico de Chaves, aprovada no âmbito do Eixo Prioritário IV - Qualificação do Sistema Urbano, pela Comissão Directiva do Programa Operacional Regional Norte, em 29 de Julho de 2008. -----

II - A INTERVENÇÃO -----

O estudo em análise, para além da reabilitação do edifício existente, prevê também a sua ampliação e desenvolve o programa do CCV em três pisos (cave, r/chão e andar). Dos compartimentos que irão compor tal equipamento, importa destacar a sala de audiovisuais com cerca de 90 metros quadrados, a sala multiusos com cerca de 150 metros quadrados e a introdução de oito salas temáticas (geologia, ambiente, água, genética, biologia, matemática, astronomia e física). -----

III - ENTIDADES ESTRANHAS AO MUNICÍPIO -----

Face a inserção de parte do espaço a intervencionar na área de protecção do Forte de São Francisco, foi consultada a **Direcção Regional da Cultura do Norte** (DRCN). -----
 A título de mera consulta, entendeu-se por bem auscultar ainda as seguintes entidades: -----

- **Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior**, através da **Agência Nacional para Cultura Científica e Tecnológica**, dado o cariz programático e funcional do equipamento que se deseja criar; -----

- **Delegação de Saúde de Chaves**, dado o cariz da utilização que se deseja para a edificação a intervencionar; -----

- **Autoridade Nacional de Protecção Civil (ANPC)**, através do **Comando de Operação de Socorro de Vila Real**, dado tratar-se da entidade competente para assegurar o cumprimento do regime de segurança contra incêndios em edifícios. -----

A DCRN, através da informação que nos enviou a coberto do seu ofício n.º S-2009/217763 (C.S:616433), de 27/05/2009, emite parecer favorável condicionado ao projecto. Embora, do ponto de vista arquitectónico tal entidade não suscite quaisquer reservas à proposta de intervenção, condiciona o incremento da mesma à realização de uma prévia escavação arqueológica, de forma a acautelar qualquer eventual destruição de informação arqueológica que se encontre no local. -----

Das entidades auscultadas a título consultivo, até a presente data apenas a ANPC, através do seu ofício n.º 027925/2009, de 15 de Maio, veio referir que nada tem a opor ao desenvolvimento do estudo em causa. -----

No que respeita à Delegação de Saúde de Chaves e ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, informa-se que, até a presente data, estes serviços não recepcionaram qualquer posição de tais entidades em relação ao estudo prévio em causa. Assim sendo, dentro da filosofia patenteada nos números 4 e 5, do artigo 13.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 60/2007, de 4 de Setembro, considera-se lícita a presunção de que tais entidades não possuem reparos a suscitar. -----

IV - ANÁLISE -----

Como já antes se referiu, o estudo prévio em causa, para além da reabilitação do edifício existente, prevê também a sua ampliação, apontando, em termos de linguagem arquitectónica, para uma solução que consegue uma boa interacção entre a construção existente e a imagem contemporânea do novo volume a construir de raiz. -----

Em relação ao desenvolvimento dos espaços interiores, considero tecer as seguintes questões de pormenor: -----

- A rampa localizada no hall de entrada (Piso 0) deve ser delineada de forma a satisfazer a situação indicada no n.º 2, do ponto 2.5.1, da Secção 2.5, das Normas técnicas para melhoria da acessibilidade das pessoas com mobilidade condicionada, aprovadas pelo Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de Agosto. -----

- As portas das instalações sanitárias projectadas para pessoas com mobilidade condicionada, devem respeitar o regulamentado no ponto 2.9.20, da Secção 2.9, das mesmas Normas acima referidas, ou seja, devem ser de correr ou de batente abrindo para fora. -----

- Todas as portas das cabines de retretes devem abrir para fora, respeitando assim o definido no n.º 2, do ponto 20.º, da Portaria n.º 987/93, de 6 de Outubro. -----

- Sugere-se a uma ligeira descida das cotas de soleira do piso -1, de forma a garantir nos compartimentos destinados a arrumos e bar, um pé direito livre de, respectivamente, 2,20 e 3,00 metros. -----

No que concerne ao custo estimado para a construção, verifica-se que o estudo em causa aponta para um montante de 880.104,00 €, valor que ultrapassa em 253.207,14 € o custo definido para a realização da obra no plano de acção da candidatura referida no início deste documento, ou seja, 626.896,86 €. Recomenda-se, portanto, que, dentro do possível, seja procurada a aproximação do custo da obra ao valor indicado no mencionado plano de acção. -----

V - CONCLUSÃO -----

As questões suscitadas no capítulo anterior enquadram-se no conceito de meros ajustamentos, os quais poderão - e deverão - ser acautelados no desenvolvimento do estudo em presença para projecto de execução. Nestes termos, considero por bem propor ao Executivo Municipal a aprovação do estudo prévio em causa. -----

Nos termos do n.º 2, da Cláusula 5.ª, do contrato celebrado para a concepção do projecto, a empresa adjudicatária dispõe de um prazo de 40 dias a contar da aprovação deste estudo prévio, para apresentar o projecto de execução, o qual deverá incluir os seguintes estudos de especialidades: -----

- Projecto de arquitectura (*incluindo plano de acessibilidades que demonstre a rede de espaços, circuitos e equipamentos acessíveis a pessoas com mobilidade condicionada*); -----

- Projecto de estabilidade; -----

- Projecto de distribuição e infra-estruturas eléctricas; -----

- Projecto de instalação de gás; -----

- Projecto de redes prediais de águas e esgotos; -----

- Projecto de águas pluviais; -----

- Projecto de arranjos exteriores; -----

- Projecto de infra-estruturas de telecomunicações e de rede de dados; -----

- Projecto de instalações mecânicas (*aquecimento de água e climatização tendo como referência a utilização de energias renováveis e o articulado do RSECE e RCCTE*); -----

- Projecto de segurança contra incêndios (SCIE); -----

- Projecto de segurança contra intrusão; -----

- Projecto acústico; -----

- Plano de Segurança e Saúde - fase de projecto. -----

À consideração superior -----

Chaves, 29 de Maio de 2009 -----

O Técnico -----

José Paulo Roxo Pires da Fonte -----

DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL ARQTO. ANTONIO CABELEIRA, DE 2009.06.01 -----

Visto. Concorde. À reunião de câmara para deliberação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

2- OPERAÇÕES URBANÍSTICAS DE LOTEAMENTO E DE OBRAS URBANIZAÇÃO

2.1. PEDIDO DE REDUÇÃO DE CAUÇÃO DAS OBRAS DE URBANIZAÇÃO TITULADAS PELO ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 2/2008 - LEGRINVEST - SOCIEDADE DE INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS - SITO NO LUGAR DA CASCALHEIRA - FREGUESIA DE VILAR DE NANTES - CONCELHO DE CHAVES - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO TERRITORIAL DA SRA. ENGENHEIRA CIVIL CONCEIÇÃO FERNANDES REI DATADA DE 2009/06/01 -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

1-INTRODUÇÃO -----

Através do requerimento registado nesta Autarquia com o n.º 886/09, em 30-03-2009, a promotora solicitou a redução de caução, prestada sob a forma de garantia bancária n.º 344597, emitida pelo Banco BES.

2-ESTADO DO PROCESSO E PROCEDIMENTO PARA ATENDIMENTO DO PEDIDO ----
No seguimento do pedido da requerente, foram encetados os seguintes procedimentos: -----

-Marcação para o dia 28 de Abril de 2009, de uma vistoria técnica às obras de urbanização, tituladas pelo alvará de loteamento n.º 2/2008.

-Pedido de parecer à EDP-Distribuição, S.A e à Divisão de Abastecimento Público, relativo à execução das infra-estruturas eléctricas e telefónicas, respectivamente. -----

3-PARECER -----

3.1-De acordo com o disposto na alínea b) do artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4/6, o montante da caução deve ser reduzido em conformidade com o andamento dos trabalhos, a requerimento do interessado. -----

3.2-Logo que no presente processo constem os pareceres das concessionárias EDP-Distribuição, da Duriensegás, Lda. e da Divisão de Abastecimento Público, relativos à execução das obras de Electricidade, da Rede de Distribuição de Gás e de Telecomunicações, respectivamente, a caução será proporcionalmente reduzida. -----

4-PROPOSTAS DE DECISÃO -----

Tendo em consideração o acima exposto, propõe-se ao Executivo que adopte as seguintes resoluções: -----

4.1-Que, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 4 do artigo 54.º do dispositivo legal acima referido Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4/6. a Câmara Municipal deliberar deferir o pedido de redução de caução das obras³ inerentes à execução dos Arruamentos, Rede de Abastecimento de Água e Redes de Drenagem de Águas Residuais Domésticas e Pluviais, orçadas no montante de € 141 008,59 (cento e quarenta e um mil e oito euros e cinquenta e nove cêntimos). -----

4.2-Na sequência da deliberação camarária que recair sobre a presente informação técnica, dever-se-à comunicar ao Banco Espírito Santo, S.A que a garantia bancária n.º 344597, emitida em 30-09-2008, poderá ser reduzida para o valor de € 238 876,49 ⁴ (duzentos e trinta e oito mil oitocentos e setenta e seis euros e quarenta e nove cêntimos). -----

4.3-Notificar a promotora do empreendimento do teor das resoluções tomadas pelo Executivo, relativamente ao pedido de redução de caução, bem como dar-lhes a conhecer que deverá proceder ao pagamento do montante de 64,25 €, de acordo com o disposto no n.º 4 do Quadro XI da Tabela de taxas e Licenças Devidas pela Realização de Operações Urbanísticas. -----

À Consideração Superior -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE GESTÃO TERRITORIAL, SRA. ENGENHEIRA MARIA CONCEIÇÃO ALVES MARTINS DATADA DE 2009/06/01. -----

A Presente informação/Parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. -----

À Consideração Superior. -----

³ Fiscalizadas pela Divisão de Empreitadas. -----

⁴ 0,10 x (49 774,45 + 11 878,61) + 15 872 = 22 037 € -----

DESPACHO DO VEREADOR MUNICIPAL, CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS DATADO DE 2009/06/01. -----

Visto. Concorde. À Reunião de Câmara para deliberação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2.2. ALTERAÇÕES ÀS ESPECIFICAÇÕES DO ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 6/00 - CONSTRUÇÕES ARMINDO CORREIA, LDA - SITO NO LUGAR DO RAIMUNDO, FONTE DO LEITE - FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR - CONCELHO DE CHAVES - INFORMAÇÃO DO ARQUITECTO LUIS MIGUEL FERREIRA SANTOS, DATADA DE 2009/06/01 -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

INTRODUÇÃO -----

A requerente Construções Armino Correia, Lda., através de requerimento n.º 2315/08, inerente ao processo n.º 66/94, solicita pedido de alterações às condições de licença da operação de loteamento titulada pelo Alvará n.º 6/00, sita no Lugar do Raimundo, na Fonte do Leite, na Freguesia de Santa Maria maior, em Chaves. --- No seguimento do saneamento e instrução do processo, a promotora, completa agora o seu pedido, através do requerimento n.º 1644/09, com os elementos finais, no sentido se definitivamente lhe ser concedido, as alterações às condições de licença da operação de loteamento titulada pelo alvará n.º 6/00. -----

INSTRUÇÃO DO PEDIDO -----

O pedido encontra-se instruído com os elementos mencionados na Portaria n.º 232/2008, de 11 de Março e com o Regulamento Municipal de Chaves nomeadamente: -----

Peças escritas: -----

- Requerimento inicial; -----
- Original das certidões da conservatória do registo predial, nas quais se pode ler que a requerente não é a única proprietária; -----
- Declarações de todos os proprietários, a autorizar a requerente a proceder às alterações ao referido alvará de loteamento que se encontra em tramitação; -----
- Cópias das da Certidões da Conservatória do Registo Predial de Chaves e dos Bilhetes de identidade de todos os proprietários; -----
- Declaração de cedência dos direitos de autor; -----
- Termo de responsabilidade do técnico coordenador de projectos (req. n.º 2948/08 de 25/08/08 - pasta 5); -----
- Termo de responsabilidade do técnico autor do projecto de arquitectura; -----
- Cópia da declaração de inscrição na Ordem dos Arquitectos autor e coordenador do projecto de arquitectura (req. n.º 2948/08 de 25/08/08 - pasta 5); -----
- Memória descritiva e justificativa explicando as alterações; -----
- Nota descritiva do plano de acessibilidades, presente na memória descritiva; -----
- Declaração do técnico, na qual refere que o estudo de dados acústicos presente no processo se encontra válido, juntando cópia do mesmo (req. n.º 2315/08 de 01/07/08 - pasta 5) -----

Peças gráficas: -----

Peças desenhadas à escala 1/500: -----

- Planta Síntese; -----

- Planta de áreas de cedência ao domínio público; -----
 - Plano de acessibilidades; -----
 - Fichas dos lotes; -----
 - Peças desenhadas e escritas em suporte informático -----
 ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO -----
 No regime jurídico -----
 Nos termos do artigo 27.º do Decreto-Lei 555/99, alterado e republicado pela Lei n.º 60/07 de 4/09, o pedido da interessada, enquadra-se numa alteração às condições de licença da operação de loteamento titulada pelo alvará n.º 6/00 emitido em 29/04/00, em nome de Construções Armindo Correia. -----
 Nas disposições do Plano Director Municipal -----
 Segundo a Planta de Ordenamento n.º 34ªA do Plano Director Municipal de Chaves, o prédio insere-se na categoria de espaço da classe 1 (Espaços urbanos e urbanizáveis), na Categoria 1.1 (Cidade de Chaves): -----
 Segundo a Planta de Condicionantes n.º 34A do Plano Director Municipal de Chaves, sobre o prédio impende uma servidão ou restrição de utilidade pública - linha de água, verificando-se que as alterações pretendidas mantêm as manchas definidas no alvará inicial. -----
 Verifica-se o cumprimento do Plano Director Municipal e do estudo do Plano de Urbanização de Chaves, usado para o efeito de limitação das zonas previstas no n.º1 do artigo 73.º do Regulamento do P.D.M. ----
 ANÁLISE DA PRETENSÃO -----
 Com o presente pedido, a requerente pretende alterar as especificações tituladas pelo alvará n.º 6/00 e introduzir as alterações a seguir referidas, que resultaram da análise das peças escritas e desenhadas constantes no processo administrativo, registado com o n.º 66/94. -----
 Alterações resultantes do presente pedido de alteração à licença ---
 Lote n.º 2 -----
 - Aumento da área total de implantação, passando de 2.064,00m2 para 2.117,32m2; -----
 - Diminuição da área total de construção, passando de 8.003,10m2 para 7.634,63m2; -----
 - Aumento da área total de construção para efeitos de IC passando de 5.125,10m2 para 5.517,31m2: -----
 a) Aumento da área de habitação, passando de 4.587,30m2 para 5.063,02m2; -----
 b) Diminuição da área de comércio, passando de 537,80m2 para 454,29m2; -----
 c) Diminuição da área da cave, passando de 2.878,00m2 para 2.117,32m2; -----
 - Diminuição de um piso abaixo da cota de soleira, passando de dois para um; -----
 - Diminuição n.º de fogos, de 42 para 34; -----
 Lote n.º 3 -----
 - Aumento da área total de implantação, passando de 2.513,00m2 para 2.654,81m2; -----
 - Aumento da área total de construção, passando de 9.304,2 m2 para 11.049,39m2; -----
 - Aumento da área total de construção para efeitos de IC passando de 6.191,65m2 para 6.728,58m2: -----
 a) Aumento da área de habitação, passando de 6.191,65m2 para 6.728,58m2; -----

c) Aumento da área da cave, passando de 3.112,55m² para 4.320,81m²;
 - Diminuição n.º de fogos, de 56 para 40 -----
 Quadro sinóptico resultante do presente pedido de alteração à
 licença -----
 Legenda: -----

QUADRO SINÓPTICO			
Área total do(s) prédio(s) abrangido(s) pela operação de loteamento			20.305,00
Área total do (s) prédio(s) a lotear			20.305,00
Área sobranete			0,00
Área de cedência ao domínio público	Espaços verdes e/ou de utilização colectiva	3.469,39	
	Infra-estruturas	7.377,34	
	Equipamentos Públicos		
Outras cedências			10.846,73
Área bruta de construção para efeitos de cálculo do índice de construção			15.803,39
Área de implantação para efeitos de cálculo do índice de implantação			6.693,13
OBS:		Índice de construção (m ² /m ²)	Índice de implantação (m ² /m ²)
		0,778	0,329629648

Lote			Área de implantação (incluindo estacionamento em cave)	Área bruta de construção (m ²)							Área de construção para efeitos de IC (m ²)	Nº de Pisos		Número máximo de fogos	Volume de construção (m ³)
Nº	Área (m ²)	Finalidade		Habitação	Comércio	Serviços	Indústria	Garagens	Anexos	Total		Acima da C.S.	Abaixo da C.S.		
1	2.853,52	Hc	1.921,00	2.978,04	579,46			1.676,00	C	5.239,40	3.557,50	4	1	31	10.279,50
2	3.002,20	Hc	2.117,32	5.063,02	454,29			2.117,32	C	7.634,63	5.517,31	4	1	34	15.260,17
3	3.602,55	Hc	2.654,81	6.728,58	-			4.320,81	C*	11.049,39	6.728,58	4	2	40	18.167,17
Tot.	9.458,27		6.693,13	14.769,64	1.033,75	0,00	0,00	8.114,13		23.923,42	15.803,39				43.706,84

Finalidade	Garagens	OBS: A área da cave no lote 3 é de 2654,81m ² e da sub-cave é de 1666,00m ² , em garagens.
Hu	Habitação unifamiliar	
Hc	Habitação colectiva	
C	Comércio	
S	Serviços	
I	Indústria	
A	Armazéns	

Alterações resultantes do presente pedido, relativamente ao alvará de loteamento n.º 6/00

O estudo apresentado pretende alterar as especificações do alvará de loteamento 6/00 com reflexo no lote n.º 2 e n.º 3, no que respeita às áreas de implantação e às áreas de construção, diminuição do número de fogos e diminuição de um piso abaixo da cota de soleira no lote n.º 2. -----

Neste sentido a área de construção a contabilizar para efeitos do cálculo do índice de construção é de 15.803,39m²⁵. Sendo a área total do terreno de 20.305,00m², pode-se concluir que o índice de construção sendo de 0,78m²/m², respeita o previsto para o local de 0,8m²/m² para efeitos do n.º1 do artigo 73.º do Regulamento do P.D.M. -----

No que respeita ao dimensionamento das parcelas de terreno destinadas à rede viária, espaços verdes e de utilização colectiva, equipamentos e às áreas de cedência gratuita ao município, resultantes do presente pedido de alterações à licença verifica-se o seguinte: -----

Área destinadas a espaços verdes e/ou de utilização colectiva -----
 - Área total do terreno 20.305,00m²

- Espaços de circulação	7.377,34m ²
- Espaços verdes e de utilização colectiva	3.469,39m ²
- Equipamentos	0,00m ²

Quadro I

N.º 4 do artigo 20.º do regulamento do P.D.M.

a)	$7.377,34m^2 + 3.469,39m^2 + 0,00m^2 \geq 0,35m^2$ (de 15.803,39m ²)	10.846,73m ² 5.531,19m ²	\geq
b)	$3.469,39m^2 \geq 0,20m^2$ (de 15.803,39m ²)	3.469,39m ² 3.160,68m ²	\geq

Quadro II

N.º 2 do artigo 21.º do regulamento do P.D.M.

a)	$10.846,73m^2 \leq 40\%$ (de 20.305,00m ²)	10.846,73m ² 8.122,00m ²	\leq
b)	$0,00m^2 \leq 0,25m^2$ (15.803,39m ²)	0,00m ² 3.950,85m ²	\leq
c)	$7.377,34m^2 + 3.469,39m^2 \leq 15\%$ (de 20.305,00m ²)	10.846,73m ² 3.045,75m ²	\geq

Conforme leitura dos anteriores quadros I e II, as alterações que o requerente pretende introduzir com o presente pedido, cumprem o especificado nos artigos n.º 20 e n.º 2 do Plano Municipal de Chaves. Devendo ainda referir-se que a área destinada a espaços públicos (alínea c) do n.º 2 do artigo 21.º do P.D.M.) é superior a 15% da área total do terreno por comum acordo conforme o preceituado na alínea d) do n.º 2 do artigo 21.º do P.D.M., pelo que não há lugar á compensação ao município prevista no n.º 4 do art.º 44 do diploma lega acima referido.

O presente pedido de alterações à licença, com incidência no lote n.º 2 e n.º 3 da operação de loteamento titulada pelo alvará de loteamento n.º 6/00, respeita os parâmetros de dimensionamento definidos no ponto 3 do artigo 12.º Plano Director municipal de Chaves, no que respeita ao estacionamento a exigir, conforme o quadro explicativo que se segue:

Quadro III

Estacionamento privado						
Lo te	Área de Construção (m ²)	Área de Habitação	Área de Comércio	Fogos	Estacioname nto Exigido PDM (uni)	Estaciona mento Previsto (uni)
2	5.517,31m ²	5.063.02m ²	454,29m ²	34	34 + 43 + 9 = 86	86
3	6.728,58m ²	6.728,58m ²	0,00	40	40 + 56 = 96	96
					182 uni.	182 uni.

No que respeita aos lugares de estacionamento públicos a exigir, uma vez que o Plano Director Municipal de Chaves sobre esta matéria nada refere, estes serviços consideram o estipulado na Portaria 216-B/2008 de 3 de Março "O número total de lugares resultante da aplicação dos critérios anteriores é acrescido de 20 % para estacionamento público".

O presente pedido prevê 48 lugares de estacionamento público, pelo que, se verifica que respeita o estipulado na retro citada portaria (20% de 182 (lote n.º 2 e n.º 3) + 55 (lote n.º 1) = 48 lugares).

CONSIDERAÇÕES DO PARECER

Considerando que, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 27º, do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16/12 com a redacção dada pela Lei n.º

60/2007 de 4/09, a alteração à licença de operação de loteamento é precedida de discussão pública, quando a mesma esteja prevista em regulamento municipal ou quando sejam ultrapassados os limites definidos no n.º2, do artigo 22.º do mesmo decreto; -----

Considerando que o requerente apresentou declarações de todos os proprietários, a autorizar a requerente a proceder às alterações ao referido alvará de loteamento que se encontra em tramitação, dispensa-se as formalidades preceituadas no n.º 3 do artigo 27º, do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16/12 alterado e republicado pela Lei n.º60/2007 e do artigo 14.º A, do regulamento Municipal de Urbanização e de Edificação (consulta dos restantes proprietários);

Considerando que são respeitados os parâmetros urbanísticos no que se refere ao índice de construção; -----

Considerando que, no pedido objecto de análise, não se verificam violações às normas legais e regulamentares; -----

PROPOSTA DE DECISÃO -----

Tendo em atenção o anteriormente enunciado, bem como o disposto no n.º 2 do artigo 27.º da Lei n.º 60/2007 de 4/09, sou a propor que seja superiormente adoptada deliberação no sentido de se proceder à abertura de um período de consulta pública acerca do projecto de alterações em questão. -----

Considerando que a Lei n.º 60/2007 de 4/09 e o Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação são omissos quanto ao estabelecimento do prazo para consulta pública e sendo uma operação de loteamento semelhante a um Plano de Pormenor, sugere-se que o Executivo Municipal fixe um prazo para o efeito, adopta-se o período mínimo de 22 vinte e dois) dias para consulta público, conforme o previsto no n.º 4 do artigo 77.º do Decreto-Lei n.º 46/09 de 20/02 que alterou o Decreto-lei n 380/99 de 22/09. -----

À consideração Superior -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE GESTÃO TERRITORIAL, SRA. ENGENHEIRA MARIA CONCEIÇÃO ALVES MARTINS DATADA DE 2009/06/01. -----

A Presente informação/Parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. -----

À Consideração Superior. -----

DESPACHO DO VEREADOR MUNICIPAL, CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS DATADO DE 2009/06/01. -----

Visto. Concordo. À Reunião de Câmara para deliberação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3- OPERAÇÕES URBANÍSTICAS DE EDIFICAÇÃO

3.1. LISTAGEM DOS DESPACHOS PROFERIDOS PELO VEREADOR, EM REGIME DE TEMPO INTEIRO, NO USO DE PODERES SUBDELEGADOS, ARQT. CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS. -----

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente acta sob o n.º2. --

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

3.2. LISTAGEM DOS DESPACHOS PROFERIDOS PELA CHEFE DE DIVISÃO DE GESTÃO TERRITORIAL, ENG. CONCEIÇÃO MARTINS, NO USO DE PODERES SUBDELEGADOS. -----

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente acta sob o n.º3. --

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

3.3. LISTAGEM DOS DESPACHOS PROFERIDOS PELO CHEFE DE DIVISÃO DE SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO E ARQUEOLÓGICO, ARQ. ANTÓNIO MALHEIRO, NO USO DE PODERES SUBDELEGADOS. -----

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente acta sob o n.º4. --

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

3.4. QUIOSQUE DAS FREIRAS - MARIA LUCILIA FERNANDES TRINDADE - SITO NO LARGO GENERAL SILVEIRA (JARDIM DAS FREIRAS) - FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR - CONCELHO DE CHAVES - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE SALVAGUARDA DO PATRIMONIO ARQUITECTONICO E ARQUEOLOGICO DO ARQ. ANTONIO MALHEIRO DATADA DE 2009/05/21 -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

1. Introdução-----

1.1 Em reunião ordinária da Câmara Municipal de Chaves, realizada no dia 2 de Abril de 2009, foi aprovada uma informação desta divisão em que se propunha a extinção da licença de uso privativo atribuída a Maria Lucília Fernandes Trindade, relativa à ocupação da via pública, na qual tem instalado um quiosque, sito no Largo General Silveira, na cidade de Chaves, devido ao desvirtuamento do fim que esteve subjacente à concessão daquela licença, uma vez que o referido quiosque se mantinha encerrado.

1.2 Por intermédio do ofício n.º 196/DSPAA/2009, de 2009-04-27, foi a requerente notificada do sentido da proposta de decisão da Câmara Municipal de Chaves. Esta notificação seguiu por via postal, que não foi entregue na morada indicada porque, conforme consta da informação dos CTTcorreios "Não atendeu". No entanto, em 4/05/2009 a requerente recebeu uma cópia da deliberação camarária, tomando assim conhecimento do seu conteúdo.-----

1.3 Por intermédio do requerimento n.º 1285/09, que deu entrada nos serviços administrativos desta divisão em 5/05/2009, e ao abrigo do disposto no artigo 100.º e seguintes do C.P.A, veio a requerente apresentar uma exposição em que refere o seguinte:-----

1.3.1 Justifica o período de encerramento do quiosque com motivos de ordem pessoal (assistência a um familiar doente no estrangeiro) e com o abandono por parte da pessoa que teria ficado de "tomar conta" do quiosque.-----

1.3.2 Informa que sempre manteve em dia os pagamentos à Câmara Municipal.-----

1.3.3 Solicita que seja mantida a licença de uso privativo do espaço público para instalação do quiosque, comprometendo-se a reabri-lo durante o mês de Junho do corrente ano.-----

2. Análise-----

2.1 Considerados os factos atrás expostos, verifica-se que a exposição foi entregue dentro dos prazos previstos no Código do Procedimento Administrativo (C.P.A.).-----

2.2 A requerente procurou justificar o incumprimento das condições contratuais, no que se refere ao encerramento do quiosque, e afirma estar em condições de retomar durante o mês de Junho a exploração do quiosque.-----

3. Proposta-----

3.1 Nestas circunstâncias e face aos argumentos apresentados pela requerente considera-se que os mesmos deverão ser considerados procedentes, pelo que se propõe que a requerente continue a usufruir da licença de uso privativo que actualmente detém.-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria.-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. -----

À consideração superior -----

DESPACHO DO VEREADOR MUNICIPAL, CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS DATADO DE 2009/05/26. -----

Visto. Concorde. À Reunião de Câmara para deliberação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.5. CONSTRUÇÃO DE ARMAZEM DESTINADO A CUNICULTURA - RUI RODRIGUES - SITO NO LUGAR DE VILARELHO DA RAIA - FREGUESIA DE VILARELHO DA RAIA - CONCELHO DE CHAVES - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO TERRITORIAL DA ENGENHEIRA CIVIL MARIA CONCEIÇÃO ALVES MARTINS DATADA DE 2009/05/25. PARA RATIFICAÇÃO. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

ANTECEDENTES -----

Através da informação desta Divisão de Gestão Territorial de 12/02/08, constata-se que o processo n.º 159/05 se encontra caducado, dado o requerente não deu cumprimento ao solicitado na informação da Divisão de Gestão Territorial de 17/11/2005 e deliberação da Câmara Municipal de 02/12/05. -----

Através do requerimento n.º 948/09, solicita o requerente aprovação de projectos de arquitectura relativo à construção de um armazém com fins pecuários destinado a cunicultura, composto de R/C, com uma área de 1750,00 m², sito no Lugar de Vilarelho da Raia, e sobre o qual recaiu a informação técnica de 17/04/09. -----

Através do requerimento n.º 1100/09, solicita o requerente aprovação de projecto de arquitectura relativo à edificação de um armazém com fins pecuários destinado a cunicultura, sito no Lugar de Groucha, em Vilarelho da Raia, Freguesia de Vilarelho da Raia, tendo sido proposto a aprovação do projecto de arquitectura condicionada aos pareceres favoráveis da DRATM e D.S ,estando presente em reunião do executivo camarário de 07/05/09, na qual foi deliberado aprovar. ---

LOCALIZAÇÃO -----

Prédio rústico, localiza-se no Lugar de Groucha, em Vilarelho da Raia, Freguesia de Vilarelho da Raia, concelho de Chaves. -----

ANÁLISE DO PROCESSO -----

Através do requerimento n.º 1455/09, o requerente apresenta projecto de especialidades referentes à arquitectura aprovado em reunião do executivo camarário de 07/05/09. -----

Os projectos de especialidades encontram-se em condições de merecer parecer favorável. -----

No processo consta parecer favorável: -----

- Delegação de Saúde (Ref.^a n.275 de 22/05/09) -----
- Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural e das Pescas - DRATM- Direcção Regional de Agricultura de Trás-os-Montes (de 21/05/09), do qual se deverá dar conhecimento ao requerente afim de dar o devido cumprimento da legislação em vigor e que lhe está adstrita. -----

Deverá ainda remeter-se cópia da ficha electrotécnica à EDP afim de emitir parecer favorável. -----

O requerente através do requerimento n.º 1456/09, solicita a emissão de alvará. -----

O processo está instruído de acordo com o n.º 5 do art. 11º da Portaria 232/2008 de 11 de Março, pelo que os projectos de especialidades, encontram-se em condições de merecer parecer favorável. -----

Proposta de Decisão -----

Propõe-se deferimento aos projectos de especialidades apresentados sob requerimento n.º 1455/09. -----

O requerente através do requerimento n.º 1456/09 solicita a emissão de alvará, apresentando os elementos previstos no ponto 1 do nr.3 da Portaria 216-E/2008 de 3 de Março), em conformidade com o disposto no nr.1 do artigo 76 do Dec-Lei 555/99, com as alterações introduzidas pelo Dec-Lei 177/01 e com a redacção dada pela Lei 60/07 de 4 de Setembro, pelo que se emite parecer favorável ao pedido formulado pelo requerente. -----

Aquando do início dos trabalhos, no prazo de 60 dias, fica o requerente sujeito à apresentação de projecto de execução de arquitectura e especialidades, conforme o preceituado no n.º4 do art.º 80⁶ do Dec-Lei 555/99 e ulteriores alterações com a redacção dada pela Lei 60/07, dado que se trata de uma construção sujeita a licenciamento em área não abrangida por operação de loteamento. ----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. -----

À Consideração Superior. -----

DESPACHO DO EXMO. SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, JOÃO GONÇALVES MARTINS BATISTA DATADO DE 2009.05.29.-----

Visto. Concordo. Aproveem-se os referidos projectos de especialidades e emita-se o respectivo alvará de licença de construção. À próxima reunião de câmara para ratificação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho proferido pelo Senhor Presidente da Câmara, Dr. João Batista, de 2009.05.29 -----

88-----

⁶ CAPÍTULO III Execução e fiscalização -----

SECÇÃO I Início dos trabalhos -----

Artigo 80.º Início dos trabalhos -----

4 - No prazo de 60 dias a contar do início dos trabalhos relativos às operações urbanísticas referidas nas alíneas c) a e) do n.º 2 do artigo 4.º deve o promotor da obra apresentar na câmara municipal cópia do projecto de execução de arquitectura e de engenharia das especialidades. -----

3.6. PEDIDO DE APROVAÇÃO DE PROJECTO DE ALTERAÇÕES À LICENÇA INICIAL N.º 217/76 E LICENÇA DE ALTERAÇÕES N.º 335/06 – ANTONIO MANUEL PITA GUNDAR – SITO NO BAIRRO DA TRIUNFO (CASCALHEIRA) – FREGUESIA DE VILAR DE NANTES – CONCELHO DE CHAVES – INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO TERRITORIAL DA ENG.BRANCA MANUELA GIL FERREIRA DATADA DE 2009/05/21 -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

INTRODUÇÃO -----

O requerente apresenta sob requerimento n.º1377/09, elementos, relativos ao pedido de aprovação de projecto de alterações á lic.ª inicial n.º 217/76 e alterações lic.ª n.º 335/06, referente a um edifício destinado a estabelecimento Hoteleiro, com classificação de Hotel de 2 estrelas, situado no bairro da Triunfo (Cascalheira), freguesia de Vilar de Nantes no concelho de Chaves. -----

ANTECEDENTES -----

O requerente tem licença n.º 217/76 e projecto de alterações lic.ª 335/06, referente á construção de um edifício de habitação colectiva e comércio. -----

Através de requerimento n.º 3236/07 e 3275/07, solicita a prorrogação do prazo da licença de construção n.º 335/06 com validade até 2008-10-07, tendo sido indeferido por despacho datado de 2007-11-08. -----

Através de requerimento n.º 3992/07, apresenta projecto de alterações referentes aos alvarás de licenças referidas, no qual propõe a mudança de uso de habitação para residencial e restaurante, tendo sido indeferido por deliberação Camarária datada de 2008-02-07. -----

Em 2008-02-12, sob requerimento n.º 559/08, o requerente solicitada anulação da propriedade horizontal, em conformidade com o proposto em informação técnica anterior. -----

Sob requerimento n.º 1289/08, o requerente apresenta o original da Certidão de Propriedade Horizontal (a qual constitui-a duas fracções autónomas, uma destinada a comércio e outra a habitação), tendo procedido á anulação da mesma, entregando para o efeito o original. Foi ainda solicitado parecer á ANPC e Delegação de Saúde. -----

Em 2008-06-13, sob requerimento n.º 2085/08, a ANPC emite parecer favorável ao projecto apresentado. -----

Em 2008-07-31, sob requerimento n.º 2709/08, a Delegação de Saúde emite parecer favorável condicionado ao projecto apresentado. -----

Através de requerimento n.º 2606/08, solicita a classificação como estabelecimento Hoteleiro, com classificação de Hotel de 3 estrelas, motivo pelo qual foi solicitado parecer ao Turismo de Portugal, face ao preceituado no n.º 1 do art.º 21 e n.º 1 do art.º 26 do Dec-Lei n.º 39/08 de 7 de Março. -----

Em 2008-06-19, sob requerimento n.º 2154/08, o requerente apresenta queixa, relativa a obras próximas do seu imóvel. -----

O requerente através de requerimento 2169/08, solicita anulação da queixa apresentada. -----

Face á informação do Serviço de Fiscalização de 18/07/08 e 28/07/08, verifica-se que o Sr.º Antonio Manuel Pita Gundar, tem levado a efeito a continuação da obra licenciada ao abrigo das licenças supra citadas, motivo pelo qual foi instaurado o correspondente processo de contra-ordenação. -----

O Turismo de Portugal através de requerimento com registo de entrada nos nossos serviços n.º 3551/08, procedeu á devolução do processo, enviado para emissão de parecer. -----

Em 08-12-12 sob requerimento n.º 4013/08, o requerente apresenta elementos, com vista a serem enviados para o Turismo de Portugal para sanar as deficiências apontadas. -----

LOCALIZAÇÃO -----

A parcela de terreno tem a área de 1600 m² (incluída a s.c.) está omissa na matriz e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 1505, da freguesia de Vilar de Nantes; -----

ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO -----

No regime jurídico -----

As alterações apresentadas, têm enquadramento legal no disposto no n.º3 art.º83⁷ do DL555/99 de 16 de Dezembro alterado e republicado pela Lei 60/2007 de 4 de Setembro. -----

Nas disposições do Plano Director Municipal -----

O terreno que tem na sua totalidade 1600 m² (segundo prova documental - Certidão da Conservatória do Registo Predial) e está inserido em espaço de classe 1 - espaço Urbano e Urbanizável - categoria 1.3 - Outros Aglomerados, de acordo com as plantas de Ordenamento do Plano Director Municipal; -----

ANÁLISE DA PRETENSÃO -----

Da análise do projecto apresentado constata-se que: -----

As alterações dizem respeito á mudança de uso de habitação para estabelecimento Hoteleiro, com classificação de Hotel de 2 estrelas (de acordo parecer do Turismo de Portugal, datado de 2009-04-16); --

Há ainda alterações ao nível da compartimentação interior, criando-se nova funcionalidade, vãos, bem como construção de uma cave destinada a câs das máquinas, armazém e arrumos com a área bruta de construção de 44.00 m²; -----

O aumento de área bruta de construção referido no paragrafo anterior é perfeitamente aceitável tendo em atenção a área do terreno e o Ic (índice de construção) permitido para o local, que é de 0.5 m²/m² aplicado á área da parcela, ou seja, área do terreno inserido em espaço Urbano x índice de construção = 1600.00 m² x 0.50m²/m² = 800.00m² (máxima área bruta de construção permitida) > 370.74 (área bruta da construção licenciada + área ampliada); -----

São apresentadas plantas, cortes e alçados rectificadas e projectos de especialidades, de acordo com as alterações propostas; -----

PROPOSTA DE DECISÃO -----

Propõe-se a aprovação do projecto de alterações (arquitectura e especialidades), apresentado sob requerimento n.º 1377/09. -----

O requerente apresenta ainda os elementos previstos no n.º 1 do art.º 3, da Portaria 216-E/2008 de 3 de Março, em conformidade com o disposto no nr.1 do artigo 76 do Dec-Lei 555/99, com as alterações introduzidas pelo Dec-Lei 177/01 e com a redacção dada pela Lei

88-----

⁷ Artigo 83.º - Alterações durante a execução da obra -----

[...] -----

3 - As alterações em obra ao projecto inicialmente aprovado ou apresentado que envolvam a realização de obras de ampliação ou de alterações á implantação das edificações estão sujeitas ao procedimento previsto nos artigos 27.º ou 35.º, consoante os casos.

4 - Nas situações previstas nos números anteriores, apenas são apresentados os elementos instrutórios que sofreram alterações. ----

60/07 de 4 de Setembro, pelo que se emite parecer favorável ao pedido formulado pelo requerente. -----

À Consideração Superior. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE GESTÃO TERRITORIAL, SRA. ENGENHEIRA MARIA CONCEIÇÃO ALVES MARTINS DATADA DE 2009/06/01. -----

A Presente informação/Parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. -----

À Consideração Superior. -----

DESPACHO DO VEREADOR MUNICIPAL, CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS DATADO DE 2009/06/01. -----

Visto. Concordo. À Reunião de Câmara para deliberação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.7. PEDIDO DE CERTIDÃO DE DESTAQUE - JOSE JULIO PORTUGAL BORGES - SITO NO LUGAR DA BOUÇA, DORNA - FREGUESIA DE POVOA DE AGRAÇÕES - CONCELHO DE CHAVES - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO TERRITORIAL DA ENG. BRANCA MANUELA GIL FERREIRA DATADA DE 2009/05/26 -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

1.- INTRODUÇÃO -----

1.1.- O requerente apresenta sob requerimento n.º 1448/09, elementos, para emissão de certidão de destaque de uma parcela de terreno, descrita na Conservatória do Registo Predial com o n.º 149 e omisso na matiz, situado no lugar da Bouça, Dorna, freguesia de Póvoa de Agrações, no concelho de Chaves. -----

2.-ANTECEDENTES -----

2.1.-No que diz respeito a antecedentes do presente processo, o requerente é titular da licença de obras n.º 36/90, para construção de uma habitação unifamiliar de r/chão e andar com a área de 262.50m². -----

3.-INSTRUÇÃO DO PEDIDO -----

3.1.- O processo está instruído de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º⁸ e de acordo com o n.º1 do art.º¹¹ do Regulamento da Urbanização e da Edificação. -----

88

8

3. O pedido de destaque de parcela de prédio deve ser dirigido ao Presidente da Câmara, sob a forma de requerimento escrito, e deve ser acompanhado dos seguintes elementos: -----

-Documento comprovativo da qualidade de titular de qualquer direito que confira a faculdade de realização da operação de desanexação; --

-Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela Conservatória do Registo Predial referente ao prédio abrangido;

-Extracto da planta do Plano Director Municipal em vigor neste Concelho; -----

-Planta topográfica de localização à escala 1:1000, a qual deve delimitar a área total do prédio; -----

- Planta de localização à escala 1:10000 - carta militar actualizada - , assinalando devidamente os limites da área do prédio; -----

⁹ Requerimento e Instrução -----

1. O requerimento inicial de informação prévia, de licença ou comunicação relativo a todos os tipos de operações urbanísticas obedece ao disposto nos artigos 8.º a 10.º, do Decreto -Lei n.º

- 4.- ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO -----
- 4.1.- No regime jurídico -----
- 4.1.1- O pedido agora apresentado pelo requerente tem enquadramento legal no disposto no n.º 4 do art.º 6¹⁰ do Dec-Lei 555/99, de 16 de Dezembro, alterado e republicado pela Lei 60/2007 de 4 de Setembro, estando deste modo Isento de Licença, desde que as duas parcelas resultantes do destaque confrontem com arruamento público. -----
- 4.2.- Nas disposições do Plano Director Municipal -----
- 4.2.1.- O terreno que se pretende destacar, está inserido em espaço de classe 1 - espaço Urbano e Urbanizável - categoria 1.3 - Outros Aglomerados, de acordo com as plantas de Ordenamento do Plano Director Municipal; -----
- 5.- ANÁLISE DA PRETENSÃO -----
- 5.1.- De acordo com a Certidão da Conservatória do Registo Predial apresentada, o prédio rústico, objecto de destaque, tem a área total de 1392 m², está omissa na matriz e descrito na conservatória sob o n.º 149 da freguesia de Póvoa de Agrações. -----
- 5.2.- A área da parcela a destacar é de 573.00 m² e está inserida em classe 1 - Espaços Urbanos e Urbanizáveis, categoria 1.3 - Outros Aglomerados, de acordo com as plantas de Ordenamento do Plano Director Municipal. -----
- 5.3.- A parcela sobrança (mãe) ficará com a área de 819.00 m² e está inserida em classe 1 - espaço Urbano e Urbanizável - categoria 1.3 - Outros Aglomerados, de acordo com as plantas de Ordenamento do Plano Director Municipal. -----
- 5.4.- O requerente propõe para a parcela a destacar, uma área bruta de construção estimada de 286.50 m² e de implantação de 143.25 m². Assim temos que 573.00 (área da parcela a destacar) m² x 0.5 m²/m² (índice de construção do local) = 286.50 m² (máxima área bruta de construção permitida) = 286.50 m² (área bruta de construção proposta). Resulta assim um índice de construção de 0.50 m²/m² = (286.50 m² /573.00 m²) = 0.5 m²/m² (índice de construção do local); --
- 5.5.- Para a parcela sobrança, propõe uma área bruta de construção (área bruta da construção licenciada) de 262.50m² e de implantação de 129.00 m². Assim temos que 819.00 (área da parcela sobrança) m² x 0.5 m²/m² (índice de construção do local) = 409.50 m² (máxima área bruta de construção permitida) > 262.50 m² (área bruta de construção proposta). Resulta assim um índice de construção de 0.32 m²/m² = (262.50 m² /819 m²) < 0.5 m²/m² (índice de construção do local); -----
- 5.6.-As parcelas resultantes do destaque confrontam com arruamento público; -----
- 6.- PROPOSTA DE DECISÃO -----

555/99, de 16 de Dezembro e ulteriores alterações, e deve ser acompanhado dos elementos instrutórios previstos na Portaria n.º 232/2008, de 11 de Março, para além dos documentos especialmente referidos no aludido diploma legal. -----

- ¹⁰ Artigo 6.º - Isenção de licença -----
- 1 - Sem prejuízo do disposto na alínea d) do n.º 2 do artigo 4.º, estão isentas de licença: -----
- (...)-----
- j) Os destaques referidos nos n.os 4 e 5. -----
- 4 - Os actos que tenham por efeito o destaque de uma única parcela de prédio com descrição predial que se situe em perímetro urbano estão isentos de licença desde que as duas parcelas resultantes do destaque confrontem com arruamentos públicos. -----

6.1.- O pedido formulado pelo requerente reúne os requisitos constantes do disposto no n.º 4 do art. 6, do Dec-Lei 555/99, de 16 de Dezembro, alterado e republicado pela Lei 60/2007 de 4 de Setembro; -

6.2.- Assim, emite-se parecer favorável à emissão da certidão de destaque de acordo com o solicitado, sob requerimento n.º 1448/09. - À Consideração Superior. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE GESTÃO TERRITORIAL, SRA. ENGENHEIRA MARIA CONCEIÇÃO ALVES MARTINS DATADA DE 2009/06/01. -----

A Presente informação/Parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. -----

À Consideração Superior. -----

DESPACHO DO VEREADOR MUNICIPAL, CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS DATADO DE 2009/06/01. -----

Visto. Concorde. À Reunião de Câmara para deliberação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.8. CONSTRUÇÃO DE ARMAZEM DESTINADO A ARMAZENAGEM DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO CIVIL - PEDIDO DE APROVAÇÃO DE PROJECTOS DE ESPECIALIDADES - ALVARO FERREIRA TEIXEIRA - SITO NO LUGAR DO FORNO, ESTRADA DO SEARA - FREGUESIA DE OUTEIRO SECO - CONCELHO DE CHAVES - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO TERRITORIAL DA ENG. BRANCA MANUELA GIL FERREIRA DATADA DE 2009/05/19. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

1.-INTRODUÇÃO -----

1.1.- O sr.º Alvaro Ferreira Teixeira, apresenta sob requerimento n.º 1228/09 referente ao processo n.º 24/09, pedido com vista à aprovação dos projectos de especialidades, relativos a alterações à licença inicial n.º 318/01 e com vista à aprovação de uma operação urbanística de edificação - construção/ampliação de um armazém destinado a armazenagem de materiais de construção civil, a levar a efeito no lugar do Forno - estrada do Seara, freguesia de Outeiro Seco no concelho de Chaves. -----

2.-ANTECEDENTES -----

2.1.- O requerente é titular da lic.ª de construção n.º 318/01, relativo à construção de um armazém de recolha de viaturas, bem como de informação prévia indeferida para construção de um armazém destinado à actividade de recepção e desmantelamento de veículos em fim de vida. -----

2.2.- O requerente apresentou sob requerimento n.º 761/09, pedido com vista à aprovação do projecto de arquitectura, referente a alterações à licença inicial n.º 318/01, nos termos do disposto no Decreto-Lei nº555/99 de 16 de Dezembro, alterado e republicado pela Lei n.º 60/2007, de 4 de Setembro, tendo sido rejeitado liminarmente por despacho de 09/03/30. -----

2.3.- O requerente apresentou sob requerimento n.º 761/09, elementos com vista à aprovação do projecto de arquitectura, referente a alterações à licença inicial n.º 318/01, nos termos do disposto no Decreto-Lei nº555/99 de 16 de Dezembro, alterado e republicado pela Lei n.º 60/2007, de 4 de Setembro, tendo sido aprovado por deliberação de Câmara datada de 09/04/02. -----

3.- LOCALIZAÇÃO -----

3.1.- A parcela de terreno tem na sua totalidade 4275 m², está omissa na matriz e descrito na conservatória sob o n.º 2621 da freguesia de Outeiro Seco. -----

4.- ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO -----

4.1.- No regime jurídico -----

4.1.1.- O pedido apresentado sob requerimento n.º 4208/08, tem enquadramento legal no disposto no n.º 4¹¹ art.º 20 do Dec.-Lei 555/99 alterado e republicado pela Lei 60/2007 de 4 de Setembro, por se tratar do pedido de aprovação dos projectos de especialidades. -----

4.2.- Nas disposições do Plano Director Municipal -----

4.2.1.- O terreno tem na sua totalidade 4275 m² (segundo prova documental - Certidão da Conservatória do Registo Predial) e está inserido em espaço de classe 1 - espaço Urbano e Urbanizável - categoria 1.1 - Cidade de Chaves, de acordo com as plantas de Ordenamento do Plano Director Municipal; -----

4.2.2.- A parcela de terreno localiza-se ainda em zona designada de "Complexo Desportivo", que segundo o regulamento do Plano de Urbanização de Chaves, corresponde a equipamento já existente ou a equipamento previsto ou proposto complementar dos usos e actividades processados na área do PUC; -----

4.2.3.- Segundo a planta de condicionantes n.º 34 A sobre o terreno não impede nenhuma servidão ou restrição de utilidade pública. ----

5.- ANÁLISE DA PRETENSÃO -----

5.1.- O requerente através do requerimento n.º 1228/09, apresenta pedido com vista à aprovação dos projectos de especialidades, relativos a alterações à licença inicial n.º 318/01 para construção/ampliação de um armazém destinado a armazenagem de materiais de construção civil,, sobre o qual recaiu informação técnica datada de 09/05/04. -----

5.2.- Foi solicitado, na informação técnica referida no ponto anterior, parecer à Divisão de Abastecimento Público sobre as infra-estruturas hidráulicas, a qual emite parecer favorável datado de 2009-05-11, que se deve dar conhecimento ao requerente. -----

5.3.- O processo está instruído de acordo com o n.º 5 do art.º 11 da Portaria 232/2008 de 11 de Março. -----

6.- PROPOSTA DE DECISÃO -----

6.1.- Propõe-se deferimento aos projectos de especialidades apresentados sob requerimento n.º 1228/09. -----

6.2.- Em conformidade com o previsto pelo 4.º parágrafo, do art.º 20, do Dec.-Lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro, na redacção que lhe foi conferida pelo Dec.-Lei n.º 177/01, de 4 de Junho, a requerente dispõe de um prazo de um ano para apresentar nestes serviços os elementos constantes do n.º 1 do art.º 3 da Portaria 216-E/2008 de 3 de Março, para que se possa emitir o respectivo alvará de licença de construção, designadamente: -----

- Apólice de seguro de construção; -----

88-----

¹¹ Artigo 20.º - Apreciação dos projectos de obras de edificação ----

-

4 - O interessado deve apresentar os projectos de engenharia das especialidades necessários à execução da obra no prazo de seis meses a contar da notificação do acto que aprovou o projecto de arquitectura caso não tenha apresentado tais projectos com o requerimento inicial. -----

- Apólice de seguro que cubra a responsabilidade pela reparação dos danos emergentes de acidentes de trabalho, nos termos previstos na Lei n.º 100/97, de 13 de Setembro; -----

- Termo de responsabilidade assinado pelo técnico responsável pela direcção técnica da obra; -----

- Declaração de titularidade de certificado de classificação de industrial de construção civil ou título de registo na actividade, a verificar no acto de entrega do alvará com a exibição do original do mesmo; -----

- Livro de obra, com menção do termo de abertura; -----

- Plano de segurança e saúde; -----

À Consideração Superior. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE GESTÃO TERRITORIAL, SRA. ENGENHEIRA MARIA CONCEIÇÃO ALVES MARTINS DATADA DE 2009/06/01. -----

A Presente informação/Parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. -----

À Consideração Superior. -----

DESPACHO DO VEREADOR MUNICIPAL, CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS DATADO DE 2009/06/01. -----

Visto. Concorde. À Reunião de Câmara para deliberação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.9. HABITAÇÃO COLECTIVA E COMERCIO - ANTONIO DOS REIS TEIXEIRA - SITO NO BAIRRO DE S. JOÃO - FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR - CONCELHO DE CHAVES - INFORMAÇÃO DO ARQUITECTO LUIS MIGUEL FERREIRA SANTOS, DATADA DE 2009/05/28 -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

INTRODUÇÃO -----

O requerente através do requerimento n.º 1276/09, datado de 04/05/09, referente ao processo n.º 420/08, vêm através de uma exposição solicitar a revisão da decisão de indeferimento da sua pretensão, com fundamento na informação que prestei sobre o assunto no dia 31/03/09, a qual esteve presente em reunião da Câmara Municipal de Chaves, no dia 17 de Abril de 2009, que deliberou concordar com a referida informação técnica. -----

A posterior através do requerimento n.º 1519/09, datado de 27/05/09, apresenta novos elementos a anexar ao pedido de informação prévia, nos quais pretende apenas um edifício de habitação colectiva de rés-do-chão e três pisos. -----

ANÁLISE DO PEDIDO -----

O anteriormente solicitado pelos requerentes, diz respeito a um pedido de informação prévia de uma operação urbanística de edificação, relativa à construção de três edifícios, sendo um deles destinado a habitação colectiva, o outro a comércio e o último a universidade, a levar a efeito no Bairro de S. João, na freguesia de Santa Maria Maior em Chaves, do qual não mereceu concordância por parte dos serviços municipais, conforme o descrito na informação técnica dada sobre o assunto. -----

Relativamente a exposição formulada pelos requerentes e aos novos elementos apresentados, verifica-se que não foram acatadas as considerações expressas no parecer desfavorável da ChavesPolis S.A.,

pelo que se mantém as razões de indeferimento presentes na informação técnica de 31/03/09, mantém-se na íntegra. -----

CONCLUSÃO -----

Face ao exposto, sou a reintegrar o entendimento que já havia formulado sob a pretensão, no meu parecer datado de 31/03/09, com fundamento no parecer desfavorável invocado na exposição emitido pela ChavesPolis S.A., e por consequência, continuo a propor que superiormente seja adoptada decisão de **indeferimento** do requerido. -

À consideração Superior -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE GESTÃO TERRITORIAL, SRA. ENGENHEIRA MARIA CONCEIÇÃO ALVES MARTINS DATADA DE 2009/06/01. -----

A Presente informação/Parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. -----

À Consideração Superior. -----

DESPACHO DO VEREADOR MUNICIPAL, CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS DATADO DE 2009/06/01. -----

Visto. Concordo. À Reunião de Câmara para deliberação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.10. CONSTRUÇÃO DE INFRAESTRUTURAS SUBTERRANEAS OUTEIRO JUSÃO - PEDIDO DE APROVAÇÃO DE PROJECTO - SONAECOM - SERVIÇOS E COMUNICAÇÕES, S.A - SITO EM OUTEIRO JUSÃO E PEREIRA DE VEIGA - FREGUESIA DE S. PEDRO DE AGOSTEM - CONCELHO DE CHAVES - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO TERRITORIAL DA ENG. BRANCA MANUELA GIL FERREIRA DATADA DE 2009/05/18 -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

1.-INTRODUÇÃO -----

1.1.- Sonaecom - Serviços e Comunicações, S.A., apresenta sob requerimento n.º 768/09, referente ao processo n.º 92/09, pedido de licenciamento da construção de Infra-Estruturas subterrâneas - construção de valas para rede de telecomunicações subterrâneas em Outeiro Jusão e Pereira de Veiga e autorização para Ocupação de Espaço Público. -----

2.-INSTRUÇÃO DO PEDIDO -----

2.1.- O processo está instruído de acordo com o disposto no art.º 4 do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal, designadamente: -----

- Planta de Localização; -----

- Projecto da obra a efectuar, apresentado em quadruplicado; -----

- Declaração e termo de responsabilidade dos técnicos autores dos projectos; -----

- Plano de segurança da obra; -----

- Orçamento correspondente ao valor da obra a efectuar. -----

- Prazo previsto para a execução dos trabalhos; -----

- A data do início e conclusão da obra. -----

- Pavimentos afectados: dimensões (comprimento e largura) e número de dias; -----

- Tubagens: diâmetro e extensão; -----

- Alvará de construção; -----

3.- LOCALIZAÇÃO -----



Zona a intervir em Outeiro Jusão.

Zona a intervir em Pereira de Veiga.

- 4.- ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO -----
- 4.1.- No Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal -----
- 4.1.1.- O pedido apresentado tem enquadramento legal no disposto no n.º 1 do art.º 3¹² do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal, por se tratar de obras no subsolo do domínio público Municipal, estando deste modo sujeito a licença Municipal. -----
- 5.- PARECERES INTERNOS -----
- 5.1.- No âmbito do presente pedido foi solicitado parecer à Divisão de Empreitadas, a qual emite parecer nos termos da informação técnica datada de 2009-05-14, que se deve dar conhecimento ao requerente para cumprimento. -----
- 6.- PARECER -----
- 6.1.- É pretensão da empresa - SONAECON, proceder à construção de valas para rede de telecomunicações subterrânea, nas localidades de Outeiro Jusão e Pereira de Veiga. -----
- 6.2.- Face à especificidade dos trabalhos a realizar deve o requerente prestar caução, de acordo com o disposto no n.º2 do art.º 5 do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal. O Montante da caução no caso em concreto, de acordo com parecer da Divisão de Empreitadas é de 17.180,00 €. -----

¹² Artigo 3º. - Licença Municipal -----

-1. A realização de obras e trabalhos no subsolo do domínio público municipal do concelho de Chaves carece de licença municipal, com excepção do disposto no artigo 13º. do presente Regulamento e dos casos de isenção expressamente previstos. -----

6.3.- Deve ainda a empresa instruir os empreiteiros que irão realizar os trabalhos no sentido de efectuar as reposições com a maior brevidade possível. -----

7.- PROPOSTA DE DECISÃO -----

7.1.- Face ao acima exposto, propõe-se, de acordo com o disposto no art.º 5 do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal, que a Câmara Municipal delibere deferir o pedido de licenciamento da construção de Infra-Estruturas subterrâneas em Outeiro Jusão e Pereira de Veiga, de acordo com o solicitado sob requerimento n.º 768/09. -----

7.2.- Alcançado tal desiderato, poderá, quando se mostrem pagas as taxas devidas e prestada caução, ser emitido o respectivo alvará nos termos do n.º 2 art.º 7¹³ do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal. -----
À Consideração Superior. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE GESTÃO TERRITORIAL, SRA. ENGENHEIRA MARIA CONCEIÇÃO ALVES MARTINS DATADA DE 2009/05/19. -----

A Presente informação/Parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. -----

À Consideração Superior. -----

DESPACHO DO VEREADOR MUNICIPAL, CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS DATADO DE 2009/06/01. -----

Visto. Concorde. À Reunião de Câmara para deliberação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.11. PEDIDO DE CERTIDÃO DE DESTAQUE - PEDRO MIGUEL MATIAS FERREIRA - SITO NO LUGAR DO VALE - FREGUESIA DE VILAR DE NANTES - CONCELHO DE CHAVES - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO TERRITORIAL DA ENG. BRANCA MANUELA GIL FERREIRA DATADA DE 2009/05/20 -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

1.- INTRODUÇÃO -----

1.1.- O requerente solicita sob requerimento n.º 1346/09, certidão de destaque de uma parcela de terreno, descrita na Conservatória do Registo Predial com o n.º 1460 e na matiz com o n.º 801, situada no lugar do Vale - Vilar de Nantes, freguesia de Vilar de Nantes no concelho de Chaves. -----

2.-INSTRUÇÃO DO PEDIDO -----

88-----

¹³ Artigo 7º. - Alvará -----

1.- A Câmara Municipal de Chaves emite o alvará de licença no prazo de trinta dias a contar da data de apresentação do requerimento e desde que se encontrem pagas as taxas devidas e prestada caução. ---

2. - O alvará deverá especificar os seguintes elementos: -----

a) A identificação do respectivo titular; -----

b) O tipo de obra ou de trabalhos; -----

c) A identificação do local onde se realizam as obras ou os trabalhos; -----

d) O prazo de conclusão das obras ou trabalhos e respectivo faseamento; -----

e) O montante da caução prestada e identificação do correspondente título. -----

2.1.- O processo está instruído de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º¹⁴ e de acordo com o n.º1 do art.º11¹⁵ do Regulamento da Urbanização e da Edificação. -----

3.- ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO -----

3.1.- No regime jurídico -----

3.1.1- O pedido agora apresentado pelo requerente tem enquadramento legal no disposto no n.º 4 do art.º 6¹⁶ do Dec-Lei 555/99, de 16 de Dezembro, alterado e republicado pela Lei60/2007 de 4 de Setembro, estando deste modo Isento de Licença, desde que as duas parcelas resultantes do destaque confrontem com arruamento público. -----

3.2.- Nas disposições do Plano Director Municipal -----

3.2.1.- O terreno que se pretende destacar, está inserido em espaço de classe 1 - espaço Urbano e Urbanizável - categoria 1.3 - Outros Aglomerados, de acordo com as plantas de Ordenamento do Plano Director Municipal; -----

4.- ANÁLISE DA PRETENSÃO -----

4.1.- De acordo com a Certidão da Conservatória do Registo Predial apresentada, o prédio rústico, objecto de destaque, tem a área total de 2800 m² e está inscrito na matriz com o n.º 1460 e descrito na conservatória sob o n.º 801 da freguesia de Faiões. -----

4.2.- A área da parcela a destacar é de 1400.00 m² e está inserida em classe 1 - Espaços Urbanos e Urbanizáveis, categoria 1.3 - Outros

88

14

3. O pedido de destaque de parcela de prédio deve ser dirigido ao Presidente da Câmara, sob a forma de requerimento escrito, e deve ser acompanhado dos seguintes elementos: -----

-Documento comprovativo da qualidade de titular de qualquer direito que confira a faculdade de realização da operação de desanexação; --

-Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela Conservatória do Registo Predial referente ao prédio abrangido;

-Extracto da planta do Plano Director Municipal em vigor neste Concelho; -----

-Planta topográfica de localização à escala 1:1000, a qual deve delimitar a área total do prédio; -----

- Planta de localização à escala 1:10000 - carta militar actualizada - , assinalando devidamente os limites da área do prédio; -----

¹⁵ Requerimento e Instrução -----

1. O requerimento inicial de informação prévia, de licença ou comunicação relativo a todos os tipos de operações urbanísticas obedece ao disposto nos artigos 8.º a 10.º, do Decreto -Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro e ulteriores alterações, e deve ser acompanhado dos elementos instrutórios previstos na Portaria n.º 232/2008, de 11 de Março, para além dos documentos especialmente referidos no aludido diploma legal. -----

¹⁶ Artigo 6.º - Isenção de licença -----

1 - Sem prejuízo do disposto na alínea d) do n.º 2 do artigo 4.º, estão isentas de licença: -----

(...) -----

j) Os destaques referidos nos n.os 4 e 5. -----

4 - Os actos que tenham por efeito o destaque de uma única parcela de prédio com descrição predial que se situe em perímetro urbano estão isentos de licença desde que as duas parcelas resultantes do destaque confrontem com arruamentos públicos. -----

Aglomerados, de acordo com as plantas de Ordenamento do Plano Director Municipal. -----

4.3.- A parcela sobranter (mãe) ficará com a área de 1400.00 m² e está inserida em classe 1 - espaço Urbano e Urbanizável - categoria 1.3 - Outros Aglomerados, de acordo com as plantas de Ordenamento do Plano Director Municipal. -----

4.4.- O requerente propõe para a parcela a destacar, uma área bruta de construção estimada de 519.25 m² e de implantação de 295.25 m². Assim temos que 1400.00 (área da parcela a destacar) m² x 0.5 m²/m² (índice de construção do local) = 700.00 m² (máxima área bruta de construção permitida) > 519.25 m² (área bruta de construção proposta). Resulta assim um índice de construção de 0.37 m²/m² = (519.25 m² /1400.00 m²) < 0.5 m²/m² (índice de construção do local); -

4.5.- Para a parcela sobranter, propõe uma área bruta de construção estimada é de 519.25m² e de implantação de 295.25m². Assim temos que 1400.00 (área da parcela sobranter) m² x 0.5 m²/m² (índice de construção do local) = 700.00 m² (máxima área bruta de construção permitida) > 519.25 m² (área bruta de construção proposta). Resulta assim um índice de construção de 0.37 m²/m² = (519.25 m² /1400.00 m²) < 0.5 m²/m² (índice de construção do local); -----

4.6.-As parcelas resultantes do destaque confrontam com arruamento público; -----

5.- PROPOSTA DE DECISÃO -----

5.1.- O pedido formulado pelo requerente reúne os requisitos constantes do disposto no n.º4 do art.6, do Dec-Lei 555/99, de 16 de Dezembro, alterado e republicado pela Lei60/2007 de 4 de Setembro; -

5.2.- Assim, emite-se parecer favorável á emissão da certidão de destaque de acordo com o solicitado, sob requerimento n.º 1346/09. - À Consideração Superior. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE GESTÃO TERRITORIAL, SRA. ENGENHEIRA MARIA CONCEIÇÃO ALVES MARTINS DATADA DE 2009/06/01. -----

A Presente informação/Parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. -----

À Consideração Superior. -----

DESPACHO DO VEREADOR MUNICIPAL, CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS DATADO DE 2009/06/01. -----

Visto. Concorde. À Reunião de Câmara para deliberação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.12. PEDIDO DE CERTIDÃO DE DESTAQUE - MANUEL FERNANDO DE MOURA ALVES - SITO NO LUGAR DO RUNCAL - FREGUESIA DE OUTEIRO SECO - CONCELHO DE CHAVES - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO TERRITORIAL DA SRA. ENGENHEIRA CIVIL VITÓRIA JOSÉ MATOS ALMEIDA DATADA DE 2009.06.01 -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

1 - INTRODUÇÃO -----

Através de requerimento, com registo de entrada nos serviços da Divisão de Gestão Territorial n.º923/09, datado de 2009/04/02, referente ao Processo n.º756/97, o Sr. Manuel Fernando de Moura Alves, na qualidade de proprietário, solicita a Emissão de uma Certidão de Destaque de uma parcela de terreno, descrita na conservatória do registo predial com o n.º02069/310397 e inscrito na

matriz da Freguesia de Outeiro Seco sob o artigo 02154/171297, com uma área total de 6539m², sita no Lugar de Runcal, Freguesia de Outeiro Seco, Concelho de Chaves. -----

2 - ANTECEDENTES -----
Relacionados com o presente pedido, nesta Edilidade existem os seguintes documentos: -----

2.1 - Operação de Destaque titulada por Certidão em 26/11/97, prevista no processo n.º756/97, emitida em nome da Sra. Ana Maria Pipa Chaves, (documento 16, da pasta 27 do Arquivo Municipal). -----

2.2 - Alvará de Licença (inicial) n.º140/98, emitido em 13/03/1998, para construção de uma habitação, composta por cave, R/C e andar, com área de 476,18m², cujo titular é o Sr. Manuel Fernando de Moura Alves, ora requerente. -----

3 - ANÁLISE DOS ELEMENTOS INSTRUTÓRIOS -----
De acordo com o art.º10.º⁽¹⁾ do DL n.º555/99, de 16/12, alterado e republicado pela Lei n.º 60/2007, de 4 de Setembro, cumulativamente com o disposto no n.º3 do artigo 5.º⁽²⁾ e do n.º 1 do artigo 11.º⁽³⁾, do

88-----

⁽¹⁾ Artigo 10.º - Termo de responsabilidade -----
1 - O requerimento ou comunicação é sempre instruído com declaração dos autores dos projectos, da qual conste que foram observadas na elaboração dos mesmos as normas legais e regulamentares aplicáveis, designadamente as normas técnicas de construção em vigor, e do coordenador dos projectos, que ateste a compatibilidade entre os mesmos. -----

2 - Das declarações mencionadas no número anterior deve, ainda, constar referência à conformidade do projecto com os planos municipais de ordenamento do território aplicáveis à pretensão, bem como com a licença de loteamento, quando exista. -----

3 - Sem prejuízo do disposto no número seguinte e em legislação especial, só podem subscrever projectos os técnicos legalmente habilitados que se encontrem inscritos em associação pública de natureza profissional e que façam prova da validade da sua inscrição aquando da apresentação do requerimento inicial. -----

4 - Os técnicos cuja actividade não esteja abrangida por associação pública podem subscrever os projectos para os quais possuam habilitação adequada, nos termos do disposto no regime da qualificação profissional exigível aos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projectos ou em legislação especial relativa a organismo público legalmente reconhecido. -----

5 - Os autores e coordenador dos projectos devem declarar, nomeadamente nas situações previstas no artigo 60.º, quais as normas técnicas ou regulamentares em vigor que não foram observadas na elaboração dos mesmos, fundamentando as razões da sua não observância. -----

6 - Sempre que forem detectadas irregularidades nos termos de responsabilidade, no que respeita às normas legais e regulamentares aplicáveis e à conformidade do projecto com os planos municipais de ordenamento do território ou licença de loteamento, quando exista, devem as mesmas ser comunicadas à associação pública de natureza profissional onde o técnico está inscrito ou ao organismo público legalmente reconhecido no caso dos técnicos cuja actividade não esteja abrangida por associação pública. -----

⁽²⁾ Artigo 5.º - Isenção de licença ou autorização -----
2 - Os actos que tenham por efeito o destaque de uma única parcela de prédio com descrição predial estão isentos de licença ou

Regulamento da Urbanização e da Edificação e Tabela de Taxas e Licenças devidas pela realização de operações urbanísticas, nestes termos, a instruir o pedido, o requerente apresenta os seguintes elementos: -----

- Fotocópia do Alvará de Licença de construção nº140/98, emitida em nome do requerente; -----
- Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial, referente ao prédio abrangido; -----
- Prova da validade da inscrição do técnico em organismo público/ associação pública de natureza profissional oficialmente reconhecido, de acordo com o artº10º do RJUE; -----
- Declaração de responsabilidade, do técnico autor do relatório de destaque, em conformidade com o nº1 do Artigo 10º do DL nº555/99, de 16/12, alterado e republicado pela Lei n.º 60/2007, de 04/09 e de acordo com o nº1 do Artigo 11º do Regulamento Municipal de Urbanização e de Edificação e Tabela de Taxas e Licenças Devidas pela Realização de Operações Urbanísticas; -----
- Relatório justificativo do processo de destaque; -----
- Extracto da planta do Plano Director Municipal, à escala 1:10000;
- Planta de destaque, à escala 1:500. -----

4 - ANÁLISE DO PEDIDO -----

4.1 - ENQUADRAMENTO DO PEDIDO NOS INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO TERRITORIAL -----

Tendo em conta a demarcação constante nas plantas de localização à escala 1/10.000, apresentadas pelo interessado e de acordo com a planta de ordenamento do Plano Director Municipal, folha nº34B, o terreno, com uma área conservada de 6539m², encontra-se inserido em Classe 1 - espaços urbanos e urbanizáveis, Categoria 1.3 - Outros aglomerados. -----

autorização, desde que cumpram, cumulativamente, os requisitos previstos no n.º 4 ou 5 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, e ulteriores alterações. -----

3 - O pedido de destaque de parcela de prédio deve ser dirigido ao presidente da Câmara, sob a forma de requerimento escrito, e deve ser acompanhado dos seguintes elementos: -----

Documento comprovativo da qualidade de titular de qualquer direito que confira a faculdade de realização da operação de desanexação; --
 Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial referente ao prédio abrangido; ----
 Extracto da planta do Plano Director Municipal em vigor neste concelho; -----

Planta topográfica de localização à escala 1:1000, a qual deve delimitar a área total do prédio; -----

Planta de localização à escala 1:25 000 - carta militar actualizada -, assinalando devidamente os limites da área do prédio -----

⁽³⁾ Artigo 11.º - Requerimento e Instrução -----

1 - O requerimento inicial de informação prévia, de autorização e de licença relativo a todos os tipos de operações urbanísticas obedece ao disposto nos artigos 8.º a 10.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, e ulteriores alterações, e deve ser acompanhado dos elementos instrutórios previstos na Portaria n.º 1110/2001, de 19 de Setembro. -----

Face à localização do terreno, inserido no Plano de urbanização da Zona Norte da cidade (Outeiro Seco) e tendo por base a Planta de síntese da cidade de Chaves, relativa à rede viária, localização de equipamentos fora da área Polis e limites diversos, foi solicitado parecer à Divisão de Ordenamento do Território e Planeamento Urbanístico, D.O.T.P.U., em 14/04/2009, a qual emitiu conveniente parecer em 19/05/2009, o qual se deve dar conhecimento ao requerente para agir em conformidade. -----

4.2 - ESPECIFICIDADE DO PEDIDO -----

A parcela sobranse (mãe), tem uma área de 4035,00m² e insere-se na sua totalidade em Classe 1 - espaços urbanos e urbanizáveis, Categoria 1.3 - Outros aglomerados (U3). O índice de construção máximo permitido para aquela zona é de 0.5 m²/m² logo a área bruta estimada é de 2017,50m² e diz respeito ao que poderá a vir ser construído. -----

A parcela a destacar, tem uma área de 2504,00m² e insere-se na sua totalidade em Classe 1 - espaços urbanos e urbanizáveis, Categoria 1.3 - Outros aglomerados (U3). O requerente tem licença de construção nº140/98, para construção de uma habitação, com uma área bruta de construção 476,18m², cujo índice de construção obtido é de: $I_c = A_{bruta} / \text{Área da parcela a destacar} = 476,18 \text{ m}^2 / 2504,00\text{m}^2 = 0,2\text{m}^2/\text{m}^2$. -----

As parcelas resultantes do destaque encontram-se em conformidade com as alíneas a), c) e d) do ponto 1 do art. 18⁽⁴⁾ do Regulamento do plano Director Municipal de Chaves, possuem acesso directo a partir da via pública que permite trânsito automóvel e possua uma largura não inferior a 4m. -----

5 - PROPOSTA DE DECISÃO -----

O pedido formulado pelo requerente reúne os requisitos constantes do disposto no ponto 4 e 6 do art. 6⁽⁵⁾, do DL nº555/99, de 16 de

88-----

⁽⁴⁾ Artigo 18º - Construção avulsa -----

1 - São passíveis de: edificabilidade avulsa as parcelas ou lotes pertencentes a qualquer das categorias integrantes da classe 1 que cumpram as seguintes condições, sem prejuízo de quaisquer outros condicionamentos legais aplicáveis a cada caso: -----

a) Possuírem acesso directo a partir de via pública que permita trânsito automóvel e possua uma largura não inferior a 4 m; -----

c) Localizarem-se dentro de uma faixa de terreno limitada pela mesma via e por uma linha traçada paralelamente a esta a uma distância de 30 m da respectiva berma; -----

⁽⁵⁾ Artigo 6.º - Isenção de licença -----

1 - Sem prejuízo do disposto na alínea d) do n.º 2 do artigo 4.º, estão isentas de licença: -----

j) Os destaques referidos nos n.os 4 e 5. -----

4 - Os actos que tenham por efeito o destaque de uma única parcela de prédio com descrição predial que se situe em perímetro urbano estão isentos de licença desde que as duas parcelas resultantes do destaque confrontem com arruamentos públicos. -----

6 - Nos casos referidos nos n.os 4 e 5 não é permitido efectuar na área correspondente ao prédio originário novo destaque nos termos aí referidos por um prazo de 10 anos contados da data do destaque anterior. -----

7 - O condicionamento da construção bem como o ónus do não fraccionamento, previstos nos n.os 4 e 5, devem ser inscritos no

Dezembro, alterado e republicado pela Lei n.º 60/2007, de 4 de Setembro; -----

Pelo exposto, julgo salvo melhor opinião, emitir parecer favorável à emissão da Certidão de Destaque de acordo com o solicitado, sob requerimento nº923/09. -----

À Consideração Superior. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE GESTÃO TERRITORIAL, SRA. ENGENHEIRA MARIA CONCEIÇÃO ALVES MARTINS DATADA DE 2009/06/01. -----

A Presente informação/Parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. -----

À Consideração Superior. -----

DESPACHO DO VEREADOR MUNICIPAL, CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS DATADO DE 2009/06/01. -----

Visto. Concordo. À Reunião de Câmara para deliberação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.13. PEDIDO DE ALTERAÇÕES À LICENÇA N.º 351/00 DE UM EDIFÍCIO DE HABITAÇÃO COLECTIVA E COMERCIO - CONSTRUÇÕES DAVID CALHEIROS GOMES, LDA - SITO NA AV. NUNO ÁLVARES - FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR - CONCELHO DE CHAVES - INFORMAÇÃO DO ARQUITECTO LUIS MIGUEL FERREIRA SANTOS, DATADA DE 2009/06/01 -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

INTRODUÇÃO -----

A requerente através do requerimento nº 49/09, referente ao processo n.º 39/97, solicita pedido de alterações à licença de construção n.º 351/00, de um edifício de habitação colectiva e comercio, referente a obras de alteração a nível do interior, sito na Avenida Nuno Alvares, na freguesia de Santa Maria Maior em Chaves, formulado pelas Construções David Calheiro Gomes, Lda. -----

No seguimento do saneamento e instrução do processo, a promotora, completa agora o seu pedido, através do requerimento n.º 1198/09, com os elementos finais, no sentido se definitivamente lhe ser concedido, as alterações alterações à licença de construção n.º 351/00. -----

ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO -----

No regime jurídico -----

Nos termos Decreto-Lei 555/99, de 16/12 alterado e republicado pela Lei n.º 60/01 de 4/09, o presente pedido enquadra-se no n.º 1 do art.º 27 (Alterações à licença) -----

Nas disposições do Plano Director Municipal -----

Segundo a Planta de Ordenamento n.º 34ªA do Plano Director Municipal de Chaves, o prédio insere-se na categoria de espaço da classe 1

registo predial sobre as parcelas resultantes do destaque, sem o que não pode ser licenciada qualquer obra de construção nessas parcelas.

9 - A certidão emitida pela câmara municipal, comprovativa da verificação dos requisitos do destaque, constitui documento bastante para efeitos de registo predial da parcela destacada. -----

10 - Os actos que tenham por efeito o destaque de parcela com descrição predial que se situe em perímetro urbano e fora deste devem observar o disposto nos n.os 4 e 5. -----

(Espaços urbanos e urbanizáveis), na Categoria 1.1 (Cidade de Chaves): -----

Segundo a Planta de Condicionantes n.º 34A do Plano Director Municipal de Chaves, sobre o prédio não impende nenhuma servidão ou restrição de utilidade pública. -----

Verifica-se o cumprimento do Plano Director Municipal e do estudo do Plano de Urbanização de Chaves, usado para o efeito de limitação das zonas previstas no n.º1 do artigo 73.º do Regulamento do P.D.M. ----

INSTRUÇÃO DO PEDIDO -----

O pedido encontra-se instruído com os elementos mencionados no ponto 11.º da Portaria n.º 232/2008, de 11 de Março e com o Regulamento Municipal de Chaves nomeadamente: -----

- Documentos comprovativos da qualidade de titular de qualquer direito que confira a faculdade de realização da operação (propriedade horizontal, na qual consta que foi reservado o direito à Sociedade proprietária para modificar as fracções); -----

- Requerimento inicial; -----

- Código das certidões permanentes de todas as inscrições da conservatória do registo predial, nas quais se pode ler que a requerente não é a única proprietária; -----

- Projecto de Arquitectura das alterações pretendidas; -----

- Memória descritiva e justificativa; -----

- Estimativa do custo total da obra; -----

- Calendarização da execução da obra; -----

- Termos de responsabilidade do autor e do coordenador de projecto;

- Cópia da declaração de inscrição na Ordem dos Engenheiros do autor e coordenador do projecto de arquitectura (folhas n.º 25); -----

- Acessibilidades - plano de acessibilidade de acordo com o preceituado no decreto-lei nº 163/2006.) -----

ANÁLISE DO PEDIDO -----

Com o presente pedido, pretende o requerente licenciar as alterações à licença de construção n.º 351/00, de um edifício de um edifício habitação colectiva e comércio, referente a obras de alteração a nível do interior. -----

As alterações que a requerente pretende introduzir dizem respeito no seguinte: -----

- Dotar todo o espaço de circulação do edifício, de mecanismos de acesso a pessoas com mobilidade condicionada (rampas e elevador); --

- Reestruturar todo o espaço comercial ao nível das paredes interiores, diminuindo o número total das fracções; -----

- Criação de um espaço destinado a albergar a loja do cidadão, que se desenvolve em dois pisos com acesso a pessoas com mobilidade condicionada no interior do mesmo; -----

- Deslocalizar a posição da caixa de escada e elevador de acesso comum do piso 0 ao piso 4, ficando este espaço afecto exclusivamente ao uso da loja do cidadão; -----

- Alteração da tipologia nos pisos 5 a 9 do prédio cinco, passando de um T3 para dois T2 e um T1; -----

Nas plantas de arquitectura apresentadas verifica-se que não são representadas as instalações sanitárias em conformidade com o Decreto-Lei n.º 163/2006; -----

As alterações que o requerente pretende introduzir não implicam aumento da área bruta de construção, mantendo-se as mesmas características volumétricas inicialmente licenciadas uma vez que as modificações pretendidas apenas se reflectem ao nível do espaço

interior com a implementação do cumprimento do Decreto-Lei n.º 163/2006 - acessibilidades a pessoas com mobilidade condicionada; --
 PROPOSTA DE DECISÃO -----

Face ao exposto, propõe-se aprovação do projecto de arquitectura condicionado no seguinte ponto: -----

1- Peças desenhadas com representação de todas as instalações sanitárias das fracções comerciais e da loja do cidadão, tendo em conta o Decreto-Lei n.º 163/2006 de 8/08, a quando da apresentação dos projectos de especialidades. -----

Em conformidade com o disposto no n.º 4 do artigo 20º do Decreto-Lei 555/99, de 16/12 alterado e republicado pela Lei n.º 60/01 de 4/09, dispõe o interessado no prazo de seis meses para apresentar, os projectos de engenharia das especialidades referentes as alterações pretendidas. -----

À consideração Superior -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE GESTÃO TERRITORIAL, SRA. ENGENHEIRA MARIA CONCEIÇÃO ALVES MARTINS DATADA DE 2009/06/01. -----

A Presente informação/Parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. -----

À Consideração Superior. -----

DESPACHO DO VEREADOR MUNICIPAL, CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS DATADO DE 2009/06/01. -----

Visto. Concorde. À Reunião de Câmara para deliberação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.14. PEDIDO DE INFORMAÇÃO PREVIA - EDIFÍCIO DESTINADO AO HOSPITAL PRIVADO CHAVES-VERIN - VERDOLIVA, UNIPESSOAL LDA - SITO NO LUGAR DE CORNAS - FREGUESIA DE VALDANTA - CONCELHO DE CHAVES - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO TERRITORIAL DA ENGENHEIRA CIVIL MARIA CONCEIÇÃO ALVES MARTINS DATADA DE 2009/06/01 -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

Localização -----

O terreno objecto de intervenção localiza-se num terreno frente ao do Casino de Chaves. -----

Enquadramento da Pretensão -----

-Com as disposições do PDM -----

De acordo com as plantas de ordenamento do Plano Director Municipal o terreno objecto de parecer insere-se fora da Classe 1- Espaços Urbanos e Urbanizáveis, encontrando-se na Categoria 4.3 - espaços agro-florestais e na Subcategoria 4.3.A - espaços agro-florestais comuns e na sub-categoria 4.3.B-Espaços Agro-Florestais Condicionados. -----

Segundo as plantas de condicionantes do Plano Director Municipal, o terreno em causa encontra-se parte, ainda abrangido pela servidão da RAN e REN. -----

Análise da Pretensão -----

Através do requerimento n.º 830/09 solicita informação prévia para construção de um edifício com área de edificação aproximada de 7.500,0 m2. -----

Foi solicitado parecer à DOTPU a qual emitiu o parecer que consta em anexo. -----

Neste contexto cumpre emitir o seguinte parecer: -----

O terreno em causa, de acordo com o PDM, está fora da área urbana e urbanizável - Classe 1. Encontrando-se na Categoria 4.3 - espaços agro-florestais e na Subcategoria 4.3.A - espaços agro-florestais comuns, e na sub-categoria 4.3.B-Espaços Agro-Florestais Condicionados. -----

Ora, julga-se salvo melhor opinião, que a edificação de uma unidade hospitalar se trata de um serviço, que ao mesmo tempo também tem uma actividade comercial, podendo enquadrar-se no disposto no n.º1 do art.º 54¹⁷ do Reg. do PDM. -----

No entanto o índice a aplicar, rege-se pelo disposto no n.º1 do art.º58¹⁸ do Reg. do PDM, pelo que seria 0,25 m²/m². Relativamente à cerca e ao n.º de pisos, o art.28¹⁹ do reg. do PDM, é omissa. -----

88

¹⁷ "Artigo 54º - Instalações para comércio ou serviços -----

1 - É admissível a localização de instalações destinadas exclusivamente a actividades comerciais ou de serviços fora dos espaços pertencentes à classe 1 - espaços urbanos e urbanizáveis, desde que se situem em espaços industriais ou em espaços agro-florestais comuns." -----

¹⁸ Artigo 58º - Edificabilidade -----

1 - As componentes edificadas referentes a armazéns de combustíveis ou de materiais explosivos ou perigosos, a instalações industriais, a armazéns e afins ou a instalações comerciais ou de serviços cumprirão, com as devidas adaptações, as regras de edificabilidade estabelecidas no artigo 28º relativas à instalação avulsa de unidades industriais, salvo no que diz respeito ao Ic, que passa a adoptar o valor de 0,25 m²/m². -----

¹⁹ Artigo 28º - Instalação avulsa de unidades industriais -----

Na ausência de plano de pormenor ou operação de loteamento plenamente eficaz, a instalação avulsa de unidades industriais em parcelas localizadas em espaços desta classe só poderá realizar-se desde que se cumpram os requisitos expressos nos números seguintes:

1) As parcelas destinadas à referida instalação, na área que estiver integrada em espaço industrial, terão de: -----

a) Confrontar, numa extensão mínima de 20 m, com estrada ou arruamento que delimite o espaço industrial em questão; -----

b) Possuir uma forma em planta que permita a inscrição de um rectângulo com as dimensões de 20 m x 30 m, com o seu lado menor sobreposto à berma da referida via; -----

2) A implantação e a volumetria das edificações terão cumulativamente de: -----

a) Assegurar que no interior da parcela em que se localizam venham a existir espaços destinados ao movimento de cargas e descargas e ao estacionamento próprio com dimensão suficiente para que não seja prejudicada a normal fluência de tráfego nas vias públicas; -----

b) Adoptar como alinhamento da fachada virada à via com que confronta com a parcela o afastamento estabelecido para o local de acordo com as disposições legais ou regulamentares em vigor, o qual não poderá ser inferior a 30 m; -----

c) Manter um afastamento mínimo de 5 m às extremas da parcela e, em simultâneo, um afastamento mínimo de 30 m às linhas limite do espaço industrial estabelecidas na planta de ordenamento; -----

d) Não ultrapassar os seguintes índices urbanísticos, aplicados à área de parcela integrada no espaço industrial: -----

Ic = 0,8 m²/m²; -----

Área de implantação - 70%; -----

No entanto, sendo este equipamento de interesse público, caso o município assim o entenda, poderá enquadrar-se na disciplina do art.º 39²⁰ do Reg. do PDM, o qual remete para as disposições constantes no

-
- 3) Quando a parcela destinada à instalação confrontar com estrada nacional ou municipal, exigir-se-á que: -----
- a) A área compreendida entre as edificações e a plataforma da estrada contenha espaços de estacionamento pavimentado com dimensão adequada às necessidades geradas pelas actividades a instalar, sendo o espaço sobrance, se existir, devidamente tratado; -----
- b) Ao longo da estrada e junto à sua berma seja instalado um separador não transponível pelo tráfego automóvel, estabelecendo um máximo de duas ligações entre a mesma estrada e a área de estacionamento, obrigatoriamente localizados nos pontos extremos da linha de confrontação da parcela com a plataforma da estrada; -----
- c) Seja pavimentada e destinada à circulação automóvel, dentro da parcela, uma faixa contígua ao separador atrás referido com uma largura máxima de 5 m; -----
- 4) Quando for autorizada uma componente habitacional no âmbito da instalação cumprir-se-ão as seguintes regras: -----
- a) A área edificada destinada a fins habitacionais será contabilizada para efeitos de cumprimento dos índices urbanísticos atrás estabelecidos; -----
- b) A referida área não poderá constituir-se em fracção autónoma da restante área edificada, passível de comercialização separada desta;
- c) Se a instalação se construir por fases, a licença de utilização da parte edificada destinada a habitação ou alojamento só será concedida em simultâneo com a da última fase; -----
- d) Nos casos referidos nas alíneas b) ou c) do N.º 2 do artigo anterior a respectiva área bruta de construção não poderá exceder 5% da área bruta total da unidade a instalar; -----
- 5) Ficará a cargo da entidade proprietária da unidade industrial, mediante compromisso formal assumido por quem juridicamente a obrigue, a construção, manutenção e gestão dos sistemas que garantam de modo permanente e eficaz o controlo e tratamento dos efluentes eventualmente produzidos, a eliminação de todas as formas de degradação ambiental resultante da laboração e a preservação ou utilização controlada dos recursos naturais; -----
- 6) Cumulativamente com todas as disposições anteriores, na instalação e laboração das unidades existentes ou a criar nestes espaços serão cumpridas todas as disposições legais e regulamentares em vigor aplicáveis a cada situação e actividade concreta; -----
- 7) A instalação avulsa de unidades industriais em áreas integradas em espaços desta classe que estejam subordinadas a plano de pormenor ou operação de loteamento plenamente eficaz reger-se-á pela respectiva disciplina, que terá de respeitar as disposições do artigo -----

²⁰ Artigo 39º - Equipamentos e infra-estruturas de interesse público
Aos equipamentos e infra-estruturas de interesse público, quando integrarem instalações destinadas ao alojamento ou à permanência continuada de pessoas, aplica-se o disposto no N.º 2 do artigo anterior. -----

n.º 2 do art.º 38²¹ do referido regulamento, bem como o disposto no n.º 2 do art.º 37²², com excepção da alínea a). -----

Proposta de Decisão -----

--Assim, face ao exposto no parecer acima referido, julga-se salvo melhor opinião, propor-se o indeferimento da informação prévia apresentada sob requerimento n.º 830/09. -----

No entanto, este indeferimento poderá ser revisto desde que o município opte por uma das soluções abaixo citadas: -----

• Que o município contemple a operação urbanística em sede de revisão do PDM; -----

88-----

²¹ Artigo 38º - Empreendimentos de turismo no espaço rural -----

1 - Consideram-se empreendimentos de turismo no espaço rural aqueles que a lei define como tal. -----

2 - Estes empreendimentos, com excepção dos parques de campismo rurais, terão de cumprir as seguintes exigências, cumulativamente com os requisitos gerais estipulados no N.º 2 do artigo 35º: -----

a) O disposto no N.º 1 do artigo anterior; -----

b) O disposto nas alíneas b) a f) do N.º 2 do artigo anterior, com as ressalvas de que o valor do I_c mencionado na alínea b) será nestes casos de $0,15 \text{ m}^2/\text{m}^2$ e de que a percentagem referida na alínea f) será de 15%; -----

c) O disposto no N.º 4 do artigo anterior, quando se tratar das situações de recuperação ou reconversão de usos aí referidas. -----

3 - Os parques de campismo rurais terão de respeitar os requisitos gerais estabelecidos no N.º 2 do artigo 35º e localizar-se-ão de modo a cumprir o afastamento referido na alínea c) do N.º 2 do artigo anterior, só sendo autorizadas novas edificações se se destinarem exclusivamente a instalações de apoio ao funcionamento do parque e se cumprirem o disposto nas alíneas b), d), e) e f) do preceito atrás mencionado. -----

²² Artigo 37º - Edifícios destinados a habitação -----

1 - Só poderão ser autorizadas novas edificações destinadas a habitação que se localizem em parcelas para as quais seja apresentada prova documental de que a área da parcela é de pelo menos $40\,000 \text{ m}^2$ ou $20\,000 \text{ m}^2$, conforme se localize, respectivamente, dentro da área de protecção à zona urbana de Chaves delimitada na planta de ordenamento ou fora daquele área. -----

2 - Verificada a condição expressa no número anterior e ainda os requisitos gerais estipulados no N.º 2 do artigo 35º, as edificações a autorizar deverão obedecer às seguintes regras: -----

a) O conjunto edificado poderá albergar uma só habitação unifamiliar; -----

b) A área bruta de construção máxima admissível para o conjunto edificado é a que corresponde à aplicação do $I_c = 0,05 \text{ m}^2/\text{m}^2$ à área da parcela; -----

c) O conjunto edificado tem de garantir um afastamento mínimo de 200 m a qualquer instalação agro-pecuária já existente, salvo se esta se situar dentro da própria parcela e estiver devidamente licenciada; -

d) As edificações novas implantar-se-ão a uma distância mínima de 10 m de qualquer estrema de parcela; -----

e) As edificações novas não poderão ultrapassar a altura de 7,5 m; -

f) A área total do solo impermeabilizado pelas edificações, anexos, pátios e outros recintos exteriores pavimentados não poderá exceder 8% da área da parcela integrada nesta classe. -----

- Que o município proceda à elaboração de Plano de Pormenor para a área em causa (área noroeste da cidade de chaves); -----
- Que o município proceda à suspensão parcial do PDM, (n.º1 do art.º 98 e art. 100 do DL 316/07) com a criação das medidas preventivas. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. -----
À Consideração Superior. -----

DESPACHO DO VEREADOR MUNICIPAL, CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS DATADO DE 2009/06/01. -----

Visto. Concordo. À Reunião de Câmara para deliberação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

VII

OBRAS PÚBLICAS E EMPREITADAS:

1- URBANIZAÇÃO

1.1. MERCADO DO GADO DE CHAVES E ARRANJOS EXTERIORES.- AUTO DE MEDIÇÃO Nº18/DE/2009 -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Revisão de Preços nº18/DE/2009, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a firma, José Moreira & Filhos, Lda, no valor de 88.984,97 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais: -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS, AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS, ENGº JOSÉ ANTÓNIO T.F.CARNEIRO, DE 01/06/2009.----

Visto.-----

DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL ARTO. ANTONIO CABELEIRA DE 01.06.2009. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respectivo pagamento no valor de € 88.984,97 €€ (oitenta e oito mil novecentos e oitenta e quatro euros e noventa e sete cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.-

1.2. MERCADO DO GADO DE CHAVES E ARRANJOS EXTERIORES.- AUTO DE MEDIÇÃO Nº19/DE/2009 -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Revisão de Preços nº19/DE/2009, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a firma, José Moreira & Filhos, Lda, no valor de 990,19 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais: -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS, AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS, ENGº JOSÉ ANTÓNIO T.F.CARNEIRO, DE 01/06/2009.----

Visto. -----

DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL ARTO. ANTONIO CABELEIRA DE 01.06.2009. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respectivo pagamento no valor de 990,19€ (novecentos e noventa euros e dezanove cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

1.3. REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA DA TRINDADE - 1ªFASE.- AUTO DE MEDIÇÃO Nº06/DE/2009 -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Revisão de Preços nº06/DE/2009, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a firma, Anteros Empreitadas, S.A, no valor de 85.771,47 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais: -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS, AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS,ENGº JOSÉ ANTÓNIO T.F.CARNEIRO, DE 01/06/2009.----

Visto. -----

DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL ARTO. ANTONIO CABELEIRA DE 01.06.2009. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respectivo pagamento no valor de 85.771,47 (oitenta e cinco mil setecentos e setenta e um euros e quarenta e sete cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

1.4. REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA DA TRINDADE - 1ªFASE.- AUTO DE MEDIÇÃO Nº05/DE/2009 -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Revisão de Preços nº05/DE/2009, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a firma, Anteros Empreitadas, S.A, no valor de 4.681,62 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais: -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS, AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS,ENGº JOSÉ ANTÓNIO T.F.CARNEIRO, DE 01/06/2009.----

Visto. -----

DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL ARTO. ANTONIO CABELEIRA DE 01.06.2009. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respectivo pagamento no valor de 4.681,62 €, (quatro mil seiscentos e oitenta e um euros e sessenta e dois cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

1.5. CONSTRUÇÃO DO CENTRO ESCOLAR SANTA CRUZ/TRINDADE. - AUTO DE MEDIÇÃO Nº07/DE/2009 -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Revisão de Preços nº07/DE/2009, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a firma, Edinorte, Edificações Nortenhass, S.A, no valor de 201.755,84 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais:-----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS, AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS,ENGº JOSÉ ANTÓNIO T.F.CARNEIRO, DE 01/06/2009.----

Visto. -----

DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL ARTO. ANTONIO CABELEIRA DE 01.06.2009. -----

À reunião de Câmara. -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respectivo pagamento no valor de 201.755,84 €, (duzentos e um mil setecentos e cinquenta e cinco euros e oitenta e quatro centimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

1.6. PAVIMENTAÇÃO DO CAMINHO MUNICIPAL PASTORIA/CASAS NOVAS. PROCEDIMENTO CONCURSAL TENDENTE À ADJUDICAÇÃO DA EMPREITADA. -----

Foi presente a informação nº/DE/2009, da Chefe de Divisão, Eng^a Amélia Rodrigues, identificada em epígrafe, cujo o teor se transcreve na íntegra para todos os efeitos legais: -----
 Para conhecimento e respectiva aprovação, apresenta-se em anexo e de acordo com o solicitado superiormente, o projecto de execução e o processo de procedimento para a execução da obra "Pavimentação do Caminho Municipal Pastoria / Casas Novas", elaborado pela Divisão de Empreitadas, com o intuito de se dar início ao procedimento concursal tendente à sua adjudicação. -----

Com o projecto de execução em referência, propõe-se a execução de drenagens, a construção de muros de suporte e de vedação, o arranjo de um pontilhão e pavimentação betuminosa. -----

Assim e face ao descrito propõe-se: -----

1. Que a obra pública em causa seja executada por empreitada, dado a especificidade dos trabalhos; -----

2. Que seja autorizado pela Executivo, a abertura de um procedimento por Concurso Público, para a adjudicação da obra "Pavimentação do Caminho Municipal Pastoria / Casas Novas"; -----

3. Que o valor base para a presente empreitada seja fixado em **208.500,00 Euros**, (Duzentos e oito mil e quinhentos euros), acrescido do respectivo valor de IVA; -----

4. Que de acordo com o definido na alínea b) do artigo 19º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, que aprova o Código dos Contratos Públicos, seja adoptado como procedimento prévio à contratação o Concurso Público, sem publicação no JOUE - Jornal Oficial da União Europeia; -----

5. A aprovação das peças do procedimento em anexo, respectivamente:--

a) Anúncio conforme modelo estipulado no anexo I, da Portaria nº 701 - A/2008; -----

b) Programa de Procedimento; -----

c) Caderno de Encargos; -----

d) Projecto de execução; -----

e) Plano de Segurança e Saúde; -----

f) Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição.

6. Que o prazo máximo de execução da obra seja de 90 dias. -----

7. Que, de acordo com o estipulado no nº1 do Artigo 67º do Código dos Contratos Públicos, o júri responsável pela condução dos procedimentos, para a formação dos contratos, seja constituído pelos seguintes elementos: -----

Presidente: Amélia Rodrigues -----

1º Vogal efectivo: Fernanda Serra -----

2º Vogal efectivo: Vitor Pereira -----

Suplentes: -----

1º Vogal suplente: Madalena Branco -----

2º Vogal suplente: Nuno Bento -----

8. Que, de acordo com o estipulado no nº1 do Artigo 109º do Código dos Contratos Públicos, sejam delegadas ao júri todas as competências, com excepção do disposto no nº2 do artigo 69ª do C.C.P.; -----

9. O valor base do orçamento dos trabalhos em causa, está estimado em 208.500.00€, IVA não incluído, estando previstas as despesas emergentes da contratação nos instrumentos de Gestão Financeira em vigor no objectivo 3.3.1 - MC/07010408/0938/2008/11.-----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria, de acordo com o nº 1 do artigo 71 da Lei 169/99, 18 de Setembro. -----

Divisão de Empreitadas, 25 de Maio de 2009. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS, AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS, ENGº JOSÉ ANTÓNIO T.F. CARNEIRO, DE 01/06/2009.----

Visto. Concorde com a proposta apresentada. À consideração do Sr. Vice Presidente. -----

DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL ARTO. ANTONIO CABELEIRA DE 01.06.2009. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

1.7. AMPLIAÇÃO/REABILITAÇÃO DO MERCADO MUNICIPAL DE CHAVES - REEMBOLSO DE QUANTIAS RETIDAS -----

Foi presente a informação nº113/DE/2009, da Técnica Responsável, Engª Fernanda Serra, identificada em epígrafe, cujo o teor se transcreve na íntegra para todos os efeitos legais: -----

A - Antecedentes -----

1. A Câmara Municipal de Chaves abriu, por anúncio publicado no Diário da República, 2ª Série, nº 98 de 20 de Maio de 2005, concurso público tendo como objectivo a adjudicação da empreitada em epígrafe. -----

2. De harmonia com a deliberação camarária tomada em reunião ordinária, do dia 5 de Setembro de 2005, o Município de Chaves adjudicou à empresa "Norasil, Soc. De Construção Civil, S.A." a execução da referida empreitada. -----

3. O acto adjudicatório veio a ser formalizado através de assinatura do competente contrato administrativo de obras públicas, outorgado perante o oficial público da Autarquia em 10 de Novembro de 2005. --

4. O valor da adjudicação, na sequência da proposta apresentada pela firma adjudicatária, encontra-se fixado em 323.730,10€ (Trezentos e vinte e três mil, setecentos e trinta Euros e dez cêntimos), acrescido do valor do I.V.A. à taxa legal em vigor, importando destacar as seguintes condições: -----

- Tipo de Empreitada: Série de Preços; -----
- Prazo de execução da obra: 240 dias, a contar da consignação dos trabalhos. -----

B - Da execução do contrato da empreitada -----

1. O auto de consignação dos trabalhos da referida empreitada foi celebrado a 28 de Novembro de 2005. -----

2. A empresa adjudicatária vem, através de ofício registado nos serviços administrativos desta autarquia com o n.º 7062 em 7 de Maio de 2009, apresentar Garantia Bancária, com o nº2506.001675.493 da Caixa Geral de Depósitos, no valor de 16.957,48 Euros,

correspondente ao reforço de 5% sobre o valor da facturação emitida através dos autos de medição n.ºs 1,2,3,4,5,6,7,8,9,10 e 11.-----

C - Da proposta -----

Pelo exposto, e de acordo com o estipulado no nº4, artigo 211º do Decreto-lei nº 59/99 de 2 de Março, não vê esta Divisão qualquer inconveniente no deferimento do pedido da empresa "Norasil, Soc. de Construção Civil, S.A", verificando-se apenas um diferencial de 3 cêntimos entre o valor apresentado e o valor retido.-----

Assim, pelas razões enunciadas, o executivo camarário deverá deliberar no sentido de: -----

a) Reembolsar a referida empresa pelo montante de 16.957,45€ (Dezasseis mil, novecentos e cinquenta e sete euros e quarenta e cinco cêntimos), respeitante aos valores retidos nos seguintes autos: -----

Autos	Trab	Valor	Retenção
1	TN	9.706,07	485,30
2	TN	8.100,49	405,02
3	TN	16.432,30	821,62
4	TN	9.395,10	469,76
5	TN	49.612,26	2.480,61
6	TN	17.198,89	859,94
7	TN	60.788,26	3.039,41
8	TN	60.452,85	3.022,64
9	TN	57.584,45	2.879,22
10	TN	34.459,40	1.722,97
11	TM	15.418,89	770,94
Total			16.957,45

À consideração superior. -----

Divisão de Empreitadas, 29 Maio de 2009. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE EMPREITADAS, ENG^a AMÉLIA RODRIGUES, DE 01/06/2009. -----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares sobre a matéria, pelo que merece a minha concordância. À consideração superior. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS, AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS, ENG^o JOSÉ ANTÓNIO T.F. CARNEIRO, DE 01/06/2009. ----

Visto. Concordo com o proposta. À consideração do Sr. Vice Presidente. -----

DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL ARTO. ANTONIO CABELEIRA DE 01.06.2009. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

1.8. ROTUNDA NO ENTRONCAMENTO DA AV. DUARTE PACHECO E AV. D. JOÃO I. RELATÓRIO FINAL. -----

Foi presente o relatório identificado em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

Ao primeiro dia do mês de Junho de 2009, pelas 17:30 horas, na Divisão de Empreitadas, reuniu o Júri designado para o concurso supramencionado, constituído pelos seguintes membros: -----

- Presidente: Amélia Cristina Gonçalves Rodrigues, Chefe da Divisão de Empreitadas; -----

- 1.º Vogal: Fernanda Maria Duro Borges Morais Serra, Técnica superior na Divisão de Empreitadas; -----

- 2.º Vogal: Vitor Joaquim Fernandes Pereira, Técnico superior na Divisão de Empreitadas; -----

com o fim de tornar definitivo o relatório preliminar - sentido de adjudicação, no sentido de permitir a prática do acto adjudicatório, no âmbito do presente procedimento. -----

No passado dia 25 de Maio procedeu-se á notificação do projecto de decisão final aos concorrentes, tendo-lhes sido concedidos 5 dias para se pronunciarem sobre o mesmo -----

Esgotado o prazo para o exercício do direito de participação na tomada de decisão - audiência prévia escrita, nenhum dos concorrentes apresentou qualquer sugestão quanto ao sentido da decisão. -----

Assim, o Júri deliberou por unanimidade, o seguinte: -----

a) Tornar definitivo, para efeitos de adjudicação, o sentido de adjudicação exposto no relatório preliminar - adjudicação da empreitada **"Rotunda no Entroncamento da Av. Duarte Pacheco e Av. D. João I"** à empresa **"Anteros Empreitadas, S.A"** pelo valor de **479.454,60€** (Quatrocentos e setenta e nove mil quatrocentos e cinquenta e quatro euros e sessenta cêntimos), IVA não incluído, com um prazo de execução de 60 dias -, remetendo-se o mesmo - relatório final - à entidade competente para autorizar despesa, no caso, a Câmara Municipal; -----

b) Que seja aprovada a minuta do contrato em anexo, nos termos do n.º1 do artigo 98º do CCP. -----

c) Nos termos do ponto 4 do artº 126 do CCP, que sejam dados 10 dias ao adjudicatário para apresentar os documentos de habilitação referidos nos pontos 1 e 2 do art.º 81 do mesmo diploma.-----

Nada mais havendo a tratar, elaborou-se o presente relatório, que vai ser assinado pelos membros do júri -----

O Júri -----

O Presidente -----

(Amélia Cristina Gonçalves Rodrigues) -----

Os Vogais -----

(Fernanda Maria Duro Borges Morais Serra) -----

(Vitor Joaquim Fernandes Pereira) -----

DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL ARTO. ANTONIO CABELEIRA DE 01.06.2009. -----

À reunião de Câmara. -----

MINUTA DO CONTRATO PARA EXECUÇÃO DA EMPREITADA "ROTUNDA NO ENTRONCAMENTO DA AV. DUARTE PACHECO E AV. D. JOÃO I" -----

No dia ... de ... de 2009, nesta cidade de Chaves, no Edifício dos Paços do Concelho, celebram o presente contrato de execução de empreitada pelo preço contratual de **€ 479 454,60 (quatrocentos e setenta e nove mil, quatrocentos e cinquenta e quatro euros e sessenta cêntimos)**, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, nos termos do disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro: -----

Como Primeiro Outorgante, MUNICÍPIO DE CHAVES, titular do Cartão de Pessoa Colectiva de Direito Público Nº 501205551, com sede em Chaves, neste acto legalmente representado pelo Presidente da Câmara, Sr. Dr. João Gonçalves Martins Batista, casado, natural da freguesia de Vila da Ponte, Concelho de Montalegre, com domicílio necessário no Edifício dos Paços do Concelho, Praça de Camões, em Chaves. -----

E -----
Como Segundo Outorgante, ANTEROS EMPREITADAS, SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES E OBRAS PÚBLICAS, SOCIEDADE ANÓNIMA, com sede em S. Fraústo, Estrada de Braga, em Chaves, Pessoa Colectiva nº 500719616, com o mesmo número de matrícula na Conservatória do Registo Comercial de Chaves, titular do Alvará de Construção nº 6176, com o capital social de 4.750.000 euros, legalmente representada por Licínio de Melo Pereira, casado, natural de Moreiras, concelho de Chaves, residente em Chaves, titular do Bilhete de Identidade nº 2937717, emitido em 26 de Fevereiro de 1986 pelos S.I.C. em Lisboa, na qualidade de Procurador da mencionada sociedade, conforme poderes constantes na procuração que me foi presente, documento que fica arquivado em anexo ao presente contrato. -----

Cláusula 1ª -----
(Objecto do Contrato/Empreitada) -----

1. O presente contrato tem por objecto a execução da empreitada **"Rotunda no Entroncamento da Av. Duarte Pacheco e Av. D. João I"**, pelo preço de **€ 479 454,60** (quatrocentos e setenta e nove mil, quatrocentos e cinquenta e quatro euros e sessenta cêntimos), que não inclui o IVA à taxa legal em vigor. -----

2. A presente empreitada foi adjudicada pelo primeiro outorgante ao segundo outorgante, e aprovada a respectiva minuta do contrato, por deliberação camarária do passado dia, precedida de anúncio, em conformidade com o Programa de Procedimento, Caderno de Encargos, Projecto de Execução e Plano de Segurança e Saúde desta empreitada, devidamente aprovados por deliberação camarária do passado dia 17 de Abril de 2009, nos termos da proposta apresentada pelo segundo contratante, bem como lista de preços unitários a ela anexa, documentos que aqui se dão por integralmente reproduzidos e que ficam arquivados junto do presente contrato. -----

Cláusula 2ª -----

Prazo de Execução -----

O segundo outorgante deverá concluir a referida empreitada, no prazo de **60 (sessenta) dias**, a contar da data do auto de consignação dos trabalhos, que deverá ser celebrado no prazo máximo de trinta dias, a contar da data da assinatura do presente contrato, assumindo o segundo contratante o compromisso de ter a empreitada totalmente concluída dentro do citado prazo. -----

Cláusula 3ª -----

Prazo de Garantia da Obra -----

1. O prazo de garantia varia de acordo com os seguintes tipos de defeitos: -----

a) 10 anos para os defeitos que incidam sobre elementos construtivos estruturais. -----

b) 5 anos para os defeitos que incidam sobre elementos construtivos não estruturais ou instalações técnicas. -----

c) 2 anos para os defeitos que incidam sobre equipamentos afectos à obra, mas dela autonomizáveis. -----

2. Caso tenham ocorrido recepções provisórias parcelares, o prazo de garantia fixado nos termos do número anterior é igualmente aplicável a cada uma das partes da obra que tenham sido recebidas pelo dono da obra. -----

3. Exceptuam-se do disposto no nº1 as substituições e os trabalhos de conservação que derivem do uso normal da obra ou de desgaste e depreciação normais consequentes da sua utilização para os fins a que se destina. -----

Cláusula 4ª -----
(Acompanhamento Arqueológico) -----

O acompanhamento arqueológico será realizado nos termos definidos no caderno de encargos específico, elaborado pelo Gabinete de Arqueologia do Primeiro Outorgante, o qual se dá aqui por reproduzido -----

Cláusula 5ª -----
Pagamentos -----

1 - Os pagamentos a efectuar pelo primeiro contratante têm uma periodicidade mensal, sendo o seu montante determinado por medições mensais a realizar de acordo com a Cláusula 18ª do Caderno de Encargos da empreitada objecto do presente contrato, bem como na Cláusula 25ª do mesmo Caderno. -----

2 - Os pagamentos são efectuados no prazo máximo de 60 dias após a apresentação da respectiva factura. -----

Cláusula 6ª -----
Revisão de Preços -----

1 - A revisão dos preços contratuais, como consequência de alteração dos custos de mão-de-obra, de materiais ou de equipamentos de apoio durante a execução da empreitada, é efectuada nos termos do disposto do Decreto-Lei nº 6/2004, de 6 de Janeiro. -----

2 - A revisão de preços obedece à seguinte fórmula: **Tipo F17 - Pavimentação de Estradas** - publicada no despacho nº 22637/2004 (2ª série), de 12 de Outubro. -----

3 - Os diferenciais de preços, para Maio ou para menos, que resultem da revisão de preços da empreitada são incluídos nas situações de trabalhos. -----

Cláusula 7ª -----
(Dotação Orçamental) -----

A empreitada consta no Plano de Actividades/Orçamento do segundo contratante para o corrente ano, tendo o encargo resultante deste contrato cabimento nas rubricas com a seguinte classificação: Económica:; Acção -----:

Cláusula 8ª -----
Garantia para Cumprimento das Obrigações por parte do Segundo -----
Outorgante -----

Para garantia da execução destes trabalhos o segundo outorgante presta a favor do primeiro outorgante, Garantia Bancária Nº, emitida pelo, em ... de de 2009, no valor de **€ 23 972,73** (vinte e três mil, novecentos e setenta e dois euros e setenta e três cêntimos), correspondendo a 5% do valor dos trabalhos objecto do presente contrato. -----

Cláusula 9ª -----
Foro Competente -----

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Círculo de Mirandela, com expressa renúncia a qualquer outro. -----

Cláusula 10ª -----
Prevalência -----

1 - Consideram-se como condições a observar na execução da empreitada, as expressas no contrato, no Programa de Procedimento, Caderno de Encargos e Plano de Segurança e Saúde - e na proposta que foi apresentada pelo segundo outorgante. -----

2 - Em caso de dúvidas prevalece em primeiro lugar o texto do presente contrato, seguidamente o Caderno de Encargos e os outros

documentos complementares e em último lugar a proposta que foi apresentada pelo segundo outorgante. -----

Cláusula 11ª -----

Legislação aplicável -----

A tudo o que não esteja previsto no presente contrato aplica-se o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, e na restante legislação aplicável. --

Cláusula 12ª -----

Disposições finais -----

1 - Os pagamentos efectuados ao abrigo do presente contrato serão efectuados após a verificação dos formalismos legais em vigor para o processamento das despesas públicas. -----

2 - O procedimento por concurso público, relativo ao presente contrato foi autorizado por deliberação camarária de -----

3 - Não se registaram quaisquer ajustamentos ao conteúdo do presente contrato. -----

4 - Foram apresentados pelo segundo outorgante: Registo Criminal, Alvará de Construção, documentos comprovativos da situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e Serviço de Finanças, e Declaração Modelo II, anexo ao CCP. -----

O Primeiro Contratante: -----

O Segundo Contratante: -----

Contrato nº .../09 -----

Imposto de Selo, verba 8, da TGIS: € 5,00 liquidado hoje por meio de Guia nº/09 -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, adjudicar provisoriamente a referida empreitada à empresa "**Anteros Empreitadas, S.A**" pelo valor de **€ 479 454,60** (quatrocentos e setenta e nove mil, quatrocentos e cinquenta e quatro euros e sessenta cêntimos), IVA não incluído, nos precisos termos da informação técnica supra. Para o efeito, remeta-se minuta do respectivo contrato, ora aprovada, ao concorrente preferido e não havendo reclamações ao referido documento considerar-se-á adjudicada definitivamente a referida empreitada, iniciando - se o prazo para a prestação de caução e marcação da data da celebração do respectivo contrato. -----

2- SANEAMENTO E SALUBRIDADE

3- HIGIENE PÚBLICA

4- CEMITÉRIOS

5- PROTECÇÃO CIVIL

6- DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E ABASTECIMENTO PÚBLICO

7- COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES

8- DEFESA DO MEIO AMBIENTE

9- CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES

10- SEGURANÇA PÚBLICA

11- ILUMINAÇÃO PÚBLICA

12- TERMAS

13- ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA

VIII
EXPROPRIAÇÕES

1. AQUISIÇÃO DE BENS IMÓVEIS - DUAS FRACÇÕES DE $\frac{1}{4}$ INDIVISOS DE QUATRO PRÉDIOS RÚSTICOS, SITUADOS NA FREGUESIA DE OUTEIRO SECO. - "PARQUE DESPORTIVO DE CHAVES"- . VENDEDORES: HERMÍNIO PEREIRA DO RIO BATISTA E MULHER, MARIA ADELAIDE FERREIRA PEREIRA BATISTA; E HERDEIROS DE EUGÉNIO PEREIRA BATISTA, MARIA TORRES MARTINS E FILHOS. PROPOSTA Nº47/GAPV/09 -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - DA JUSTIFICAÇÃO -----

1. Nos termos do disposto na alínea f), do nº1, do artigo 13º, sob a epígrafe "Atribuições dos Municípios", da Lei nº 159/99, de 18 de Setembro que estabelece o quadro de transferências de atribuições para as autarquias locais os municípios dispõem, entre outras, de atribuições na área da promoção dos tempos livres e desporto; -----

2. As atribuições acima mencionadas concretizam-se, entre outras, na competência dos órgãos municipais positivadas na alínea b), do nº1, do Artigo 21º, do retrocitado diploma legal, isto é, em planear, gerir e realizar investimentos públicos em "Instalações e equipamentos para a prática desportiva e recreativa de interesse municipal"; -----

3. No âmbito da política prosseguida pelo executivo camarário, na área do desenvolvimento da prática desportiva e da promoção do bem estar e da saúde, a ela associadas, encontra-se, indubitavelmente, a renovação e ampliação das infra estruturas desportivas concelhias, designadamente, mediante a elaboração do Plano de Pormenor do Parque Desportivo de Chaves e os equipamentos a construir, no âmbito do mesmo; -----

4. É neste contexto, e em execução da deliberação tomada pelo executivo camarário em 11 de Setembro de 2008, que devem ser enquadradas as negociações institucionalmente entabuladas pelo Município junto dos respectivos proprietários, **Hermínio Pereira do Rio Batista e mulher, Maria Adelaide Ferreira Pereira Batista, e de Maria Torres Martins, Maria Clara Martins Batista, Maria José Martins Batista da Costa, Ana Maria Martins Batista e Luís António Martins Batista**, com vista à, eventual, aquisição de duas quartas partes indivisas de quatro prédios rústicos situados no lugar de Casinhas, freguesia de Outeiro Seco, concelho de Chaves, zona previamente definida para a localização daquelas infra estruturas desportivas, com a seguinte caracterização: -----

• **Artigo: 142/ Rústico** -----
Descrição na Conservatória do Registo Predial de Chaves:
3139/20050606 -----
Freguesia: Outeiro Seco -----
Situação: Casinhas -----
Descrição: Terreno de cultivo -----

Área: 10 888,00m2 -----
 Valor patrimonial: €24,12 -----
 • Artigo: 143/ Rústico -----
 Descrição na Conservatória do Registo Predial de Chaves: 3138/20050606 -----
 Freguesia: Outeiro Seco -----
 Situação: Casinhas -----
 Descrição: Terreno de cultivo -----
 Área: 10 888,00m2 -----
 Valor patrimonial: €24,12 -----
 • Artigo: 463/ Rústico -----
 Descrição na Conservatória do Registo Predial de Chaves: -----
 Freguesia: Outeiro Seco -----
 Situação: Casinhas -----
 Descrição: Terra centeeira e monte -----
 Área: 16 057,00m2 -----
 Valor patrimonial: €14,78 -----
 • Artigo: 1567/Rústico -----
 Freguesia: Outeiro Seco -----
 Situação: Nabelhos -----
 Descrição: Terra de cultivo e pinhal -----
 Área: 2124,00m2 -----

II - DAS CONDIÇÕES NEGOCIAIS ACORDADAS -----

Dos contactos e diligências pré-contratuais estabelecidos com os comproprietários dos bens imóveis supra identificados - Hermínio Pereira do Rio Batista e mulher, Maria Adelaide Ferreira Pereira Batista, e de Maria Torres Martins, Maria Clara Martins Batista, Maria José Martins Batista da Costa, Ana Maria Martins Batista e Luís António Martins Batista -, foram acordadas as seguintes condições negociais, viabilizadoras da sua aquisição por parte deste Município, as quais tiveram por base a avaliação do terreno efectuada por perito de lista oficial: -----

a) O valor global da aquisição das respectivas fracções dos imóveis, acordado com os respectivos proprietários, é de €157 915,50 (cento e cinquenta e sete mil novecentos e quinze euros e cinquenta cêntimos), com base na avaliação prévia realizada pelo perito oficial do Tribunal da Relação do Porto, Engº Guedes Marques, no âmbito da instrução do eventual procedimento expropriativo de aquisição dos terrenos necessários à execução da obra "Parque Urbano Desportivo"; -----

b) O pagamento do preço das aludidas fracções dos supra identificados prédios rústicos, será liquidado em nove prestações, sendo a última no acto da celebração das respectivas escrituras de compra e venda, que deverão ser precedidas da celebração de contratos-promessa -----

II - DA PROPOSTA EM SENTIDO ESTRITO -----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas tomo a liberdade de sugerir ao executivo camarário a aprovação da seguinte proposta: -----

a) Que sejam autorizadas as aquisições, para o domínio privado da Autarquia, de duas quartas partes indivisas dos imóveis supra identificados, situados no lugar de Casinhas e Nabelhos, na freguesia de Outeiro Seco, inscritos na matriz cadastral correspondente sob os artigos 142º, 143º e 463º e 1567º, aos proprietários das fracções Hermínio Pereira do Rio Batista e mulher,

Maria Adelaide Ferreira Pereira Batista, e de Maria Torres Martins, Maria Clara Martins Batista, Maria José Martins Batista da Costa, Ana Maria Martins Batista e Luís António Martins Batista; -----

b) Que o valor global da aquisição de cada uma das quartas partes indivisas do referido conjunto patrimonial seja de **€157 915,50 (cento e cinquenta e sete mil novecentos e quinze euros e cinquenta cêntimos)**, fundamentando-se o mesmo nos relatórios elaborados pelo perito de lista oficial, correspondendo à avaliação prévia realizada pelo perito oficial do Tribunal da Relação do Porto, Engº Guedes Marques, no âmbito da instrução do eventual procedimento expropriativo de aquisição dos terrenos necessários à execução da obra "Parque Desportivo de Chaves", documento cujo teor aqui se dá por integralmente para todos os efeitos legais, o qual se anexa à presente proposta; -----

c) O pagamento dos preços acordados será realizado em nove prestações, liquidando-se a primeira com a assinatura dos contratos promessa de compra e venda, sendo integralmente liquidado até ao acto da celebração da escritura de compra e venda, a qual deverá ser outorgada no Cartório Privativo do Município, logo que se mostrem reunidas todas as formalidades indispensáveis para o efeito, legitimando, desde já, o Presidente da Câmara ou o seu substituto legal a outorgar no respectivo contrato; -----

d) As presentes aquisições serão suportadas através da seguinte rubrica prevista nos instrumentos de gestão financeira da autarquia para o corrente ano, devidamente aprovados: Classificação económica: 07010406 - Projecto/Ação 33/2006; -----

e) Por fim, tendo por referência o valor acordado para a aquisição das partes indivisas dos aludidos imóveis, a presente decisão administrativa não carece de ser sancionada pelo órgão deliberativo do município, à luz do disposto na alínea i), do nº2, do artigo 53º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações. -----

Chaves, 01 de Junho de 2009. -----

O Presidente da Câmara Municipal, -----

(Dr. João Batista) -----

Em anexo: -----

- Certidões emitidas pela Conservatória do Registo Predial de Chaves; -----

- Certidões emitidas pelo Serviço de Finanças de Chaves; -----

- Relatórios de avaliação elaborado por perito de lista oficial. ---

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. Notifique-se. -----

2. AQUISIÇÃO, PELA VIA DO DIREITO PRIVADO, DE DIVERSAS PARCELAS DE TERRENO. OBRA: "LIGAÇÃO RODOVIÁRIA ENTRE A E.M. 506 E O I.P.3/A24 - NÓ DO PARQUE EMPRESARIA DE CHAVES". PROPOSTA N.º 49/GAPV/09. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - JUSTIFICAÇÃO -----

• Considerando que, na sequência da notificação da resolução de expropriar efectuada aos diferentes proprietários das parcelas de terreno necessárias à realização da obra pública "Ligação Rodoviária entre a E.M. 506 e o I.P.3/A24 - Nó do Parque Empresarial de Chaves", e no âmbito da resolução de expropriar respectiva, vieram,

os proprietários das parcelas números 222 N e 224 N, manifestar a sua vontade em chegar a acordo para aquisição das aludidas parcelas pela via do direito privado; -----

- Considerando que veio, pessoalmente, um dos comproprietários da parcela 222 N, manifestar a sua concordância com a avaliação prévia elaborada pelo perito da lista oficial para a aludida parcela, realçando-se o facto de já ter sido também alcançado acordo com a outra comproprietária, para a aquisição da mesma; -----

- Considerando que, através de carta com registo nos serviços administrativos da Autarquia, os comproprietários da parcela 224 N, vieram apresentar contra-proposta para a aquisição da parcela, pela via do direito privado, propondo que a mesma seja adquirida ao valor de €3,50/m²; -----

- Considerando que tal valor é aquele que é atribuído pelo perito da lista oficial para a vinha de 2^a, e uma vez que, efectivamente, se tratava de uma plantação de vinha, conforme se pode constatar pelas fotografias constantes do relatório de avaliação prévia, será de procurar uma justa composição dos interesses público e privados, mediante a obtenção de um acordo para aquisição, pela via do direito privado, da aludida parcela, o que permitirá, sem outras *démarches*, a entrada na referida parcela e o correspondente início das obras, bem como a desistência do pedido de Declaração de Utilidade Pública para a parcela em causa. -----

II - PROPOSTA EM SENTIDO ESTRITO -----

Em coerência com as razões anteriormente enunciadas, e nos termos do disposto na alínea c), do n.º 7, do artigo n.º 64, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e Artigos 10.º e 11.º, ambos do Código das Expropriações - C.E. -, tomo a liberdade de sugerir ao Executivo Camarário que adopte deliberação no sentido de: -----

a) Autorizar a aquisição, pela via do direito privado, da parcela número 224 N, pelo valor de €6.800,50 (Seis mil e oitocentos euros e cinquenta cêntimos), bem como a aquisição da parcela 222N, pelo valor constante do relatório de avaliação prévia, destinando-se as mesmas a integrarem o domínio público, nos termos do Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de Agosto; -----

b) Sequencialmente, as mesmas deverão deixar de constar do "mapa de expropriações", entretanto, aprovado e que foi remetido à Direcção-Geral das Autarquias Locais (DGAL) para obtenção da necessária D.U.P., mediante rectificação a tal documento, em conformidade com o disposto no n.º1 do Artigo 10.º do Código das Expropriações; -----

c) Que os títulos das aquisições - escrituras públicas -, sejam outorgados junto do Cartório Privativo do Município, logo que se mostrem reunidas as condições jurídico administrativas necessárias para o efeito, ficando desde já legitimado o Presidente da Câmara ou o seu substituto legal a outorgar os respectivos contratos; -----

d) No caso de decisão favorável, dever-se-á remeter a presente proposta ao Departamento de Administração Geral - Sector de Contratos, Expropriações e Apoio ao Notariado - e à Divisão de Empreitadas, para ulterior operacionalização. -----

e) A presente proposta tem cobertura orçamental através da seguinte rubrica prevista nos instrumentos de gestão financeira em vigor: classificação económica: 07010401- PPI Acção 15/I/2007. -----
Chaves, 01 de Junho de 2009. -----
O Presidente da Câmara Municipal, -----

(Dr. João Batista) -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. Notifique-se. -----

IX
DIVISÃO DE ABASTECIMENTO PÚBLICO

1. PEDIDO DE ANULAÇÃO DE FACTURA DE ÁGUA. CONCEIÇÃO DIAS AFONSO. INFORMAÇÃO DA DAP DE 21/05/2009 -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, subscrita pela Chefe de Secção da D.A.P., Maria José Vila Nova, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

Da exposição -----
 CONCEIÇÃO DIAS AFONSO, com habitação sita na Rua da Várzea n.º. 22 Chaves, com a Instalação de água n.º. 30, vem expor que foi confrontada com duas facturas de consumo de água, no valor de 1.323,78 € e 446,58 €, correspondente a 426 m³, e 133 m³ respectivamente de Abril e Maio/2009, ocasionados por rotura na canalização que abastece a sua habitação e avaria do passador que separa as águas da rede pública e do furo, só detectada quando confrontada com a facturação elevada de valores fora do comum, pelo que vem, através do requerimento com registo de entrada n.º. 7775, de 2009.05.21, solicitar "a revisão do valor debitado", no sentido de não ser penalizada, solicitando o pagamento da água gasta ao preço do escalão mais baixo. -----

Dos Factos -----
 Na realidade, após ser constatado pelo fiscal de leituras, que havia um consumo exagerado de água, na instalação com o CIL 30, o Assistente Operacional, Sr. João Silva, deslocou-se ao local, tendo verificado a veracidade dos factos, mantendo-se a instalação do contador em bom funcionamento tendo sido detectado rotura na canalização que abastece a residência e avaria do passador que separa as águas, no momento já solucionado o problema, das anomalias referidas. -----

Do Direito -----
 De acordo com o estipulado no artigo 23 do Decreto-Lei n.º. 207/94, de 6 de Agosto, a Conservação dos sistemas prediais, é da responsabilidade dos proprietários. -----
 Nesta conformidade, a rotura na instalação, é da responsabilidade da consumidora, CONCEIÇÃO DIAS AFONSO, proprietária da instalação. ----

Da Petição -----
 Tendo em linha de conta o que é exposto, propõe-se que o assunto seja agendado para uma próxima reunião de Câmara, no sentido de ser deliberado sobre a petição, com as seguintes hipóteses: -----
 a) Indeferir a pretensão da requerente, tendo em linha de conta o referido na parte que diz respeito à norma legislativa em vigor;--
 b) Anulação da factura e emissão de uma nova, tomando como valor do consumo de 559 m³, cobrando-se 5 m³ ao 1.º. Escalão, isto é 0,38 € e os restantes metros cúbicos (554 m³) ao 2.º. Escalão (0,70 €), acrescidos das quotas de disponibilidade referente à água, saneamento e resíduos sólidos, dos meses de Abril e Maio/2009.-----
 c) Anulação da factura e emissão de uma nova, tomando como valor do consumo de 559 m³, cobrando-se ao 1.º. Escalão, isto é, 0,38€/m³, acrescidos das quotas de água, saneamento e resíduos sólidos.-----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria, de acordo com o n.º. 1 do Art.º. 71, da Lei 169/99, de 18/9. -----

À consideração superior. -----

A presente informação mereceu parecer favorável do Chefe da D.A.P., Eng.º. Baltazar. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DO DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS, ENG.º. JOSÉ ANTÓNIO CARNEIRO, DE 28/05/2009:--

Visto. -----

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, ARQT.º. ANTÓNIO CABELEIRA, DE 29/05/2009: -----

Visto. À Reunião de Câmara para deliberação. Proponho a aprovação da hipótese da alínea b). -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a alínea b) da informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2. PEDIDO DE ANULAÇÃO DE FACTURA DE ÁGUA. ANABELA GUEDES COSTA FRIAS VARELA. INFORMAÇÃO DA DAP DE 21/05/2009 -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, subscrita pelo Chefe de Secção da D.A.P., Maria José Vila Nova, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

Da exposição-----

ANABELA GUEDES COSTA FRIAS VARELA, com habitação sita na Estrada Nacional 2 - Outeiro Jusão - Chaves, com a Instalação de água n.º. 20831, vem expôr que foi confrontada com uma factura de consumo de água, no valor de 150,01 €, correspondente 134 m3, ocasionados por rotura na canalização que abastece a sua habitação, não detectada em tempo útil, por se encontrar muita humidade no terreno, pelo que vem, através do requerimento com registo de entrada n.º. 6805, de 2009.05.04, solicitar "a revisão do valor debitado", no sentido de não ser penalizada, solicitando o pagamento da água gasta ao preço do escalão mais baixo. -----

Dos Factos-----

Na realidade, após ser constatado pelo fiscal de leituras, que havia um consumo exagerado de água, na instalação com o CIL 20831, o Assistente Operacional, Sr. João Silva, deslocou-se ao local, tendo verificado a veracidade dos factos, mantendo-se a instalação do contador em bom funcionamento tendo sido detectado o rebentamento da referida canalização, no momento já resolvido o problema.-----

Do Direito-----

De acordo com o estipulado no artigo 23 do Decreto-Lei n.º. 207/94, de 6 de Agosto, a Conservação dos sistemas prediais, é da responsabilidade dos proprietários.-----

Nesta conformidade, a rotura na instalação, é da responsabilidade da consumidora, **ANABELA GUEDES COSTA FRIAS VARELA**, proprietária da instalação.-----

Da Petição-----

Tendo em linha de conta o que é exposto, propõe-se que o assunto seja agendado para uma próxima reunião de Câmara, no sentido de ser deliberado sobre a petição, com as seguintes hipóteses: -----

a) Indeferir a pretensão da requerente, tendo em linha de conta o referido na parte que diz respeito à norma legislativa em vigor;--

b) Anulação da factura e emissão de uma nova, tomando como valor do consumo de 134 m3, cobrando-se 5 m3 ao 1.º. Escalão, isto

é 0,38 € e os restantes metros cúbicos (129 m³) ao 2º. Escalão (0,70 €), acrescidos das quotas de disponibilidade referente à água e resíduos sólidos, do mês de Abril. -----

c) Anulação da factura e emissão de uma nova, tomando como valor do consumo de 134 m³, cobrando-se ao 1º. Escalão, isto é, 0,38€/m³, acrescidos das quotas de água, saneamento e resíduos sólidos.-----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria, de acordo com o n.º. 1 do Artº. 71, da Lei 169/99, de 18/9. -----

À consideração superior. -----

A presente informação mereceu parecer favorável do Chefe da D.A.P., Engº. Baltazar. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DO DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS, ENGº. JOSÉ ANTÓNIO CARNEIRO, DE 28/05/2009:--

Visto.-----

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, ARQTº. ANTÓNIO CABELEIRA, DE 29/05/2009: -----

Visto. À Reunião de Câmara para deliberação. Proponho a aprovação da hipótese da alínea b). -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a alínea b) da informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3. PEDIDO DE ANULAÇÃO DE FACTURA DE ÁGUA. TRISERVICE. INFORMAÇÃO DA DAP DE 28/05/2009 -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, subscrita pelo Chefe da D.A.P., Artur Baltazar, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

Da exposição -----

A Administração do condomínio do Edifício Santo Amaro, Blocos 1 e 2 sita na Av. de Santo Amaro - Chaves, com a Instalação de água n.º. 38023, vem expor que foi confrontado com uma factura de consumo de água do mês de Maio/2008, no valor de 716,57 €, correspondente 236 m³, ocasionados por uma rotura no sistema de canalização do edifício, pelo que vem, através do requerimento com registo de entrada n.º. 8170, de 2009.04.27, solicitar "a revisão do valor debitado", no sentido de não ser penalizado, solicitando o pagamento da água gasta ao preço do escalão mais baixo, solicitando igualmente que seja contabilizado os 18m³ gastos após a passagem do fiscal, ou seja um total de 254 m³. -----

Dos Factos -----

Na realidade, após ser constatado pelo fiscal de leituras, que havia um consumo exagerado de água, na instalação com o CIL 38023, o Assistente Operacional Sr. João Silva deslocou-se ao local e verificou que não havia vestígios de qualquer rotura. Refere-se ainda que as instalações em causa, são muito recentes e portanto estão dentro da garantia pelo construtor. -----

Eventualmente o condomínio poderá responsabilizar o empreiteiro pelos custos associados à rotura que afirmam ter acontecido. -----

Do Direito -----

De acordo com o estipulado no artigo 23 do Decreto-Lei n.º. 207/94, de 6 de Agosto, a Conservação dos sistemas prediais, é da responsabilidade dos proprietários.-----

Nesta conformidade, a rotura na instalação, é da responsabilidade do consumidor, neste caso o condomínio do Edifício proprietário da

instalação, uma vez que o contador não está avariado. -----
Da Petição -----

Tendo em linha de conta o que é exposto, propõe-se que o assunto seja agendado para uma próxima reunião de Câmara, no sentido de ser deliberado sobre a petição, com as seguintes hipóteses: -----

a) Indeferir a pretensão da requerente, tendo em linha de conta o referido na parte que diz respeito à norma legislativa em vigor;--
 b) Anulação da factura e emissão de uma nova, tomando como valor do consumo de 254 m³, cobrando-se 5 m³ ao 1º. Escalão, isto é 0,38 € e os restantes metros cúbicos (249 m³) ao 2º. Escalão (0,70 €), acrescidos das quotas de disponibilidade referente à água e resíduos sólidos, do mês de Maio/2009. -----

c) Anulação da factura e emissão de uma nova, tomando como valor do consumo de 254 m³, cobrando-se ao 1º. Escalão, isto é, 0,38€/m³, acrescidos das quotas de água e resíduos sólidos. -----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria, de acordo com o n.º. 1 do Artº. 71, da Lei 169/99, de 18/9. -----

À consideração superior. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DO DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS, ENGº. JOSÉ ANTÓNIO CARNEIRO, DE 29/05/2009:--

Visto. Concordo com a proposta apresentada. À consideração do Sr. Vice-Presidente. -----

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, ARQTº. ANTÓNIO CABELEIRA, DE 29/05/2009: -----

Visto. À Reunião de Câmara para deliberação. Proponho a aprovação da hipótese da alínea a). -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a alínea a) da informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

X

DIVISÃO DE RECURSOS OPERACIONAIS

XI

FORNECIMENTOS/BENS E SERVIÇOS

XII

EMPRESAS MUNICIPAIS

XIII

ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA

1- GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

2- GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL

2.1. ALTERAÇÃO N.º 08 AO ORÇAMENTO DA DESPESA E N.º 08 AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO. MODIFICAÇÃO N.º 08. PARA CONHECIMENTO. INFORMAÇÃO DA DGFE. -----

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente acta sob o N.º.5. --

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

2.2. AQUISIÇÃO DOS EDIFÍCIOS DAS ESTAÇÕES FERROVIÁRIAS DE CHAVES E DE VIDAGO E ÁREAS ANEXAS, GEOGRAFICAMENTE SITUADOS NAS FREGUESIAS DE SANTA MARIA MAIOR E VIDAGO, CONCELHO DE CHAVES. VENDEDORA: REDE FERROVIÁRIA NACIONAL - REFER EPE. PROPOSTA N.º. 46/GAPV/2009. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - ENQUADRAMENTO -----

Através de carta registada nos serviços administrativos municipais com o n.º 7727, do dia 20 do corrente mês de Maio, veio a empresa pública "Rede Ferroviária Nacional - REFER EPE", com sede na Estação de Santa Apolónia, em Lisboa, na sequência de diligências anteriormente encetadas e reuniões havidas entre aquela empresa e esta autarquia, tendo em vista a aquisição, por parte do Município, dos imóveis onde se encontram implantados os edifícios das estações ferroviárias de Chaves e de Vidago, e que constavam de um Protocolo estabelecido, entre as duas entidades, em 31 de Janeiro de 1996, com uma finalidade semelhante, comunicar formalmente que aprovam as cláusulas pré-contratuais estabelecidas nas referidas reuniões, vertidas nas minutas dos contratos-promessa de aquisição, as quais deverão, igualmente, ser apreciadas e aprovadas pelo executivo camarário. -----

II - ANTECEDENTES E JUSTIFICAÇÃO -----

1. Considerando que, remontam a Fevereiro de 1992, as negociações institucionalmente entabuladas entre esta autarquia e a empresa, à data, denominada "CP - Caminhos de Ferro Portugueses, E.P.", para a compra e venda de imóveis integrados no património ferroviário desactivado na área do concelho de Chaves, designadamente, os imóveis onde se encontram implantados os edifícios das estações de Chaves e de Vidago, tendo em vista uma utilização de interesse colectivo, conforme consta do clausulado do Protocolo estabelecido entre a CP - Caminhos de Ferro Portugueses e o Município de Chaves, em 31 de Janeiro de 1996; -----

2. Considerando que, desde essa data, não foram concretizadas e ou formalizadas as intenções de aquisição dos aludidos imóveis, sendo certo que, com conhecimento da REFER, foram realizados avultados investimentos na recuperação de tal património, por parte deste Município, que dele tem vindo a fruir, usando-o para actividades de âmbito cultural, directamente ou por intermédio de outras entidades, bem como para funcionamento de serviços municipais; -----

3. Considerando que, nos termos do disposto na alínea e) do n.º1, do artigo 13.º, sob a epígrafe "Atribuições dos Municípios", da Lei n.º 159/99, de 18 de Setembro que estabelece o quadro de transferências de atribuições para as autarquias locais, os municípios dispõem, entre outras, de atribuições nas áreas de património, cultura e ciência; -----

4. Considerando que, as atribuições acima mencionadas concretizam-se nas competências dos órgãos municipais positivadas na alínea a), do n.º1, do Artigo 20.º, do retrocitado diploma legal, isto é, compete aos órgãos municipais " O planeamento, a gestão e a realização de investimentos nos domínios de centros de cultura, centros de ciência, bibliotecas, teatros e museus municipais"; -----

5. Considerando que tal quadro competencial foi actualizado pela concretização de atribuições previstas na lei quadro, conforme definido na Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro, designadamente, nas competências previstas na alínea f) do n.º1, do Artigo 64.º, deste diploma, segundo a qual compete à Câmara Municipal, no âmbito da organização e funcionamento dos seus serviços e no da gestão corrente, " Adquirir e alienar ou onerar bens imóveis de valor até 1000 vezes o índice 100 ²³ das carreiras do regime geal do sistema remuneratório da função pública"; -----

6. É neste contexto que devem ser enquadradas as negociações institucionalmente entabuladas pelo município junto da Rede Ferroviária Nacional - REFER EPE, para aquisição dos imóveis onde se encontram implantados os edifícios das antigas estações ferroviárias de Chaves - imóvel com a área de 16 989,00m² e canal ferroviário entre os Kms 95,995 e 96,395 - e de Vidago - imóvel com a área de 8 975,00m² -, integrados no domínio público ferroviário, melhor identificados nos desenhos em anexo, com vista, à sua, eventual, aquisição, para o domínio privado da autarquia. -----

III - DAS CONDIÇÕES NEGOCIAIS ABORDADAS -----

Dos contactos e diligências pré-contratuais estabelecidos com a REFER, empresa pública gestora da infra-estrutura ferroviária nacional, relativas às aquisições dos imóveis sumariamente supra identificados, foram "alinhavadas" as seguintes condições negociais:

- O valor da aquisição do imóvel correspondente à Estação de Chaves, com a área de 16.989,00m², a concretizar por contrato de compra e venda, precedido da celebração de contrato-promessa de compra e venda de bem futuro sob condição resolutiva, dado, na presente data, o aludido imóvel integrar o domínio público ferroviário, sendo certo que irá ser requerida a sua desafecção nos termos do Artigo 24.º do D.L. n.º276/2003, de 4 de Novembro, será de €228 026,47 -----

- O valor da aquisição do imóvel correspondente à Estação de Vidago, com a área de 8.975,00m², a concretizar por contrato de compra e venda, precedido da celebração de contrato-promessa de compra e venda de bem futuro sob condição resolutiva, dado, na presente data, o aludido imóvel integrar o domínio público ferroviário, sendo certo que irá ser requerida a sua desafecção nos termos do Artigo 24.º do D.L. n.º276/2003, de 4 de Novembro, será de €161 941,25; -----

- O preço de cada aquisição teve por base o valor constante dos relatórios de avaliação produzidos pela Comissão de Avaliação do Património Municipal e pelos serviços respectivos da Direcção de Património Imobiliário da REFER; -----

- Tais valores deverão ser liquidados em duas prestações, da seguinte forma: -----

- A primeira, correspondendo a 30% do valor total da aquisição, com a assinatura do contrato promessa de compra e venda, no montante de €68 407,94, referente ao imóvel da Estação de Chaves; e no montante de €48 403,39, referente ao imóvel da Estação de Vidago, em conformidade com o clausulado das respectivas minutas; -----

- A segunda, correspondendo a 70% do remanescente do preço de cada aquisição, no valor de €159 618,53, referentes ao imóvel da Estação de Chaves e €112 941,25, referentes ao imóvel da Estação de Vidago, com a formalização dos contratos de compra e venda respectivos. ----

IV - DA PROPOSTA EM SENTIDO ESTRITO -----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas tomo a liberdade de sugerir ao Executivo Camarário a aprovação da seguinte proposta: -----

a) Que sejam autorizadas as aquisições dos imóveis supra referidos - terreno da Estação de Chaves, com a área de 16.989,00m2, com os edifícios nele implantados e o canal ferroviário entre os Kms 95,995 e 96,395, situado na freguesia de Santa Maria Maior, concelho de Chaves, identificado no desenho em anexo à presente proposta, pelo preço de €228 026,47; e o terreno da Estação de Vidago, com a área de 8.975,00m2 e edifícios nele implantados, localizado na freguesia de Vidago, concelho de Chaves, igualmente identificado na desenho em anexo, pelo preço de €161 344,64 - para o domínio privado da Autarquia, logo que se mostrem desafectados do domínio público ferroviário e tenham a sua situação registral regularizada, sendo os respectivos preços liquidados em duas prestações, conforme discriminado em III supra; -----

b) Que sejam aprovadas as respectivas minutas dos contratos promessa de compra e venda de bens futuros sob condição resolutiva, e respectivas cláusulas, documentos em anexo à presente proposta; --

c) Que os contratos de compra e venda sejam formalizados por escrituras públicas de acordo com o disposto no Artigo 875º do Código Civil, na redacção dada pelo Decreto-Lei nº 116/2008, de 4 de Julho, logo que se mostrem reunidas as condições jurídico-administrativas indispensáveis para o efeito, ficando desde já o Presidente da Câmara ou o seu substituto legal legitimado a outorgar os respectivos contratos; -----

d) Que as presentes aquisições sejam suportadas através da seguinte rubrica prevista nos instrumentos de gestão financeira em vigor na autarquia: Classificação económica: 07010307 - Projecto/Acção 329/2002; -----

e) Por fim, tendo por referência os valores acordados para as aquisições dos aludidos imóveis, a presente decisão administrativa não carece de ser sancionada pelo órgão deliberativo do município, à luz do disposto na alínea i), do nº2, do artigo 53º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações. -----

Chaves, 1 de Junho de 2009. -----

O Presidente da Câmara Municipal, -----

(Dr. João Batista) -----

Em anexo: Respectivo processo administrativo, incluindo minutas e plantas. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

DIVERSOS

XV

ASSUNTOS FORA DA ORDEM DO DIA

(Art.º83, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro
e ulteriores alterações)

1. INSTRUÇÃO DO PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA A REQUERER JUNTO DE SUA EXCELENCIA O SR. PRIMEIRO-MINISTRO. REQ: FUNDAÇÃO NADIR AFONSO. INFORMAÇÃO/PARECER N.º. 34/DASJ/09. -----

O Presidente da Câmara, Dr. João Batista, propõe ao Executivo Municipal que, nos termos do disposto no artigo 83º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, reconheça a urgência de deliberação sobre o assunto identificado em epígrafe. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aceitar a introdução do referido assunto. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Preliminares -----

1. Mediante ofício dirigido ao Presidente da Câmara Municipal de Chaves, datado do pretérito dia 26.05.2009, e registado nos serviços administrativos da autarquia n.º 8224, do dia 28.05.2009, veio a Presidente do Conselho de Administração da Fundação Nadir Afonso, solicitar parecer fundamentado tendo como objecto a instrução do pedido de Utilidade Pública, a requerer junto de sua Excelência o Sr. Primeiro-ministro de Portugal. -----

2. Sobre o aludido ofício veio a recair despacho do Sr. Presidente da Câmara, no sentido de encaminhar o mesmo para a Divisão de Serviços Jurídicos, com vista à emissão do parecer fundamentado em causa. -----

3. Assim, dando cumprimento ao despacho do Presidente da Câmara supra identificado, cumpre-me informar, sobre o assunto, o seguinte:

II - Do Enquadramento Legal -----

1. O Regime Jurídico que regula o reconhecimento das Pessoas Colectivas de utilidade Pública encontra-se consagrado no DL n.º 460/77, de 07 de Novembro, alterado e republicado pelo DL n. 391/2007, de 13 de Dezembro. -----

2. Neste contexto, e de acordo com o quadro legal aplicável, foram introduzidos mecanismos de simplificação administrativa na concessão da declaração da utilidade pública. -----

3. Sendo certo que, actualmente, o requerimento para a concessão de declaração de utilidade é efectuado exclusivamente através do preenchimento do formulário electrónico adequado, e disponibilizado para o efeito no portal da Secretaria-geral da Presidência do Conselho de Ministros, na Internet de acordo com o disposto no n. 1, do art. 5º do referido diploma legal, conforme cópia que se anexa.

4. A verdade é que com a alteração introduzida com o DL n. 391/2007, no n.º 2, do seu art. 5º deixou de ser obrigatório que o requerimento para a concessão da Declaração de Utilidade Pública seja instruído com parecer fundamentado da Câmara Municipal. -----

5. Nesta conformidade, tal requerimento deve ser instruído com os seguintes elementos a saber: -----

➤ Requerimento electrónico dirigido a Sua Excelência o Primeiro-Ministro; -----

- Fotocópia da escritura da constituição (ou do acto de instituição e reconhecimento respectivo no caso das fundações) e de posteriores alterações estatutárias; -----
- Texto dos estatutos devidamente actualizado (e de regulamentos internos se os houver); -----
- Fotocópia do Cartão de Identificação de Pessoa Colectiva actualizado; -----
- Indicação do número de associados; -----
- Historial pormenorizado das actividades desenvolvidas, com especial incidência nos últimos três anos e indicação de eventuais projectos que se proponha realizar; -----
- Relação das entidades públicas e privadas com quem colabore ou de quem receba apoios, especificando em que se traduz essa colaboração ou esse apoio; -----
- Declarações comprovativas da regularização da situação contributiva perante a Segurança Social e do cumprimento das obrigações fiscais ou autorização para a consulta da situação fiscal ou contributiva por parte da Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, nos termos do Decreto-Lei n.º 114/2007, de 19 de Abril; -----
- Relatórios e Contas dos últimos três anos, acompanhados dos respectivos pareceres do Conselho Fiscal e cópias das actas de aprovação em assembleia geral (ou prova de outra forma de aprovação no caso de fundações); -----
- Fotocópia da publicação do extracto dos estatutos e suas alterações ou indicação da respectiva data; -----
- Toda a demais documentação considerada necessária para comprovar o cumprimento dos requisitos fixados no Decreto-Lei n.º 460/77, de 7 de Novembro, com a redacção do Decreto-Lei n.º 391/2007, de 13 de Dezembro -----

III - Proposta -----

Em coerência com as razões anteriormente enunciadas, tomo a liberdade de sugerir a adopção da seguinte estratégia procedimental:

- Dever-se-á notificar a peticionária "Fundação Nadir Afonso" do teor integral do presente parecer, consubstanciado nos procedimentos tidos como necessários à instrução do Pedido de Declaração de Utilidade Pública, nos termos do DL n.º 460/77, de 07 de Novembro, alterado e republicado pelo DL 391/2007, de 13 de Dezembro. -----
- É este de momento o meu melhor parecer sobre o assunto. -----
- À consideração do Director de Departamento de Administração Geral, Dr. Marcelo Delgado. -----
- Chaves, 03 de Junho de 2009. -----
- A Chefe de Divisão, -----
- (Dra. Sandra Lisboa) -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO DE 03.06.2009. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior. -----

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOÃO BATISTA, DE 2009.06.03. -----

À reunião de Câmara ao abrigo do art. 83º. -----

DELIBERAÇÃO: Na sequência da informação/parecer jurídico acima transcrito, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, reconhecer, para todos os efeitos legais, a importância dos

objectivos estatutários prosseguidos pela "Fundação Nadir Afonso", particularmente, no que concerne à promoção de oferta cultural de cariz nacional, regional e local, sendo inquestionável o relevante interesse público que está associado ao projecto protagonizado pela mencionada fundação, com notória projecção, quer para o concelho de Chaves, quer para a Região do Alto Tâmega. -----

2. ADESÃO À ASSOCIAÇÃO "AGÊNCIA REGIONAL DE ENERGIA E AMBIENTE DO BARROSO E ALTO TÂMEGA - ARENABAT", PROPOSTA 50/GAPV/09. -----

O Presidente da Câmara, Dr. João Batista, propõe ao Executivo Municipal que, nos termos do disposto no artigo 83º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, reconheça a urgência de deliberação sobre o assunto identificado em epígrafe. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aceitar a introdução do referido assunto. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - EXPOSIÇÃO DOS MOTIVOS -----

A implementação de uma política de desenvolvimento sustentável e harmonioso do território municipal, passa pela intervenção do Município, entre outras áreas, no domínio da eficiência energética, promovendo e estimulando as estratégias individuais e colectivas que se mostrem adequadas à potenciação daquele objectivo, aproveitando com esse fim as iniciativas que autonomamente a sociedade civil vem gerando. -----

Entre essas iniciativas, encontra-se a constituição, por escritura pública outorgada em 31 de Dezembro de 2008 no Cartório Notarial de Boticas, de uma associação de direito privado sem fins lucrativos, com a denominação "**Agência Regional de Energia e Ambiente do Barroso e Alto Tâmega -ARENABAT**", com sede na freguesia de Outeiro Seco, concelho de Chaves, cujos estatutos e respectivo documento constituinte se encontram anexados à presente proposta. -----

É objectivo dessa associação elaborar um programa de eficiência energética municipal, com diversas acções sectoriais, entre as quais se destaca a elaboração de um plano municipal de gestão de energia, bem como a implementação da Agenda 21 Local, importante documento aprovado na "2ª Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento", realizada no Rio de Janeiro em 1992, mais conhecida como "Cimeira da Terra", também adoptado por Portugal e por outros países, como instrumento adequado para a participação das populações na preparação e execução de um plano de acção estratégico de longo prazo dirigido às prioridades locais para o desenvolvimento sustentável. -----

Face à importância destes objectivos para a qualidade de vida das populações considerou aquela entidade desejável a adesão do Município, bem como dos demais Municípios do Alto Tâmega, cujos representantes igualmente manifestaram intenção de proporem também a sua adesão. -----

Os fins prosseguidos pela associação contêm-se dentro das atribuições cometidas ao Município, mostrando-se muito significativo, atentas as suas atribuições e competências na área do ambiente, o contributo que este poderá dar para a dinamização das actividades da referida associação, e relevante o interesse público que está subjacente a uma utilização racional da energia por parte

das instituições, agentes económicos e cidadãos com reflexos muito positivos no desenvolvimento sustentável do território da Autarquia.

II- FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Nos termos da alínea m), do nº 2 do artigo 53º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei 5-A/2002 de 11/1, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, conforme está consagrado na alínea a), do nº 6, do artigo 64º, daquele mesmo diploma, autorizar o Município a associar-se com outras entidades privadas cujos fins sejam de reconhecido interesse público local e se mantenham dentro das atribuições cometidas ao Município, requisitos estes que se mostram preenchidos no que se refere à associação em causa.

III-PROPOSTA DE DECISÃO

De acordo com o enquadramento anteriormente definido, proponho que a Câmara Municipal adopte decisão no seguinte sentido:

Que, ao abrigo do disposto no artigo 83º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações, e de acordo com as razões anteriormente aduzidas, o órgão executivo municipal reconheça a urgência de deliberar sobre o presente assunto, aceitando a introdução do mesmo na reunião ordinária a realizar no dia 4 de Junho;

Que seja aprovada a adesão do Município à associação denominada **"Agência Regional de Energia e Ambiente do Barroso e Alto Tâmega - ARENABAT"**, conforme escritura de constituição e estatutos em anexo.

E, finalmente, competindo à Assembleia Municipal autorizar a referida adesão, de harmonia com a alínea m), do nº 2, do artº 53º, Lei 169/99 de 18 de Setembro na sua redacção actualizada, submeta a presente proposta a este órgão deliberativo, acompanhada de cópia dos respectivos estatutos e escritura de constituição, em conformidade com o disposto na alínea a), do nº 6, do artº 64º, deste mesmo diploma.

Chaves, 3 de Junho de 2009

O Presidente da Câmara Municipal

(João Martins Gonçalves Batista)

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a referida proposta. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma.

3. PRIMEIRA REVISÃO AOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO FINANCEIRA EM VIGOR PARA O ANO ECONÓMICO DE 2009 PROPOSTA Nº 24/DGFEP/09.

O Presidente da Câmara, Dr. João Batista, propõe ao Executivo Municipal que, nos termos do disposto no artigo 83º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, reconheça a urgência de deliberação sobre o assunto identificado em epígrafe.

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aceitar a introdução do referido assunto.

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais.

I. Justificação

Modificações ao Orçamento - Orçamento da Receita

1 - O Orçamento das autarquias locais apresenta a previsão das receitas, bem como as despesas, desagregado segundo a classificação económica legalmente aprovada e tem carácter anual.

A elaboração do orçamento e suas modificações, têm que obedecer a um conjunto de princípios orçamentais e regras previsionais legalmente aprovados no âmbito do POCAL; -----

2 - Constam do ponto 8.3.1 do POCAL as diversas formas legalmente assumidas com vista à modificação deste documento, ou seja, as revisões e alterações. -----

3 - Considerando que no ponto 2.3.4.2 das considerações técnicas do Dec-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro com a redacção que lhe foi conferida pelo Dec-Lei n.º 84-A/2002 de 5 de Abril - Plano Oficial de Contas das Autarquias Locais (POCAL), se define que, na execução do orçamento das autarquias locais só podem ser liquidadas e arrecadadas as receitas que tiverem sido objecto de inscrição orçamental adequada; -----

4 - Considerando, que, dá origem a revisão orçamental a abertura de novas rubricas orçamentais; -----

5 - Considerando que, as "Reposições Não Abatidas nos Pagamentos", abrangem as receitas provenientes de entradas de fundos em resultados de pagamentos indevidos, ocorridos em anos anteriores, englobando as devoluções que ocorrem depois do encerramento do ano financeiro em que ocorreu o pagamento; -----

6 - Considerando que, atendendo à natureza da receita proveniente de reposições não abatidas nos pagamentos, para efeitos de elaboração dos documentos previsionais, o capítulo económico respectivo "15 - Reposições Não Abatidas nos Pagamentos", não deve, em regra, ser dotado, pelo que, se durante o exercício económico forem detectadas situações desta natureza, a autarquia deve proceder a uma revisão orçamental; -----

7 - A título excepcional, esta rubrica pode ser dotada caso à data da elaboração do orçamento for conhecida causa justificativa da sua abertura, situação da qual deve ser apresentada a devida prova em anexo. -----

Do Orçamento da Despesa -----

1 - Considerando que no ponto 8.3.1.2 das considerações técnicas do POCAL, prevê a possibilidade de, sem prejuízo dos princípios orçamentais e das regras previsionais para ocorrer a despesas não previstas ou insuficientemente dotadas, o orçamento pode ser objecto de revisões e alterações; -----

2 - Considerando que no ponto 8.3.1.3 do mesmo diploma o aumento global da despesa prevista dá sempre lugar a revisão do orçamento, salvo quando se trate de receitas legalmente consignadas, empréstimos contratados ou ainda da entrada em vigor da nova tabela de vencimentos quando publicada após a aprovação do orçamento inicial; -----

Do Plano Plurianual de Investimentos: -----

1 - Considerando que o PPI se apresenta como uma componente das Opções do Plano, onde são definidas as linhas de desenvolvimento estratégico autárquico; -----

2 - Considerando que este documento Previsional, de horizonte móvel de quatro anos, inclui todos os projectos e acções a realizar por investimentos, explicitando a respectiva previsão da despesa; -----

3 - Considerando que no ponto 8.3.2.1. das considerações técnicas do POCAL, se define que as modificações do Plano Plurianual de Investimentos se consubstanciam em revisões e alterações; -----

4 - Considerando que no ponto 8.3.2.2 do retrocitado diploma, as revisões do Plano Plurianual de Investimentos têm lugar sempre que se torne necessário incluir e/ou anular projectos nele considerados,

implicando as adequadas modificações no orçamento, quando for o caso. -----

5 - Considerando ainda que, no ponto 8.3.2.3, se encontram estabelecidas as situações enquadradas pela modificação titulada como alteração ao PPI, onde, a realização antecipada de acções previstas para anos posteriores ou a modificação do montante das despesas de qualquer projecto constante no PPI aprovado devem ser precedidas de uma alteração ao Plano, sem prejuízo das adequadas modificações no orçamento, quando for o caso; -----

6 - Da interpretação do ponto anterior é possível concluir que as situações previstas pelo texto legalmente aprovado, suscitam a ideia de que as mesmas se curcunscvem na área da pura gestão financeira dos projectos, submetidas à dinâmica própria decorrente das respectivas execuções. -----

Dos Instrumentos de Gestão Financeira do Município -----

1 - Face ao exposto e considerando a recepção, após o encerramento do exercício económico anterior, de dois cheques respeitantes à devolução de verbas decorrentes de pagamentos efectuados pelo Município, cujo estorno só foi efectuado no corrente ano, bem como pela proveniência de duas outras devoluções de verbas referentes a pagamentos ocorridos no ano anterior; -----

2 - Considerando a necessidade e obrigatoriedade em proceder à seguinte modificação: -----

➤ **Inscrição da rubrica "Reposições Não Abatidas aos Pagamentos - 15.01.01", pelo valor de 9.572,89€;** -----

3 -O POCAL, enquanto diploma legal que regula a contabilidade a que estão sujeitas as Autarquias Locais, estabelece as normas e especificações técnicas relevantes que devem ser tidas em consideração aquando da elaboração, modificação e execução do PPI, decorrendo daquele diploma legal que, em termos contabilísticos, a prorrogação de um projecto inscrito no PPI aprovado para além do ano económico a que respeita o orçamento, obriga à realização de uma alteração, competência do órgão executivo. -----

4- Considerando que a modificação anteriormente enunciada, pela sua natureza, latitude e efeitos financeiros dela decorrente, apenas poderá ser contemplada nos instrumentos de gestão financeira em vigor, pela via da figura da **Revisão**; -----

5 - Considerando que a presente proposta dá integral cumprimento às regras definidoras da elaboração do Orçamento particularmente o princípio orçamental corrente, tendo inteiro acolhimento quer na Lei das Finanças Locais, quer ainda no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro e ulteriores alterações. -----

II . Proposta em Sentido Estrito -----

Em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir ao Presidente da Câmara a adopção da --- seguinte estratégia procedimental: -----

a) Que, numa primeira fase, a presente proposta seja agendada para uma próxima reunião do Executivo Municipal, com vista à sua aprovação, de acordo com o disposto no artº 83º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações. -----

b) Sequencialmente, caso a presente proposta venha a merecer aprovação por parte do executivo camarário, deverá a mesma, ser remetida para uma próxima sessão da Assembleia Municipal com vista ao seu sancionamento pelo aludido órgão deliberativo, no cumprimento

do disposto na alínea b), do nº 2, do artº 53º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações. -----

Chaves, 3 de Junho de 2009 -----

A Chefe da Divisão de Gestão Financeira Económica e Patrimonial ----

(Márcia Raquel B. Santos Dra.) -----

Nota: -----

Faz parte integrante da presente proposta a seguinte documentação:

• Mapa de Modificações ao Orçamento da Receita. -----

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOÃO BATISTA, DE 2009.06.03. -----

À reunião de Câmara ao abrigo do art. 83º. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a referida proposta. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a acta sob a forma de minuta, nos precisos termos do disposto no artigo 92, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações, com vista à sua executoriedade imediata. -----

E nada mais havendo a tratar o Presidente deu como encerrada a reunião quando eram dez horas e trinta minutos, para constar se lavrou a presente acta, e eu, Paulo Jorge Ferreira Silva, redigi e vou assinar, junto do Presidente. -----

